



**Dandara Pinheiro Honorato**

**Sapatão, bofinho, bofe, macho, machinho,  
caminhão, caminhoneira:  
Um estudo sobre a relação entre condição lésbica  
negra des/infeminilizada e trabalho informal**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Inez Terezinha Stampa  
Co-orientadora: Profa. Suane Felipe Soares

Rio de Janeiro  
Setembro de 2023



**Dandara Pinheiro Honorato**

**Sapatão, bofinho, bofe, macho, machinho,  
caminhão, caminhoneira:  
Um estudo sobre a relação entre condição lésbica negra  
des/infeminilizada e trabalho informal**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

**Profa. Inez Terezinha Stampa**

Orientadora

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Profa. Suane Felipe Soares**

Co-orientadora

UFRJ

**Prof. Antonio Carlos de Oliveira**

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Profa. Gracyelle Costa Ferreira**

UFRJ

**Profa. Jules Falquet**

Université Paris 8 – Vincennes-Saint-Denis

Rio de Janeiro, 1 de setembro de 2023

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

### **Dandara Pinheiro Honorato**

Graduou-se em Serviço Social pela UVA (Universidade Veiga de Almeida) em 2010. Graduou-se em licenciatura em Ciências Sociais pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 2019. E Especializou-se em Políticas Sociais para Mulheres pelo UNIFAGOC (Centro Universitário Governador Ozanam Coelho) em 2019.

#### Ficha Catalográfica

Honorato, Dandara Pinheiro

Sapatão, bofinho, bofe, macho, machinho, caminhão, caminhoneira: um estudo sobre a relação entre condição lésbica negra des/infeminilizada e trabalho informal / Dandara Pinheiro Honorato; orientadora: Inez Terezinha Stampa; coorientadora: Suane Felipe Soares. – 2023.

128 f.; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2023.

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Lésbicas infeminilizadas. 3. Trabalho informal precarizado. 4. Racismo. 5. Vulnerabilidades. I. Stampa, Inez Terezinha. II. Soares, Suane Felipe. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. IV. Título.

CDD: 361

## **Agradecimentos**

À Deus e Meishu-Sama, pela permissão de chegar até aqui, pela paz na hora da angústia, pelas gratas surpresas na desesperança e pela bondade que cerca.

À Profa. Inez Terezinha Stampa, pela confiança, carinho e atenção ao trabalho que foi construído. Obrigada, professora, por sua grandeza, generosidade e simplicidade ao partilhar seu conhecimento e por ter aceitado o desafio de ir além do que era familiar a você. Mais uma vez, obrigada por sua generosidade durante todo o processo.

À Profa. Suane Felipe Soares, por não ter desistido de mim quando duvidei que poderia chegar a algum lugar. Obrigada pela escuta, pelo afeto, por ser entusiasta dessa pesquisa e por ser tão assertiva e dedicada em suas colocações na construção desse trabalho.

À PUC-Rio, por me proporcionar essa aventura maravilhosa que é a busca por conhecimento e por ser uma instituição parceira das alunas trabalhadoras.

Ao corpo docente do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, pelas reflexões que, ao longo dessa trajetória, tanto contribuíram para o amadurecimento deste trabalho.

À minha mãe Sonia Alves Pinheiro, por todo suporte afetivo e material sem os quais jamais seria possível chegar até aqui. Obrigada pelo alimento, pela casa, pelas conversas e por sempre me lembrar que sou “obstinadinha”.

À minha noiva Ariana Barcelos, pela compreensão, incentivo, parceria e amor. Obrigada por fazer a vida ser mais leve quando estamos juntas.

À Márcia Brito, irmã de afeto, por acreditar e fazer acontecer o “ubuntu”. Obrigada por todo o apoio, por acreditar em mim quando houve dúvidas e por viver e praticar o bem-viver que defendemos.

À Nice, por sua importante contribuição para este trabalho. Terei eterna gratidão por seu altruísmo.

À Hellen, por ser um exemplo de líder e profissional humana, dedicada e empática. Sem você a conclusão deste trabalho teria sido um pouco mais difícil.

Às amigas Alda, Ana Fátima, Beatriz, Camila, Fernanda, Ive, Kamilla, Juliana, Rosane, Rose e Tamy que, de diferentes formas, contribuíram para este trabalho e me incentivaram a prosseguir.

Às participantes desta pesquisa, que tão gentilmente cederam seu tempo, suas histórias, seus espaços, suas casas e acreditaram na importância deste trabalho.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## Resumo

Honorato, Dandara Pinheiro; Stampa, Inez Terezinha (orientadora); **Sapatão, bofinho, bofe, macho, machinho, caminhão, caminhoneira: um estudo sobre a relação entre condição lésbica negra des/infeminilizada e trabalho informal**. Rio de Janeiro, 2023. 128p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente dissertação tem como tema o trabalho informal precarizado utilizado como meio de sobrevivência por trabalhadoras lésbicas negras des/infeminilizadas, cujos efeitos desdobram-se na precarização das suas condições de vida manifesta na falta de acesso à renda e ao trabalho, à saúde pública de qualidade, à assistência social, no histórico de trabalho infantil, no abandono familiar, na situação de privação de liberdade, no racismo estrutural e na atuação do heteropatriarcado. Este trabalho tem por objetivos analisar como as lésbicas negras infeminilizadas, no espaço urbano do Rio de Janeiro, resistem desempenhando atividades precarizadas no âmbito do trabalho informal, compreender suas condições de vida e de trabalho, verificar fatores de desproteção social que precedem a atuação das trabalhadoras lésbicas negras des/infeminilizadas no mercado informal de trabalho e analisar como a lesbofobia, o racismo e a misoginia, enquanto formas de manifestação da violência inerente à sociedade capitalista, racista e heteropatriarcal, estão presentes no cotidiano das trabalhadoras lésbicas negras des/infeminilizadas. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas para que as trabalhadoras expusessem como lidam com o trabalho informal e abordassem temas sobre suas condições de vida considerando os elementos precarizantes desse tipo de trabalho. A análise dos dados obtidos tem como referenciais teóricos os estudos sobre precarização no mundo do trabalho, teóricas do feminismo negro e as teóricas lésbicas materialistas e francófonas. Desta forma, a relevância desse estudo se evidencia no olhar para as particularidades dessas trabalhadoras compreendendo suas condições de vida, a partir do trabalho informal precarizado, nas quais foram verificadas vulnerabilidades e desproteções sociais que atingem essas mulheres que não expressam a feminilidade hegemônica, onde também cabe o desejo de construir um futuro com trabalho decente e seguro.

## **Palavras-chave**

Lésbicas infeminilizadas; trabalho informal precarizado; racismo; vulnerabilidades.

## Abstract

Honorato, Dandara Pinheiro; Stampa, Inez Terezinha (Advisor). **“Sapatão”, “bofinho”, “bofe”, “macho”, “machinho”, “caminhão”, “caminhoneira”**: a study on the relationship between the non-femme black lesbian condition and informal employment. Rio de Janeiro, 2023. 128p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation focuses on precarious informal employment used as a means of survival by non-femme black lesbian workers, whose effects unfold in the precariousness of their living conditions, manifested in the lack of access to income and work, to high-quality public health, to social assistance, and in a history of child labor, family abandonment, a situation of liberty deprivation, structural racism and the effects of heteropatriarchy in their lives. This study aims to analyze how non-femme black lesbians resist in the urban space of Rio de Janeiro by performing precarious activities in informal employment, as well as to understand their living and working conditions, verify factors of social lack of protection that precede the performance of non-femme black lesbian workers in the informal labor market and analyze how lesbophobia, racism, and misogyny, as forms of manifestation of the violence inherent in a capitalist, racist and heteropatriarchal society, are present in their daily lives. For this purpose, semi-structured interviews were conducted so that the workers could explain how they deal with informal employment and address issues about their living conditions considering the precarious elements of this type of work. The analysis of the data obtained has as theoretical references the studies on precariousness in the world of labor, black feminism, and lesbian materialist and francophone theorists. Thus, the relevance of this study is evident in the focus on the particularities of these workers, understanding their living conditions, from precarious informal employment, in which vulnerabilities and social unprotections that affect these women who do not express hegemonic femininity were verified, which also includes the desire to build a future with decent and safe employment.

## **Keywords**

Non-femme lesbians; precarious informal employment; racismo; vulnerabilities.

## Sumário

1. Introdução	15
2. Sapatão, bofinho, bofe, macho, machinho, caminhão, caminhoneira: indefinições e opressões em comum	23
2.1. Contribuições do feminismo materialista para a compreensão das opressões sobre a condição lésbica negra des/infeminilizada	23
2.2. Autopercepção: estranhamentos e familiaridades entre as lésbicas negras des/infeminilizadas	30
2.3. Manifestações das violências racistas e lesbofóbicas no cotidiano das lésbicas negras des/infeminilizadas	33
2.4. Relações familiares: choques, limites e “aceitação”/respeito	42
2.4.1. Desamparo: uma realidade em comum	44
2.5. Lesbofobia e a responsabilidade individual	51
3. Particularidades da informalidade para as trabalhadoras lésbicas negras des/infeminilizadas	55
3.1. “Tchau e bença!”: inseguranças e permanências no trabalho informal	61
3.1.1. Trabalhadoras desalentadas	70
3.2. Desumanização das lésbicas negras des/infeminilizadas e o mercado de trabalho	72
3.3. O lugar da lésbica negra des/infeminilizada no mercado de trabalho	74
3.4. Sobreposição do racismo à feminilização no mercado de trabalho	82
3.5. Para além da infeminilidade: violências e violações de direitos sobre a classe das mulheres	84
3.6. Simplesmente por serem homens: o acesso ao mercado de trabalho para eles	86

4. Direitos e violações: algumas experiências de acesso às políticas sociais vivenciadas pelas trabalhadoras lésbicas negras des/infeminilizadas	89
4.1. “O cão chupando manga”: escolarização, abandono escolar e exclusão	89
4.2. “Seis meses esperando”: violações no acesso à assistência social e aos benefícios de transferência de renda	94
4.3. Previdência social: uma realidade distante	98
4.4. Racismo e lesbofobia no acesso à saúde	103
5. Conclusão	107
6. Referências bibliográficas	112
7. Apêndices	117
7.1. Apêndice 1 – Parecer da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio	117
7.2. Apêndice 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	118
7.3. Apêndice 3 – Roteiro de Entrevista	121
7.4. Apêndice 4 – Quadro resumo com a sistematização de dados	123

## **Lista de abreviaturas e siglas**

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CEP/PUC-Rio – Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da Pontifícia universidade Católica do Rio de Janeiro

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNCD/LGBT – Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CRIAM – Centro de Reabilitação Integrada e Atendimento ao Menor

CRIAAD – Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EC – Emenda Constitucional

ENCCEJA – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

ISTs – Infecções Sexualmente Transmissíveis

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero

MEI – Microempreendedor Individual

MP – Medida Provisória

OMC – Organização Mundial do Comércio

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PIA – População em Idade Ativa

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PUC-Rio – Pontifícia universidade Católica do Rio de Janeiro

RGPS – Regime Geral da Previdência Social

RPPS – Regimes Próprios de Previdência Social

SUAS – Sistema Único da Assistência Social

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

*Como feministas negras e lésbicas, sabemos que temos  
uma tarefa revolucionária bem definida e estamos prontas  
para uma vida de trabalho e luta.*

Manifesto do Coletivo Combahee River

# 1 Introdução

Esta pesquisa se insere nos campos dos estudos sobre trabalho e sobre a condição lésbica. A relação entre esses dois campos será analisada a partir da forma que a condição lésbica é afetada pela precarização social do trabalho, tanto no âmbito da ocupação quanto nos fatores de desproteção social que precedem e se fazem presentes na experiência laboral das trabalhadoras lésbicas negras des/infeminilizadas na informalidade.

Esta dissertação teve como objetivos analisar como as lésbicas negras des/infeminilizadas, da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, resistem desempenhando atividades precarizadas no âmbito do trabalho informal; compreender as condições de vida e de trabalho dessas trabalhadoras que utilizam o trabalho informal como meio de sobrevivência; verificar fatores de desproteção social que precedem a atuação das trabalhadoras lésbicas negras des/infeminilizadas no mercado informal de trabalho e analisar como a lesbofobia, e o racismo e a misoginia, enquanto formas de manifestação da violência inerente à sociedade capitalista, racista e patriarcal, estão presentes no cotidiano das participantes desta pesquisa.

De acordo com os objetivos traçados, foi possível analisar como as lésbicas negras des/infeminilizadas, da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, resistiram desempenhando atividades precarizadas no âmbito do trabalho informal. Também foram verificados os fatores de desproteção social que precedem a atuação dessas trabalhadoras no mercado informal de trabalho e compreendidas suas condições de vida e de trabalho, bem como realizou-se a análise da lesbofobia e do racismo, enquanto formas de manifestação da violência inerente à sociedade capitalista, racista e patriarcal, presentes no cotidiano das participantes desta pesquisa.

Além de revisão bibliográfica e consulta a dados secundários, a pesquisa aqui apresentada utilizou como procedimento metodológico a entrevista centrada no problema, que é o mais indicado para pesquisas que tenham como objeto um problema social. Os referenciais teóricos em que se fundamenta esse trabalho foram pensados a partir de aproximações de diferentes campos científicos e linhas teóricas no intuito de construir uma dissertação que trata de um objeto pouco estudado e de difícil enquadramento nas teorias clássicas dos estudos feministas

e do próprio campo do serviço social. Assim, o feminismo negro, para compreender a incidência do racismo estrutural sobre as mulheres negras, a teoria feminista materialista aplicada às questões lésbicas, necessária para entender a materialidade da opressão que recai sobre a condição lésbica e os estudos sobre informalidade e precarização do trabalho, que são objetos desta pesquisa, compõem as principais matrizes teóricas e ideológicas com as quais dialoguei.

A motivação para essa pesquisa se relaciona com a minha trajetória pessoal e política. Embora seja uma mulher negra, minha primeira identificação – desde a tomada de consciência sobre as múltiplas identidades que vivencio – foi como mulher lésbica e, desde então, tenho reconhecido a importância de lançar luz sobre as questões que nos atravessam.

Nos últimos anos tenho me dedicado especificamente ao ativismo lesbofeminista, e acredito que pesquisas sobre o tema podem contribuir para a visibilização das pautas das mulheres lésbicas, principalmente no que concerne ao direito ao trabalho. Dentro do universo lésbico, que apresenta várias singularidades, tenho bastante interesse em temas que envolvem lésbicas conhecidas como bofes<sup>1</sup>, caminhões, caminhoneiras, sapatonas, sapatonas, desfems, in/desfeminilizadas e não-feminilizadas, ou seja, aquelas mulheres que recusam a feminilização imposta pelo heteropatriarcado e tudo que sujeita as mulheres às relações assimétricas de sexo.

De acordo com Soares (2017, p. 107), lésbicas infeminilizadas são lésbicas que durante toda a sua vida não cederam a nenhum processo de feminilização. Enquanto as lésbicas desfeminilizadas viveram parte de suas vidas sujeitas aos processos de feminilização e em algum momento “subverteram esta coerção e abandonaram a feminilização”.

Uma das pautas do movimento de lésbicas no Brasil tem sido o acesso ao trabalho remunerado, principalmente para lésbicas in/desfeminilizadas. Embora toda a classe trabalhadora seja a classe que vive do trabalho (Antunes, 2002a; 2002b), a autonomia financeira para mulheres lésbicas é imprescindível para gozar de saúde, segurança e liberdade longe de um ambiente familiar muitas vezes violento e lesbofóbico. Portanto, ao longo da pesquisa, foi abordada a influência da presença da autonomia ou a falta dela para essas mulheres.

O interesse pela temática sobre mulheres lésbicas trabalhadoras informais começou quando decidi participar do *Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero*.

---

<sup>1</sup> As nomenclaturas para classificar as diversas identidades lésbicas variam de acordo com o território (estado, bairro etc.), classe social, incidência política e outros quesitos que podem ser usados para criar formas de se autodescrever ou marcar um determinado grupo.

Criado em 2005, pela Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República, consistia em um “concurso de redações, artigos científicos e projetos pedagógicos na área de relações de gênero, mulheres e feminismo” (ONU, 2014, recurso eletrônico).

Atuando nos movimentos sociais e no exercício profissional passei a ter mais atenção para o padrão físico e comportamental (cor, roupas, acessórios, voz, gestos etc.) das mulheres que estavam acessando trabalhos com algum nível de proteção social em oposição às mulheres que estavam em trabalhos mais precarizados. A feminilização me pareceu ser um fator significativo no acesso a trabalhos regulamentados ou menos precarizados.

Os dados sobre empregabilidade, acesso à renda e outros indicadores da desigualdade no Brasil apontam que as mulheres ocupam um lugar de subalternidade nas relações sociais. Porém, tais dados generalizam a categoria “mulher” e apaga as especificidades de um grupo tão heterogêneo que se distingue e se aproxima a partir de outros critérios além do sexo. Logo, pesquisar sobre trabalho informal precarizado a partir de lésbicas des/infeminizadas é lançar um olhar sobre uma parcela da população sistematicamente invisibilizada e subsumida ao conjunto heterogêneo de todas as sujeitas classificadas como mulheres. Se as desigualdades entre as classes sexuais de homens e de mulheres são determinantes para a precarização do trabalho das mulheres, tais desigualdades vão potencializar a vulnerabilidade de mulheres que desestabilizam as normas heteropatriarcais.

Há diversas pesquisas sobre trabalhadores/as que utilizam como estratégia de sobrevivência a realização de atividades, conhecidas popularmente como “bico” ou “biscate”, porém, são poucas as produções que se preocupam com o sexo desses/as trabalhadores/as. Em menor proporção ainda são as pesquisas que incluem as especificidades lésbicas enquanto fator importante na forma de acesso ao mercado de trabalho.

Por outro lado, na área do Serviço Social, a condição lésbica e suas implicações sociais aparecem como assuntos secundários ou não aparecem em pesquisas sobre as desigualdades entre homens e mulheres e sobre desigualdades de raça e classe. Por essa razão, este estudo utiliza as teorias das pensadoras lésbicas feministas materialistas, cujos fundamentos tratam a condição lésbica enquanto categoria política. Também enseja se integrar às pesquisas sobre trabalho e precarização social, cujos temas ocupam um lugar de destaque nas pesquisas em Serviço Social.

Desta forma, diante das singularidades vivenciadas por lésbicas que não expressam a feminilidade hegemônica, esta dissertação se torna relevante para compreender as condições de vida dessas trabalhadoras, verificando fatores de desproteção social e os agravamentos em suas condições de vida pela presença do racismo e da lesbofobia estruturais somados à precarização no trabalho informal.

## **Metodologia**

Esta pesquisa teve seu projeto de pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) submetidos à Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio (CEP/PUC-Rio) para avaliação e posterior aprovação, exarada sob o nº 113-2022 – Protocolo 145-2022, proposta SGO 453944.

O anonimato das participantes foi garantido no TCLE, no qual consta que todo o material produzido durante as entrevistas não será divulgado sem a anuência da participante e de que a sua identidade não será utilizada em nenhum relatório, documento, evento ou qualquer apresentação sobre a pesquisa. O parecer da Comissão da Câmara de Ética em pesquisa da PUC-Rio e o TCLE constam, respectivamente, nos apêndices 1 e 2 desta dissertação.

Os requisitos éticos propostos pela Resolução 466/2012 e da Resolução 510/2016 foram e serão respeitados no planejamento e desenvolvimento da pesquisa. Nenhuma imagem das sujeitas de pesquisa foi utilizada. Além da submissão do projeto e do TCLE ao CEP da universidade, também foram tomadas outras medidas a fim de garantir uma pesquisa ética e sensível às especificidades das participantes. Dentre eles, destaco: a anonimização dos dados identificatórios das sujeitas de pesquisa (tais como: nomes das entrevistadas, locais de trabalho, bairros, ruas e afins, empresas citadas, nomes de pessoas citadas, nomes de pets, coletivas feministas etc.); apresentação e explicação do TCLE e de todas as suas partes para cada uma das entrevistadas, disponibilidade para sanar eventuais dúvidas, diálogo com o movimento de lésbicas e construção de espaços para a devolutiva resultante do trabalho por meio de reuniões com as entrevistadas, disponibilização do resultado final do trabalho para apreciação das entrevistadas, fidedignidade nas transcrições e adoção de todos os protocolos sobre destruição das evidências identificatórias tais como áudios, anotações pessoais etc.

Durante os primeiros meses do ano de 2023, entrevistei dez lésbicas negras des/infeminilizadas que contaram suas histórias a partir da relação com o trabalho. Apesar de compartilharem sentimentos comuns às pessoas que vivem a desesperança do desemprego, do acesso precário à renda e das intensas jornadas de trabalho, elas reconhecem que ser uma lésbica des/infeminilizada ou sapatão, como a maioria delas se define, constitui um obstáculo a mais na luta para alcançar um trabalho digno, protegido.

A pesquisa foi realizada com dez lésbicas pardas e pretas de alguns municípios que compõem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro: capital, Nova Iguaçu, Nilópolis e Maricá. A escolha desses municípios foi realizada a partir da necessidade de elencar novas mulheres participantes, uma vez que, devido à prorrogação do prazo de conclusão da pós-graduação, as outras pessoas contatadas desistiram de participar das entrevistas durante esse período por motivos diversos. Novas participantes foram alcançadas a partir da indicação das próprias participantes. A escolha das entrevistadas foi realizada por autoidentificação do quesito raça/cor, da condição lésbica e da condição lésbica des/infeminilizada.

A identidade das entrevistadas foi preservada através de nomes fictícios criados a partir de lésbicas reais e personagens que marcaram as nossas vivências lésbicas, seja com seu ativismo, seja com a sua existência ou com a sua ludicidade. Os nomes escolhidos foram: Rafiki (em referência ao filme queniano que conta a história de amor de duas jovens africanas); Kena (uma das personagens principais do filme Rafiki); Safo (Safo da Ilha de Lesbos, lugar que deu origem ao termo “lésbica”); Luana (em homenagem à Luana Barbosa, vítima de lesbocídio na cidade de São Paulo, em 2016); Zami (em alusão à obra da pensadora e poeta estadunidense, referência para o feminismo negro, Audre Lorde); Leci (em referência à Leci Brandão, mulher des/infeminilizada, sambista, compositora, política e primeira artista a se assumir publicamente lésbica no Brasil); Rute e Noemi (únicas mulheres a terem uma declaração de amor registrada na Bíblia); Jerusa (personagem do filme Um dia com Jerusa, de 2021, que conta a história do encontro de uma mulher lésbica negra com sua ancestralidade); e Felipa (em referência a Felipa de Sousa, primeira mulher condenada pela Inquisição, no Brasil, em 1592, por manter prática sexual com outra).

Será apresentado a seguir um breve resumo sobre o perfil das entrevistadas, que também se repete de forma mais ampla no apêndice 4, onde há um quadro com a sistematização desses dados.

Noemi tem 41 anos, se autodeclara preta e sapatão. Possui o Ensino Médio completo, trabalha informalmente em uma padaria, de 8h às 16h, de terça à domingo, e sua renda mensal é de R\$1200; Leci tem 39 anos, se autodeclara preta e bofinho. Possui o Ensino Fundamental incompleto, trabalha esporadicamente como diarista, sem casas fixas, de 3 a 4h por dia e recebe de R\$130 a R\$150 reais por semana; Jerusa tem 42 anos, se autodeclara negra e bofinho. Possui o Ensino Médio técnico completo, trabalha por contrato temporário como auxiliar de serviços gerais, de 8h às 14h, de segunda à sexta-feira, e sua renda mensal neste trabalho é de R\$844. Quinzenalmente, Jerusa trabalha como diarista e recebe entre R\$180 e R\$200; Rute tem 48 anos, se autodeclara parda e caminhoneira ou caminhão. Possui o Ensino Fundamental incompleto, está desempregada e não possui renda; Zami tem 39 anos, se autodeclara preta, não usa um termo específico para se definir, mas diz ser definida pelas pessoas como machinho ou sapatão. Tem nível superior incompleto e trabalha informalmente como balconista, atendente e gerente de um bar, de 10h às 3h da manhã, de quarta a domingo, e sua renda mensal é de R\$ 2 mil; Felipa tem 26 anos, se autodeclara preta e bofe. Possui o Ensino Médio incompleto, trabalha informalmente em um comércio ilegal, desenvolvendo trabalhos administrativos durante 10h horas por dia, 6 vezes na semana, e sua renda mensal é de R\$1200; Rafiki tem 55 anos, se autodeclara preta e bofinho. Concluiu o Ensino Médio, trabalha de forma autônoma como motorista, de segunda à sexta-feira, de 05h50 às 19h, não contribuiu para a previdência social e sua renda mensal é de R\$4500; Luana tem 65 anos, se autodeclara parda e disse, em tom jocoso, que se considera macho. Em alguns momentos usa o termo sapatão para se referir a si e às outras lésbicas des/infeminilizadas. Possui o Ensino Médio incompleto, está desempregada e tem uma renda mensal de R\$400 de pensão por morte; Kena tem 33 anos, se autodeclara preta e sapatão. Possui ensino superior incompleto, trabalha formalmente como Agente Comunitária de Saúde e informalmente como mototaxista. Sua carga horária no trabalho formal é de 40h semanais e no trabalho informal é de 7h por noite e aos finais de semana. Sua renda mensal é de R\$3500; Safo tem 51 anos, se autodeclara parda e sapatão. Possui o Ensino Médio incompleto, trabalha informalmente como cuidadora, de 08h às 17h de segunda à sexta-feira, e sua renda mensal é de R\$1900.

As entrevistas foram agendadas e realizadas no local de trabalho das participantes ou nas suas residências (de acordo com a preferência de cada uma das mulheres entrevistadas). Foram gravadas através de aplicativo para smartphone e transcritas por meio de um programa de reprodução de áudio,

chamado *Better Audio Editor*, com recursos de regulação de velocidade. O roteiro (disponível no apêndice 3 desta dissertação) foi elaborado com blocos de perguntas. O primeiro bloco buscou traçar o perfil da entrevistada como idade, declaração de cor, orientação sexual, escolaridade e como se identifica em seu grupo social. No segundo bloco, as perguntas se destinaram a compreender a situação laboral da participante, como bairro onde reside e bairro onde trabalha, renda, tipo de atividade exercida, tempo de trabalho na atividade atual, forma de ingresso, carga horária e ocupação anterior. No bloco seguinte, as perguntas foram realizadas para recolher dados sobre a situação social da participante, para identificar a existência de redes de apoio, acesso aos direitos sociais, exposição às violações de direitos no que tange à discriminação racial e à lesbofobia e a relação dessas violações com o acesso ao trabalho regulamentado. A sistematização dos dados foi realizada através de um quadro resumo, no qual constam colunas com os seguintes conteúdos: os nomes fictícios dados às entrevistadas, o registro de como elas se identificam em seus grupos sociais lésbicos; a autodeclaração de raça/cor de cada uma, idade, nível de escolaridade, horário de trabalho, carga horária, tipo de trabalho que exerce se é socialmente identificado como feminilizado, masculinizado ou neutro, as violações de direito que enfrentam, como identificam ou são identificados os níveis de lesbofobia que sofrem, manifestação da violência racista que elas identificam e quais são identificadas por mim, as formas de ingresso no trabalho, tipo de segurança no vínculo de trabalho, renda atual, setor do trabalho executado (serviços, comércio, lazer...), quais trabalhos estão disponíveis para as entrevistas e quais não estão disponíveis, com quem podem contar afetiva e financeiramente, se cuidam de alguém, como é a relação com a família declarada pela entrevistada, quais problemas familiares que enfrentam e como é o acesso à saúde.

A análise dos dados foi realizada através da comparação dos dados constantes nas colunas do quadro e da identificação de particularidades e vulnerabilidades relatadas pelas entrevistadas e elencadas a partir desse registro, relacionadas às suas condições de vida e ao mundo do trabalho, sempre incluindo a condição de ser mulher, negra e lésbica des/infeminilizada.

As falas das entrevistadas foram utilizadas tentando reproduzir na íntegra o que foi dito, na maior parte do tempo, apenas suprimindo informações que comprometessem o anonimato ou que dificultassem o sentido da informação completa, no caso de falas incompletas ou que mudavam de assunto no meio da fala. Essa opção foi escolhida porque foi considerada a sensibilidade das histórias de vida dessas trabalhadoras e para que outras pessoas tivessem acesso à voz

dessas mulheres, que se dispuseram a contar sobre as suas condições de vida e de trabalho.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos distribuídos da seguinte forma: a introdução, numerada como capítulo 1 de acordo com as normas da PUC-Rio, contendo um apanhado geral do que trata esta pesquisa; o capítulo dois, no qual apresento a teoria feminista materialista e sua relação com a condição lésbica, as indefinições sobre o reconhecimento das lésbicas des/infeminilizadas enquanto grupo social, manifestações da violência lesbofóbica no cotidiano das participantes tanto na relação com o trabalho como nas relações familiares; o capítulo três é dedicado à informalidade e precarização vivenciadas pelas trabalhadoras lésbicas negras des/infeminilizadas e à comparação do acesso ao trabalho com outros grupos sociais de homens e mulheres feminilizadas; no capítulo 4 são abordados como as participantes lidam com o acesso aos direitos sociais e quais direitos tem sido negados a elas; e, por fim, a conclusão.

## 2

### **Sapatão, bofinho, bofe, macho, machinho, caminhão, caminhoneira: indefinições e opressões em comum**

Neste capítulo é abordada a contribuição da teoria feminista materialista para compreender o heteropatriarcado e a condição das mulheres enquanto classe social, bem como suas relações com a condição lésbica des/infeminilizada. Ao longo do capítulo foi apresentado como a condição lésbica des/infeminilizada é vivenciada pelas participantes da pesquisa, quais as implicações de ser uma lésbica negra des/infeminilizada e como lidam e identificam a lesbofobia.

#### **2.1.**

#### **Contribuições do feminismo materialista para a compreensão das opressões sobre a condição lésbica negra des/infeminilizada**

O ponto de partida desse trabalho é a condição lésbica negra des/infeminilizada enquanto categoria de opressão, numa sociedade fundada pelo trabalho. Que interferências a condição lésbica negra des/infeminilizada sofre na garantia de trabalho e subsistência, ao ponto de que a informalidade seja o caminho mais frequente para essas mulheres? Essa indagação pode ser inicialmente compreendida considerando as bases heteropatriarcais e racistas em que se estruturam as relações sociais entre os sexos e as raças.

O feminismo materialista nos ajuda a compreender que a relação entre homens e mulheres é, antes de tudo, uma relação de classes (Curiel & Falquet, 2014, p. 17). Essa corrente teórica nasceu do esforço teórico de feministas francesas (Colette Capitan, Christine Delphy, Colette Guillaumin, Emmanuelle de Lesseps, Nicole-Claude Mathieu, Monique Plaza, Paola Tabet e Monique Wittig), registrado na revista *Questions Féministes*, para analisar a opressão das mulheres como classe social, ou seja, a existência de homens e mulheres enquanto classes sociais (Curiel & Falquet, 2014, p. 14).

Para Guillaumin (2014), a existência da opressão das mulheres é uma condição material de serem colocadas como objeto a serem apropriados. A autora aponta que, diferentemente dos homens, as mulheres não têm na força de trabalho a única coisa que dispõem para viver. Além de sua força de trabalho, as

mulheres são apropriadas fisicamente, dando origem ao que Guillaumin (2014) nomeou de sexagem<sup>2</sup>.

Nas relações de sexagem, as expressões particulares dessa relação de apropriação (aquela do conjunto do grupo de mulheres, aquela do corpo material individual de cada mulher) são: a) a apropriação do tempo; b) a apropriação dos produtos do corpo; c) a obrigação sexual; d) o encargo físico dos membros inválidos do grupo (inválidos por idade – bebês, crianças, velhos – ou doentes e deficientes), bem como dos membros válidos do sexo macho (Guillaumin, 2014, p. 34).

O casamento heterossexual ocupa um lugar central nas relações de sexagem. É através dele que, ao contrário dos contratos de trabalho, o tempo da mulher será apropriado sem nenhuma medição, limitação ou qualquer avaliação monetária. Essa apropriação do tempo será estendida a todos os membros da família que façam parte da classe de mulheres. A elas cabem as tarefas de subsistência e de cuidado dos bens do homem (pai, marido, filho homem adulto etc.), tanto na esfera doméstica quanto na esfera pública (Guillaumin, 2014, p. 35).

Tudo se passa como se a esposa pertencesse em nua-propriedade ao esposo e a classe das mulheres pertencesse em usufruto a cada homem e, particularmente, a cada um que tenha adquirido a utilização privada de uma delas. Sempre e em toda parte, tanto nas circunstâncias mais “familiares” como nas mais “públicas”, espera-se que as mulheres (a mulher, as mulheres) façam a limpeza e a arrumação, vigiem e alimentem as crianças, varram ou façam o chá, lavem a louça ou atendam o telefone, costurem o botão ou escutem as vertigens metafísicas e profissionais dos homens etc. (Guillaumin, 2014, p. 35).

É também na esfera do casamento que se dá a obrigação sexual. Interessante mostrar que, além da necessidade de consumação do ato sexual para que o casamento não seja anulado, a mulher não deve se esquecer de que pertence a alguém, “sendo propriedade de seu esposo”. Por outro lado, o homem tem a liberdade de seu próprio corpo, podendo manter relações sexuais com outra mulher com a qual não tenha uma relação social de apropriação, caso contrário, o homem seria considerado adúltero se possuísse outra mulher para si além de sua esposa (Guillaumin, 2014, p. 39).

A partir da abordagem de Guillaumin sobre as relações sociais de sexagem, é possível compreender que o heteropatriarcado consiste nessa relação de subordinação da classe das mulheres à classe dos homens, naturalizada na instituição do casamento, mas não só restrita ao casamento, uma vez que, enquanto objeto de apropriação, conforme já mencionado anteriormente, a classe

---

<sup>2</sup> “O termo “sexage” foi criado por Guillaumin, em analogia com os termos “servage” (que significa servidão) e “esclavage” (que significa escravidão). Em português, optamos por traduzir por “sexagem” (Curiel & Falquet, 2014, p. 34).

dos homens adquire direito de uso privado da classe das mulheres nas relações heteropatriarcais (Guillaumin, 2014, p. 35).

A relação de dominação entre as classes de sexo revela que nem homens, nem mulheres formam um grupo natural. Trata-se de relações que se definem “por uma relação social, material, concreta e histórica. Esta relação social é uma relação de classe, ligada ao sistema de produção, ao trabalho e à exploração de uma classe por outra” (Curiel & Falquet, 2014, p. 15). As autoras ainda acrescentam que quaisquer que sejam as tentativas de transgressão de gênero ou de sexo, em qualquer sociedade, as mulheres sempre estarão abaixo na hierarquia social (Curiel & Falquet, 2014, p. 21).

Partindo dessa premissa, cabe perguntar: como as imposições sociais do heteropatriarcado sobre as mulheres podem contribuir para que as lésbicas tenham menos acesso ao mercado de trabalho regulamentado?

Para buscar responder a esta questão, se faz necessário apresentar a invenção da mulher pela política heterossexual (Falquet, 2012), pois é preciso entender que, na sociedade capitalista, lésbicas não são mulheres, uma vez que não são apropriadas pelos homens. Tal negação conduz às opressões pela suposta falta de cooperação desse grupo com a reprodução da sociabilidade capitalista, manifestadas, por exemplo, pela violência lesbofóbica em todas as suas manifestações e pela dificuldade de acessar empregos regulamentados.

A falta de regulamentação de trabalho tem sido uma tendência da reestruturação produtiva<sup>3</sup>. Se a classe trabalhadora como um todo tem sido empurrada para formas precarizadas de trabalho, aqui parte-se do pressuposto de que as lésbicas in/desfeminilizadas sempre estiveram mais sujeitas à informalidade. Ou seja, ao não corresponderem às expectativas sociais do que se entende como comportamentos femininos (forma de se vestir, expressar e se relacionar com o sexo oposto), terão menos oportunidades de inserção em um trabalho regulamentado e, conseqüentemente, estarão mais submetidas a trabalhos precarizados, principalmente envolvendo atividades informais dispostas pelos centros urbanos. Em outras palavras: a informalidade acaba impondo-se às lésbicas in/desfeminilizadas.

---

<sup>3</sup> O termo "reestruturação produtiva" refere-se aos sucessivos processos de transformação nas empresas e indústrias, caracterizados pela desregulamentação e flexibilização do trabalho, fruto da acumulação flexível e das novas tecnologias da terceira revolução industrial. A reestruturação produtiva emergiu a partir da década de 1970, em função da grande crise do capitalismo e da derrocada do paradigma fordismo/taylorismo em meio ao processo de produção e acumulação industrial. Nesse contexto, emergiu, no plano econômico, a retomada do modelo liberal – ou neoliberal.

Falquet (2012), no artigo “Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política”, apresenta o caráter ideológico da heterossexualidade e a condição lésbica<sup>4</sup> como movimento social e teoria política contra o sistema heterossexual que, alinhada ao enfrentamento de outras formas de opressão, se utiliza da desnaturalização como ferramenta para situar a heterossexualidade num lugar fora da simples atração entre dois sexos.

A autora cita o ensaio Tráfico de Mulheres: notas sobre a economia política do sexo, da antropóloga Gayle Rubin, para afirmar “o caráter profundamente social da heterossexualidade” (Rubin, 1999 [1975] apud Falquet, 2012, p. 19):

Na esteira de Lévi-Strauss, Rubin demonstra que o papel da divisão sexual do trabalho, compreendida nesta perspectiva como uma interdição, pesando para cada sexo, de dominar o conjunto das tarefas necessárias para a sua sobrevivência, é o que o(s) torna material e simbolicamente dependente(s) um(a) do(a) outro(a) (Falquet, 2012, p. 19).

A heterossexualidade, de acordo com a autora, é imposta a partir da necessidade de formação de unidades familiares nas quais as tarefas devem ser direcionadas de acordo com o sexo de seus integrantes, criando, assim, uma relação de dependência, uma vez que homens e mulheres devem executar as tarefas para a qual foram designados para garantir a sobrevivência de ambos. Dessa forma, a homossexualidade se constitui um tabu por desorganizar o domínio e a dependência do conjunto de tarefas distribuídas por sexo (Falquet, 2012, p. 19).

No mesmo trabalho, Falquet traz os pensamentos de Monique Wittig e Adrienne Rich, sinalizando que as referidas autoras ampliam a condição lésbica das microrrelações para uma perspectiva de projeto político de luta, aliança, cooperação e amor entre mulheres que ultrapasse as barreiras da sexualidade, libertando as mulheres da violência imposta pela heterossexualidade:

Para ambas, a heterossexualidade, longe de ser uma inclinação sexual natural nos seres humanos, é imposta às mulheres pela força, quer dizer, ao mesmo tempo pela violência física e material, inclusive econômica, e por um sólido controle ideológico, simbólico e político, o qual faz intervir um conjunto de dispositivos que vão desde a pornografia até a psicanálise (Falquet, 2012, p. 20).

---

<sup>4</sup> “A condição lésbica pode ser entendida como um conjunto complexo de implicações sociais que giram em torno da figura da lésbica, ou seja, conceitos positivos e também preconceitos que compõem uma noção do que é ser lésbica em determinada sociedade. Assim, a condição lésbica no Brasil engloba todas as formas de representação, representatividade e construção de estereótipos do que é ser lésbica na sociedade brasileira, independente desta ser uma noção positiva ou não” (Soares, 2018, p. 19).

Enquanto Adrienne Rich conduz seu pensamento para a urgência da proclamação da lésbica como prática de libertação e fortalecimento entre mulheres (Leão, 2009, p. 80), Monique Wittig dedica-se a explicar a relação heterossexual como uma relação de classe sexual.

Segundo os termos de Wittig, “o que faz uma mulher é a relação social particular com um homem, relação que no passado nós chamamos de servidão, relação que implica obrigações pessoais e físicas, assim como obrigações econômicas (“confinamento doméstico”, corvéia doméstica, dever conjugal, produção ilimitada de filhos, etc.)” (Wittig, 2007 [1980]). As mulheres e os homens são categorias políticas que não podem existir uma sem a outra. As lésbicas, ao “escaparem ou se recusarem a se tornar ou permanecerem heterossexuais”, ao colocarem em causa esta relação social, a heterossexualidade, questionam a própria existência das mulheres e dos homens. Mas não basta fugir individualmente, pois não existe verdadeiramente o lado de fora: para existir, as lésbicas devem travar uma luta política de vida ou morte em prol do desaparecimento das mulheres como classe, para destruir o “mito da Mulher” e para abolir a heterossexualidade (Falquet, 2012, p. 21).

A teoria de Wittig expressa o viés social e ideológico da heterossexualidade traduzido no que classificou como o “pensamento *straight*”<sup>5</sup>. Segundo a autora, o exercício ideológico da heterossexualidade naturaliza tanto a diferença dos sexos como de raça e de classe e tem elos com o nacionalismo, a xenofobia e o essencialismo e, junto ao “religioso como expressão máxima do político”, servem de pano de fundo para “um processo material de exploração, de extração e de concentração de riquezas, que se intensifica na globalização neoliberal” (Falquet, 2012, p. 23).

A partir da ideia de Monique Wittig, sobre a naturalização das diferenças de sexo e, conseqüentemente, a naturalização das opressões advindas dessa relação e, a partir do discurso de Sojourne Truth, que denuncia o racismo e o classismo como estruturas invisibilizadoras das condições das mulheres negras, se observa que a condição lésbica e a heterossexualidade são projetos em disputa, que envolvem relações econômicas e sociais, cujas tensões serão traduzidas no cotidiano da vida das lésbicas, impactando no direito à vida, à saúde, à convivência familiar e comunitária e, principalmente, ao trabalho.

Embora sejam de correntes teóricas distintas, o manifesto Combahee River, um dos documentos que registra a luta do feminismo negro, não antagoniza com o feminismo materialista. Pelo contrário, traz pontos convergentes no que tange as opressões que se estruturam em torno da realidade material do sexo, da raça e da classe.

---

<sup>5</sup> Straight em português significa heterossexual.

No documento traduzido por Stefania Pereira e Letícia Simões Gomes o Coletivo Combahee River (2019, p. 201) se apresenta como um grupo de feministas negras e lésbicas, organizadas para desenvolver estratégias políticas com a finalidade de alcançar a libertação de todos os povos oprimidos através da destruição dos sistemas político-econômicos capitalistas e imperialistas e do patriarcado. Para além da libertação, o Coletivo defende que a revolução socialista seja feminista e antirracista e que, só assim, será garantida a libertação para as mulheres negras:

Somos um coletivo de feministas negras que se reúne desde 1974. [...] A declaração mais genérica de nossa política atual é a de que estamos ativamente comprometidas com a luta contra a opressão racial, sexual, heterossexual e de classe; encaramos como nossa tarefa particular o desenvolvimento de análise e práticas integradas baseadas no fato de que os principais sistemas de opressão estão interligados. A síntese dessas opressões cria as condições de nossas vidas. Como mulheres negras, vemos o feminismo negro como o movimento político lógico para combater as múltiplas e simultâneas opressões que todas as mulheres de cor enfrentam. [...] Como feministas negras e lésbicas, sabemos que temos uma tarefa revolucionária bem definida e estamos prontas para uma vida de trabalho e luta (Coletivo Combahee River, 1977 apud Gomes & Pereira, 2019, p. 197, 207).

O manifesto Combahee River, escrito por mulheres negras e lésbicas em 1977, acredita que as mulheres negras devem lutar por sua própria libertação da opressão porque são elas as únicas capazes de compreender, falar e lutar contra as opressões que as afligem; acredita que o patriarcado oprime através da política sexual, que é inseparável da raça e da classe por não poder, de forma exclusiva, ser somente opressão racial ou sexual, e afirma que, assim como o patriarcado, os sistemas político-econômicos capitalistas e imperialistas precisam ser destruídos. O documento reconhece que a força de trabalho das mulheres negras é frequentemente marginalizada e que a dimensão de raça e classe dessas mulheres apresenta impactos econômicos e laborais para elas. Além disso, declara a crença nas teorias de Marx para explicar os fatores econômicos e defendem que sua teoria deveria ser expandida para compreender a situação econômica de mulheres negras (USP, 2016).

Falquet (2012, p. 14) cita o pioneirismo do Coletivo Combahee River como um dos atos políticos promovidos pela condição lésbica enquanto “prática sexual, amorosa e de aliança material entre mulheres”. Tal aliança enunciou que “as opressões são inseparáveis, assim como a luta contra o racismo, o patriarcado, o capitalismo e a heterossexualidade” (Falquet, 2012, p. 16).

A condição negra lésbica está sujeita a diversas opressões pela suposta falta de cooperação desse grupo com a reprodução da

sociabilidade capitalista, como a violência lesbofóbica em todas as suas manifestações e a dificuldade de acessar empregos regulamentados que afeta como um todo a população negra. Considerando que as abordagens teóricas sobre a divisão sexual do trabalho partem da análise dos papéis sexuais dentro de uma perspectiva heterossexual (por ser essa a estrutura familiar idealizada pela sociedade burguesa), é importante lançar luz sobre o trabalho de mulheres que estão fora do regime heterossexual e que confrontam o sistema patriarcal e o sistema capitalista ao assumirem outro lugar na organização social, que não é o lugar imposto às mulheres nesses sistemas. Conseqüentemente, a questão social, para as trabalhadoras negras lésbicas, se apresentará com outras expressões que merecem a devida interlocução com a análise da precarização das relações de trabalho, com o racismo estrutural e com a lesbofobia enquanto dinamizadores de opressões cruzadas.

O protagonismo de Sojourner Truth<sup>6</sup> nos ajuda a compreender melhor o que Wittig afirmou sobre a heterossexualidade naturalizar tanto a diferença dos sexos como de raça e classe. Embora a história de Sojourner Truth seja a da reivindicação do reconhecimento da mulher negra como uma mulher, ela também revela a história da relação heterossexual entre homens brancos e mulheres brancas, demarcando mulher como uma categoria universal que tem por base a mulher branca. Diante da denúncia de Sojourner Truth e de tantas outras mulheres que se levantaram para afirmar suas condições enquanto classe sexual, a ideia do sujeito mulher universal ruiu, fazendo emergir as questões de raça e de classe em meio às discussões internas aos movimentos de mulheres estadunidenses (Davis, 2016, p. 73).

A partir da ideia de Monique Wittig, sobre a naturalização das diferenças de sexo e, conseqüentemente, a naturalização das opressões advindas dessa relação e, a partir do discurso de Sojourne Thruth, que denuncia o racismo e o classismo como estruturas invisibilizadoras das condições das mulheres negras, se observa que a condição lésbica e a heterossexualidade são projetos em disputa, que envolvem relações econômicas e sociais, cujas tensões serão traduzidas no cotidiano da vida das lésbicas, impactando no direito à vida, à saúde, à convivência familiar e comunitária e, principalmente, ao trabalho.

---

<sup>6</sup> Mulher negra, estadunidense, do Estado de Ohio, Sojourner Thruth era pregadora pentecostal, abolicionista e defensora dos direitos das mulheres. Sojourner Thruth proferiu o discurso "Não sou eu uma mulher?" em uma convenção de mulheres em Akron, Ohio, em 1851 (Truth, 2014, *online*).

Considerando que as abordagens teóricas sobre a divisão sexual do trabalho partem da análise dos papéis sexuais dentro de uma perspectiva heterossexual (por ser essa a estrutura familiar idealizada pela sociedade burguesa), é importante lançar luz sobre o trabalho de mulheres que estão fora do regime heterossexual e que confrontam o sistema patriarcal e o sistema capitalista ao assumirem outro lugar na organização social, que não é o lugar imposto às mulheres nesses sistemas. Conseqüentemente, a questão social, para as trabalhadoras lésbicas, se apresentará com outras expressões que merecem a devida interlocução com a análise da precarização das relações de trabalho, com o racismo estrutural e com a lesbofobia enquanto dinamizadores de opressões cruzadas.

## 2.2.

### **Autopercepção: estranhamentos e familiaridades entre as lésbicas negras des/infeminilizadas**

Mulheres, lésbicas, negras, des/infeminilizadas, são categorias agrupadas que carregam opressões muitas vezes não reconhecidas. Todos esses adjetivos revelam que mulher não é um indivíduo genérico, e ser lésbica não sujeita à feminilização e negra é estar aquém de ser mulher numa sociedade heteropatriarcal e racista.

A partir das vozes dessas mulheres, nota-se que é difícil se reconhecer enquanto lésbica e negra numa sociedade em que as maiores vítimas de violações são as mulheres e a população negra. Matar, prender e silenciar são violências implícitas e explícitas reveladas aqui desde o momento em que se autodeclaram lésbicas, des/infeminilizadas e negras:

[...] Então, vamos lá. Você é lésbica? Você é feminina? Então sua atração é pela lésbica bofe, é isso? É aí que entra... isso aí não tem muito a ver com ser lésbica, entendeu? Ser lésbica é uma opção<sup>7</sup> que você tem de se relacionar. Não tem muito a ver: “ah, bofe”. Até porque a lésbica feminina que se atrai por um bofe, uma lésbica bofe, ela gosta de homem. [...] Eu não acho confortável uma roupa feminina apertada, salto alto... nunca achei, entendeu? E mesmo antes de ser lésbica, eu não achava. Eu andava de tênis e calça jeans. Mas você identifica uma lésbica bofe pelo que ela está vestindo. [...] A gente já nasceu com isso: mulher usa batom, homens jogam bola. [...] Cara, é óbvio que eu sou mais puxada para o lado masculino. Mas eu não me enquadro nessa parte bofe, entendeu? [Quando você

<sup>7</sup> As entrevistadas, e boa parte das lésbicas que não são militantes ou acadêmicas, não utilizam o termo orientação e sequer estão familiarizadas com ele. “Orientação sexual” ainda não é um termo amplamente difundido entre lésbicas trabalhadoras informais tais quais as que foram entrevistadas para este estudo, portanto, o termo “opção” é bastante recorrente nas falas das entrevistadas ao longo desta dissertação para se referir à orientação sexual.

olha uma pessoa parecida com o seu jeito e você quer falar sobre ela, você diz que ela é?] Machinho. [Isso você fala em relação às outras pessoas, você não usa esse termo pra você?]. Então, mas eu acho que é o que as pessoas também veem em mim, né? (Zami, 39 anos).

Zami não concorda com o termo bofe para se identificar. Ela assimila que o termo bofe está voltado para uma adjetivação masculina que foge à possibilidade de ser mulher. Entretanto, em algum momento, Zami é laçada por um conjunto de atributos que não a definem como bofe, mas que a marcam de tal forma que ela se sente identificada por outras pessoas e é definida por elas como “machinho”.

Do mesmo modo, Rute também não identifica um termo de coesão que dê conta de unificar as lésbicas des/infeminilizadas em torno dele e verbaliza que seu grupo social não faz distinção entre lésbicas femininas e des/infeminilizadas e que isto não tem relevância para elas:

Ah, entre eu e minhas amigas todo mundo é assumida, então, tipo assim, não rola esse lance de: ah, fulana é feminina... esses detalhes assim entre a gente não rola não. Agora, quando é alguém desconhecido que, às vezes, tipo assim, não é assumida pelo jeito da pessoa, aí a gente até entra no comentário de falar: “Pô, eu acho que fulano é sapatão”. É porque, entre amigos, raramente, porque todo mundo é assumida, então. Claro que tem muita gente assim, define do jeito que a pessoa se arruma, porque se a pessoa for uma menina feminina já é mais difícil até de você saber, né? Já a pessoa que já se veste um pouco mais masculina, e aquele também que é muito homem, tem menina que, às vezes, não tem seios, tem gente que até fala assim: “Olha o rapaz ali”. [...] Não me incomodo, às vezes eu brinco com as minhas amigas, falo: “E aí, caminhoneira!” “Caminhão!” (Rute, 48 anos).

Porém, ao longo da entrevista, ela foi comparando as faltas de oportunidades no mundo do trabalho<sup>8</sup> com outros grupos sociais (mulheres e gays) e se aloca no grupo das caminhoneiras, aquelas que tem menos oportunidades e são vítimas de discriminação, demonstrando que, mesmo sem um termo coeso, há muitas semelhanças entre as suas pares distantes: “[...] eles têm mais oportunidades do que a gente caminhoneira. [...] os homens têm mais oportunidade de ter emprego que uma caminhoneira. [...] existe o preconceito por ser caminhoneira [...]” (Zami, 39 anos).

Em alguns momentos, as lésbicas des/infeminilizadas aparecem como uma espécie de subgrupo dentro de seu próprio grupo social. É o caso de Felipa que, mesmo tendo orgulho de quem se tornou após a desfeminilização, precisa afirmar

---

<sup>8</sup> A expressão “mundo do trabalho” se refere aos processos sociais que vêm levando às mais diversas formas sociais e técnicas de organização do trabalho desde o fim do século XX e neste início do século XXI, pautando-se na submissão cada vez maior do processo de trabalho e da produção aos movimentos do capital em todo o mundo, compreendendo a questão social e o movimento da classe trabalhadora (Stampa, 2012; Ianni, 1994).

todos os dias o direito de não ser feminilizada para lidar com a discriminação da própria amiga e ex-companheira, que é uma lésbica feminilizada:

Oh, eu tenho uma ex minha que ficou comigo na vibe, assim, eu menininha. Eu tenho ex que não me aceita assim. Eu tenho uma ex-mulher que eu tive que eu tenho contato com ela até hoje, porque eu acredito que se tornou um respeito entre mim e ela. Ela não aceita eu assim. Ela não aceita. Ela é lésbica, não aceita eu assim porque quando ela me conheceu eu era assim igual a você. Era bombadinha, bá, pra ela... não vou dizer nem pra ti que ela não aceita porque ela é lésbica também. Ela não aceita assim minha mudança, não consegue imaginar. Tanto que já marcamos várias paradas, ela nunca conseguiu ir. Eu acho bizarro, entendeu? Eu falo: Cara, você tem que me aceitar. Mas ela entende que hoje eu tou feliz, entendeu? Eu tou bem. Tou bem. Parece que eu saí de um armário mesmo. Igual as pessoas falam aí fora. Eu tou de boa (Felipa, 26 anos).

Felipa não se incomoda em fazer parte de um grupo e, em alguns momentos desta pesquisa, até celebra o fato de conviver e circular entre vários tipos de grupos sociais. Luana, por sua vez, rejeita a ideia de pertencer a algum grupo, tanto pela sua condição lésbica, quanto pela sua cor:

Que eu não ando assim em grupo. Eu não ando nesses grupos aí não. Tava numa festa da B... lembra, aquela amiga da..., aí chegou um pessoal amigo, que não tem nada a ver com essas histórias, aí chegou e tinha tanta, tanta, tanta que elas sentaram numa mesa assim afastada... eu disfarcei, disfarcei, fui lá sentar com eles. Muita coisa pra minha cabeça. Me sinto uma pessoa normal, entendeu? Não sou de tá em grupo, de tá com conversas assim. É raro eu tá com alguém... Assim... posso tá com uma amiga que é normal, que é normal, que eu digo que é... não sei como é que é... que é hétera, né? Eu falo das coisas minhas, mas não sou de tá com essas conversas, entendeu? [...] Eu fico com as pessoas, na sacanagem: “eu sou macho, cara, eu sou macho”. [...] É isso que eu digo, sou mais macho que muito homem. Eu fico vendo os homi aí, tem homem que corre de barata. Eu que mato a barata, pomba!

Luana, além de se recusar a fazer parte de um grupo em que a sua condição lésbica esteja em evidência, não entende a sua cor/raça como referência de sua constituição enquanto ser social e político: “[...] É parda, mas estão tirando esse negócio, é o que tá na certidão, né? [Mas qual a cor que você se define?] Parda, porque eu descendo de português e de índio e de tudo misturado, então não sei qual é a cor que eu tenho” (Luana, 65 anos).

Estar em algum grupo, andar com o grupo, reconhecer-se enquanto tal, é assumir-se como minoria, como diferente, como objeto de preconceito. A autopercepção é um processo fragmentado. Provavelmente, essas mulheres são identificadas como sapatão/bofe e como negra/parda (indígena) sem se perceberem, e, mesmo se afastando do grupo, a heteroidentificação as traz de volta a esse lugar.

Essa fuga do reconhecimento da condição lésbica des/infeminilizada e da própria cor é reflexo de uma despolitização que dificulta a autoidentificação e, conseqüentemente, qualquer possibilidade de organização política em torno da condição lésbica negra des/infeminilizadas.

### 2.3.

#### **Manifestações das violências racistas e lesbofóbicas no cotidiano das lésbicas negras des/infeminilizadas**

Até o momento, vimos como a lesbofobia é uma violência que impacta diretamente no acesso ao trabalho. Entretanto, para quem sofre seus efeitos, nem sempre essa violência é perceptível, assim como o racismo:

Por incrível que parece, não. Na época em que eu trabalhei em padaria, tem muitos anos atrás, né? E nunca ninguém fez, tipo assim, nenhum tipo de piadinha, sabe? Eu nunca passei por nenhum problema assim não. Só na minha casa, que foi logo no começo, quando a minha mãe descobriu aí... Minha irmã também, ela faz essas brincadeira, né? Não sei... acho que não, porque eu também desconfio que meu sobrinho, um dos filhos dela, ele é gay. Mas eu acho que não [que não são ofensivas, as brincadeiras] porque minha irmã também, ela já beijou uma amiga minha. Por isso que tou te falando que não existe preconceito, entendeu? É mais, assim, brincadeira dela, porque minha mãe não gosta. Eu não esquento não. Eu fico tímida e sem graça na frente da minha mãe. Mas, fora disso, até na empresa que eu trabalhei o meu encarregado me chamava: "Ô, fulano!". As meninas, minhas amigas, morria de rir. Uma vez, tava lá no banheiro botando lá um piso e tava com uma amiga. Aí o cara chegou e falou: "Ô menino"... Quando eu virei, que ele olhou, ele falou: "Ah, desculpa". Aí minha colega começou a rir. É porque, assim, eu costumo deixar meu cabelo mais baixinho, cortadinho, na régua. Vamo ver né, se aqui até o carnaval eu fico louca, se não cortar meu cabelo. Eu gosto assim desse negócio de depilar o corpo, ficar com cabelo cortado, a unha feitinha... não gosto de pintar, nem muito assim de passar base não, mas tá com a unha limpinha, cortadinha, cabelinho cortado... é isso (Rute, 48 anos).

Apesar de não identificar a lesbofobia, Zami relata que a partir de sua condição lésbica ela é vista como uma pessoa disponível para o trabalho braçal. Essa relação entre trabalho manual e des/infeminilização é uma perspectiva animalizada da condição lésbica negra que também é uma forma de manifestação da violência racista que atribuiu às pessoas negras o lugar do trabalho não intelectualizado:

Nunca tive [problemas por ser machinho. Eu acho que as pessoas enxergam em mim uma resistência masculina, entendeu? Tou falando de físico, de trabalho braçal. Disso. Só. De resto, não (Zami, 39 anos).

Se aconteceu, foi sob debaixo dos pano. Vou te falar, graças a deus com isso... eu nunca... pô, tem amigas minhas que já foram estuprada, apanhava na rua, por ser

de um jeito, a maneira de vestir... eu nunca. Já apanhei de bate bola, mas porque eu tava na rua e fui na padaria sozinha. E nem era... isso foi muitos anos. Mas também não foi por causa disso. Foi porque eles são terríveis também. Eu acho... Cara, ah, não sei, pode ter sido, mas eu era muito nova. Eu tinha uns 12 anos. Eu era assim, já gostava, já sentia coisas diferentes, mas eu me vestia de menina, tinha cabelo grande... nesse caso aí pode até ser, mas acredito que não, cara. Até porque, naquele dia, eles tavam batendo em todo mundo, entendeu? Não importava homem, mulher, branco, preto, gordo, magro, não importava. Eu tenho pavor de bate bola. Pavor de verdade. Pô, e eles eram muitos, muitos, muitos... (Rafiki, 55 anos).

Jerusa relata situações de lesbofobia combinadas com racismo:

Cara, o pessoal me chamava de Pinguim, Jorjão, Pereirão... um monte de coisa. No colégio era macaca, sabe aquelas coisas... picolé de asfalto... O bullying<sup>9</sup> é uma coisa real na nossa vida, né? Você acaba aprendendo a lidar com ele. Se não você se entrega, dá uma depressão... aí você entra em depressão... muitas pessoas que entra em depressão aí se entrega às drogas, bebida, álcool, a cigarro, um monte de coisa, né? E aí acaba se autodestraindo. Mas, às vezes, é resultado desse tipo de coisas que vai te sufocando. Porque o mundo, ele te sufoca de uma certa forma que você... tem hora que você quer ser alguém, ser você e você não consegue. Ainda mais você sendo negra e lésbica, aí fica difícil à sexta potência (Jerusa, 42 anos).

Situação também vivida por Kena:

Apelido da escola: Pelé. Pelas duas coisas, porque acho que eu era a única menina que jogava futebol com eles, e porque, provavelmente, ser a mais retinta dentro das pessoas que eram pretas na escola. Teve Bené, por causa da Benedita<sup>10</sup>. E aí ficavam me zoando de Benedita quando eu era muito pequena: “que você é a Benedita, você é a Benedita”. Aí meu irmão não gostava e aí o apelido pegou nele e não pegou em mim. Aí o apelido do meu irmão ficou sendo Bené. Que eu me recorde, são esses assim (Kena, 33 anos).

Assim como ocorre com Jerusa, observa-se que o uso do tratamento de forma masculinizada é uma das manifestações da lesbofobia cotidiana no ambiente de trabalho dessas mulheres, mesmo que Felipa mencione que não se importa com essa invisibilização de sua condição de mulher des/infeminilizada:

---

<sup>9</sup> Bullying é uma palavra de origem inglesa que designa atos de agressão e intimidação repetitivos contra um indivíduo que não é aceito por um grupo, geralmente na escola. “Bully” significa “valentão”, e o sufixo “ing” representa uma ação contínua. A palavra bullying designa um quadro de agressões contínuas, repetitivas, com características de perseguição do agressor contra a vítima, não podendo caracterizar uma agressão isolada, resultante de uma briga. As agressões podem ser de ordem verbal, física e psicológica, comumente acontecendo as três ao mesmo tempo. As vítimas são intimidadas, expostas e ridicularizadas. São chamadas por apelidos vexatórios e sofrem variados quadros de agressão com base em suas características físicas, seus hábitos, sua sexualidade e sua maneira de ser. As vítimas de bullying podem sofrer agressões de uma pessoa isolada ou de um grupo. Esse grupo pode atuar apenas como “espectadores inertes” da violência, que indiretamente contribuem para a continuidade.

<sup>10</sup> Benedita Sousa da Silva Sampaio é uma mulher negra, servidora pública, professora, auxiliar de enfermagem, assistente social e política brasileira filiada ao Partido dos Trabalhadores. Foi a primeira senadora negra do Brasil, sendo também ativista política do movimento negro e assumidamente feminista. Foi governadora do Rio de Janeiro (de abril a dezembro de 2002) e atualmente é deputada federal.

[...] no trabalho eu tenho uns apelidinho engraçado... Juninho Play... essas coisa assim. Em casa só Sapa, sapatão filha da puta. [...] lá no trabalho o pessoal me chama: “menino!”, aí eu falo: “oi”, que, às vezes, minha voz dá uma avacalhada, entendeu? Às vezes ela dá uma mudada, quando eu tou com uma preguicinha, tou com preguiça de falar, fica manhosa... Aí eu falo: “não, é menina”. Tem gente que já me conhece, entendeu? Tem gente que me chama... inventa um nome pra mim lá dentro... entendeu? Tem uma cliente lá que me chama de Raí, Ryan... Alguma porra assim, mané. Alguma parada assim. Mas, tipo assim, com respeito. Nunca tive essas restrições que as pessoas têm aí fora em relação a gente. Eu nunca tive, eu nunca presenciei, se tem, se existe, tá pra chegar ainda. Mas eu também sou descaralhada, mando todo mundo tomar no cu, não tou ligando pra nada. Continuo chupando todo mundo. Ponto. Entendeu? Não ligo pra nada. Só que tem coisas que chateia. Até não gosto, porque eu sei na minha cabeça que eu sou mulher, mas eu tenho a minha personalidade, a minha vontade, entendeu? Tipo, vamos supor, você passou, me chamou de menino. Se eu achar que eu devo te falar que eu sou uma menina, eu vou falar, entendeu? Mas não me incomoda. Nunca tive, nunca tive, juro pra ti, eu nunca tive essa coisa, assim, questão de preconceito e essas parada, nunca passei por isso. Não sei se é por causa que eu tou nova, né? Às vezes, mais velha, eu vou passar. Vou ficar com a cara da Pepê e da Neném<sup>11</sup>... (Felipa, 26 anos).

Tratar uma lésbica des/infeminilizada como homem é uma forma de negar a possibilidade de sua existência, uma vez que essa forma de tratamento violento comunica que há somente duas possibilidades de existência: ser um homem ou ser uma mulher feminilizada. Embora Felipa crie mecanismos para lidar com a lesbofobia no ambiente de trabalho, ela reconhece que a violência contra lésbicas é mais incisiva contra lésbicas des/infeminilizadas. Felipa relatou que era amiga de uma lésbica des/infeminilizada assassinada em um bairro da cidade do Rio de Janeiro:

Eu tenho uma amiga que eu perdi, que mataram em relação a isso. A gente era muita sacanagem, a gente curtia puteiro e essas paradas todas. [...] Se vestia assim igual a mim. [...] Minha amiga... Aí, ela curtia muito, eu e ela curtia muito [...] Só que aí nesse dia que ela faleceu, estávamos junto, entendeu? Só que eu quis ir pra casa e ela quis ficar. Imagina eu, a mãe dela me ligando, perguntando onde que ela tava e eu não sabia responder. Porque eu saí com ela, eles alega que eu saí com ela, teria que voltar com ela. Só que, se você é maior de idade, você tem que saber o que você tá fazendo, entendeu? Ela ficou e eu fui embora. Aí, quando chegava, a gente tinha sempre essas coisa assim, quando a gente chegava em casa, a gente ligava uma pra outra pra saber se a outra chegava bem, chegou bem... quando eu mandei mensagem pra ela, não conseguia falar, se comunicar. Foi onde eu liguei pra família dela. Eu trato eles com muito respeito, chamo a mãe dela de tia: “Tia, a [...] chegou?” Ela falou: “Não, filha. A [...] não chegou”. Foi onde que foi procurando, aí passou dois dias, passou três, passou uma semana. Aí. onde a gente foi na delegacia, procuramos IML... Querendo ou não, a gente tem que partir pra esse lado. E aí foi onde encontramos ela lá [...], morta, com sintomas de abusos, entendeu? Com marcas de violência... e, enfim.. Agora, se você me perguntar assim: “O que que houve?” Eu não sei te falar. Apenas a pessoa, ela e Deus, sabe responder o que que aconteceu. Não sei se tentaram... estuprar ela, estupraram. Entendeu? Igual [...], é um lugar que eu não gosto de curtir. Que [...] é um lugar que tem muito preconceituosos. Muito. É um lugar bom pra você curtir? É. Mas se você

<sup>11</sup> Dupla de cantoras brasileiras lésbicas negras, formada pelas irmãs gêmeas Potiara da Silva Oliveira e Potiguara da Silva Oliveira.

vê, a maioria das lésbicas morre tudo em [...] com violência. Se você parar pra ver mesmo, é Caxias que é um lugar... Mas eu acho que [...] é relacionado a mais... ali tem muito preconceituosos, muitos homofóbicos, entendeu? Que chega ao caos de ter uma violência. Eu acho que foi por isso que ela passou. [...] Lá em [...], elas gostam de curtir lá. Só que eu, particularmente, se eu tiver que curtir num bar, uma parada assim, eu escolho [...] por último pra curtir. Antes dela já teve muita lésbica lá morrendo, igual eu, né, bofe. Porque vocês, que são meninas, estão vestida normal, pra qualquer um vocês é menina. A não ser que participe de uma violência de estupro, de abuso, entendeu? Mas não está estampado em vocês que vocês são lésbicas. Igual minha cunhada falou: “Ela é lésbica”. Aí eu falei: “Quem?” Aí foi onde tu me chamou. Aí eu falei: “Essa menina não é lésbica não. Não parece” Não, tem menina que se veste assim, normal, que a gente olha e a gente vê que é, entende? Mas você não, você é bem feminina. Não parece. Agora, a gente não, a gente chega num lugar a pessoa já recebe um espanto, entendeu, que somos diferentes, entendeu? E lugar que eu não curto muito é [...]. Mas, por causa disso, eu acho, acredito que foi. Mas não vai minha vibe ali. Foi ossada. Mas, de boa, que Deus a tenha ela. Somos bofe, somos, mas a gente tem que entender que o homem tem mais força que a gente (Felipa, 26 anos).

Os riscos a que Felipa se refere são ratificados por Aguiar (2019). Segundo a autora, a “lésbica negra fancha, bofe, caminhoneira ou sapatão” é vista como um risco à sociedade e está mais propensa à violência letal:

A partir desse estereótipo de masculinidade negra incutido pelo prisma do racismo como um sujeito suspeito, perigoso, associado a criminalidade lésbica negra fancha, ou bofe, ou caminhoneira, ou sapatão, corre inclusive risco de vida em nossa sociedade. Luana Barbosa dos Reis, vulgo Luan, sofreu assassinato na cidade de Ribeirão Preto interior de São Paulo Brasil, por causa do rótulo preconceituoso contra sapatões pretos (Aguiar, 2019, p. 132).

Fica bastante evidente em outros relatos que a violência contra lésbicas é mais incisiva contra lésbicas des/infeminilizadas:

Lá no trabalho tem várias pessoas que fala assim pra mim... como é que ele fala... “você é assim porque você não recebeu... num pegou um homem”. Eu falo: “Gente, o homem sou eu”. Eu não gosto mesmo. Vou te falar. eu já fui noiva com homem, eu já fui assim igual você, menininha, bonitinha. Eu era assim igual a você. Fiquei com um rapaz três anos. Nunca tive nada com ele, a não ser beijo, tinha aquela coisinha assim básica, e quando eu via que o negócio ia engrossar eu metia o pé. Mas aí eu fiquei... até gostava dele... o menino era apaixonado por mim. Aí o menino fez uma tatuagem com meu nome aqui no peito. Aí, quando ele fez a tatuagem, eu vi que eu tava muito, tipo, privando ele de ser feliz. Falei: “Pô, eu tenho que me frear”. Aí eu botei uma aliança no meu dedo. Mas eu fiz isso tudo em relação à minha mãe, porque eu ainda dependia de comer um prato da comida, dependia do teto dela. Aí, depois que eu saí, aí eu fui mudando a minha roupa, mudando... hoje eu tou bem. [...] Igual minha mãe, minha mãe me forçava que eu não era. Eu era da igreja, sou afastada. Hoje eu sou candomblecista, hoje eu sou lésbica, mas é eu que quero. Ninguém botou uma arma na minha cabeça: “Felipa, vai ser lésbica, vai ser macumbeira”. Não! Hoje eu estou bem, entendeu? Ela não aceita. Vou te falar, Dandara, eu até que entendo ela. Eu era muito feminina, eu novinha. Assim, feminina que eu digo, forma de se vestir, mas, modo de falar, minha voz sempre foi essa. Ela acha que eu tomo coisa, minha mãe: “Felipa, você tá tomando”... Tem umas parada que toma... Eu não tomo essas paradas, nada, juro por Deus. Até porque eu tenho pressão alta, tenho medo de morrer, capotar e ir pra casa do caralho (Felipa, 26 anos).

Uma vez quase, no trabalho. No trabalho, tinha um rapaz que era homofóbico. Uma vez aconteceu um fato, até deixei pra lá. A menina do escritório passou e ele tava falando um negocinho meio escroto, né? Só ele. A menina escutou, J... era muito gente boa: “Ô M... você sabia que por essa sua fala você poderia ser mandado embora por justa causa?” Ela trabalhava com o pessoal do RH e da administração: “Aqui na empresa a gente abomina qualquer tipo de preconceito, seja ele religioso, sexual, seja o que for, cor...”. Aí ela perguntou: “Por essa fala dele, você quer dar parte dele?” A delegacia era do lado. “Não J..., não quero não”. “Porque, se você quiser, vou com você como testemunha”. Ele era branco, branco, ele ficou rosa, roxo... “Não, mas eu não falei pra ofender”. “Pois é, mas ofende”. Aí ele deu uma baixada. Nunca mais falou uma graça. Falou isso mais de machismo dele, machistinha. Foi posto no lugar dele. Nunca mais (Noemi, 41 anos).

Minha patroa é meio preconceituosazinha com negócio de viado<sup>12</sup>. Comigo ela nunca falou não, porque eu falei pra ela. uma vez, ela falou negócio de viado. Eu falei: “Sabia que dá cadeia, né?” Se escutar ela falando um “A” assim... Tem que se impor. Já falei já pra ela saber que eu não gosto. Eu não fico falando gracinha da minha vida pessoal perto dela, não. Tem uma colega que eu contei pra ela, quando eu saí com a garota e tal, mas aí a gente já se conhece, tem uma certa intimidade. Quando Dona T... chega, eu corto o assunto pra não dar muita intimidade pra patrão (Noemi, 41 anos).

Felipa aponta como a ausência de feminilização é um fator que a expõe a situações de discriminação e como a feminilização protege mulheres que, diferentes dela, não são lidas socialmente como lésbicas. Seguem os relatos de Felipa e de outras entrevistadas, a este respeito:

Você já é mais reservada. Eu já sou mais... bateu, olhou, já tem as vestimentas diferente, entendeu? Você já é mais reservada. Quem chegar num lugar, não sabe que tu é. A não ser se tu abrir a boca e falar, entendeu? Eu não, já chego já... Quem tem que entender somos nós. A gente é que gosta. Às vezes as pessoas pergunta pra mim: “Qual é a diferença em relação a mulher e a homem?” Eu não gosto, não curto homem, entendeu? Curto mulher, ponto, acabou. Não fico rendendo o assunto, não tem mais o que falar. Tem que entender que eu gosto e ponto, entendeu? (Felipa, 26 anos).

Tenho direto. Cara, na família, eu acho que teve aquele mais velado, sabe, onde tipo, ser a única da família assumida, aí depois uma outra prima se assumiu, aí uma outra prima se assumiu bi. Mas eu fui a primeira a me assumir, né? Eu acho que teve mais um preconceito velado, mas nunca diretamente não. [...] Cara, no trabalho, eu sinto que rola um incômodo, assim, né? Nesses três trabalhos, acho que menos no Slammer<sup>13</sup>. Mas nos três trabalhos eu sinto que rola um incômodo de, tipo, como eu sou no mundo, né, a forma de se vestir, a forma do cabelo, as coisas que, às vezes, confunde, pra eles é confuso. Eu adoro pintar a unha, por exemplo, eu faço sempre a unha. E aí isso, pra eles, torna uma confusão, né, de que a sapatão não faria uma unha, não pintaria a unha, né? Mas também sempre velado. Nesse caso do CLT<sup>14</sup>, eu entendo que é bem velado, mas na moto tem mais,

<sup>12</sup> A expressão “viado” é recorrente, na linguagem coloquial, para fazer referência ao homossexual do sexo masculino.

<sup>13</sup> Nome que se dá a quem participa dos “poetry slams”, ou, em português, batalhas de poesia. Surgido nos Estados Unidos, na década de 1980, o termo “slam” passou a designar apresentações deste gênero, que não se utiliza de acompanhamento musical, e no qual se faz uso apenas da voz e do papo para a transmissão da arte. Nas batalhas, os poetas são avaliados por seus versos declamados.

<sup>14</sup> A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é uma Lei do Brasil referente ao direito do trabalho e ao direito processual do trabalho. Ela foi criada através do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de

né, porque é muito homem, né, e então eles... ou eles me tratam como brother e falam coisas absurdas de quantas mulheres eles comeram, ou eles me ignoram, solenemente, ou eles tentam me ensinar alguma coisa, achando que eu não sei. No Slammer não, né, no Slammer é um espaço cultural, um espaço que, aparentemente, ser sapatão, inclusive, tem uma conotação muito melhor (Kena, 33 anos).

Kena, não nomeia o tratamento que recebe dos homens. Embora diga que sofre a violência lesbofóbica de forma velada, ser tratada como um homem é uma violência explícita da invisibilização da condição lésbica. Mesmo que essa violência não seja nomeada, ela possui um padrão de comportamento: é sempre igual, com toda lésbica, especialmente bofe. Essa resposta mostra como é evidente para Kena que o fato de ser sapatão gera, nos homens, um comportamento padronizado. Kena e Rute relataram serem tratadas como homens, isso demonstra que a lesbofobia não é criativa em se mostrar presente e as lésbicas criam formas de lidar com esse sofrimento colocando as dores no terreno do não dito:

Eu acho que sempre a gente vai pautar raça quando a gente for falar sobre lesbofobia, né, de como isso atinge de forma diferente as mulheres pretas e, sendo elas retintas, mais ainda. Mas, na época em que eu jogava futebol, por exemplo, da [...] que era uma mulher preta, retinta, não feminilizada que foi violentada, assim, e a gente só descobriu depois que ela já tava grávida, assim, e aí ela levou a gravidez até o final e a gente não falava sobre isso, né, a gente tinha 16, 17 anos. A gente quase nem falava sobre racismo, você imagina falar sobre abuso, estupro corretivo, né? E, essa e outras mulheres que não performam feminilidade, dessa época dos 16, 17 anos, que engravidaram por pressão, assim, né, por pressão da sociedade, por pressão da família e que, provavelmente, elas não engravidariam se não tivesse uma pressão da sociedade pra que isso acontecesse. Eu conheço pelo menos três que não performavam a feminilidade e não foram casos de estupro corretivo, mas que engravidaram por essa pressão da sociedade, assim (Kena, 33 anos).

Kena reconhece que o racismo, estupro corretivo, violência e pressão social são opressões sofridas por lésbicas des/infeminilizadas, com ênfase para as lésbicas retintas. A partir do seu relato, observa-se que a maternidade compulsória e a heterossexualidade compulsória se expressam de uma forma muito diferente para as lésbicas negras des/infeminilizadas do que para as outras mulheres, a tal ponto que a denúncia de um estupro corretivo, mesmo entre suas amigas, era impensada e fez parte de uma violência extremamente silenciosa.

Kena é muito atenta às questões raciais, reconhece que houve um tempo em que não tinha consciência das questões raciais que a atravessavam e atravessavam seu grupo durante a adolescência. Ao contrário de Kena, as falas

---

1943 e sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas durante o período do Estado Novo (1937-1945), unificando toda a legislação trabalhista existente no Brasil.

de Luana e Safo demonstram ausência de letramento racial, tão necessária à compreensão das opressões por elas vivenciadas e que as impedem de reconhecer situações de racismo e, até mesmo, de se identificarem como pertencentes ao grupo social das mulheres negras:

[Pessoas brancas se sentem incomodadas com a sua cor?] Muita gente se incomoda, né? Você sabe disso. Mas eu tenho muita amizade. Tem muita gente que não vejo há muito tempo, mas tenho muita amizade. Eu não sei... pode incomodar muita gente (Luana, 65 anos).

Eu acho que é parda, sei lá, não me ligo nesse negócio de cor (Safo, 51 anos).

De acordo com Almeida (2017), o letramento racial diz respeito à desnaturalização das relações de raça. Os lugares ocupados por negros e brancos, segundo a autora, precisam ser analisados, desconstruídos e combatidos para que todos tenham acesso pleno à cidadania.

Para Almeida (2017) a ausência do letramento racial fomenta a perspectiva social de que todos são iguais, impedindo que se o racismo seja visto em suas dimensões estrutural e institucional.

A dimensão estrutural de que trata a autora está presente na fala de Noemi que, em seu exemplo, demonstra atuação do racismo sobre a autoestima de uma lésbica negra que não conseguiu se desenvolver em sua área de formação. Embora seja um exemplo individual, a contestação da capacidade intelectual de negros e negras é uma prática racista estruturada nas relações sociais:

Nosso país é hipócrita, preconceituoso, racista, homofóbico. Principalmente hipócrita né, porque a gente é um país tão mestiço. Já vi uma colega nossa que ela ficou muito tempo desempregada e é muito boa na área dela, da construção civil e tal. A F..., ela se sente menos por ser lésbica e negra. Eu não acho ela menos. Acho ela foda como pedreira, muito boa mesmo! Mas ela se acha menos. Não sei se ela já passou por alguma situação, né, porque eu nunca tinha visto ela passar por nada. Mas deve ter passado por alguma coisa, porque ela era sempre muito arredia com as coisas. Muito pé atrás com tudo. Tanto é que, na área dela, depois que a gente saiu do PAC [programa econômico criado pelo Governo Federal] e essas coisa assim, ela não arrumou outro emprego na construção civil. Eu já fui pra construção civil, fui pra outra área, mas continuei na construção civil. Ela não. Ela foi trabalhar com lanche... fazer alguns servicinhos de bico e tal, ela não continuou (Noemi, 41 anos).

A história da amiga de Noemi mostra como a precarização acaba sendo uma opção mais segura diante da possibilidade de enfrentar um ambiente de trabalho muitas vezes insuportável e traumático para lésbicas negras des/infeminilizadas, como ocorre com Jerusa, que reconhece a atuação do racismo em seu cotidiano, tanto implicitamente quanto nas formas de injúria nominadas por ela de

“brincadeiras bobas”, que, apesar de incomodá-la, realiza um esforço para serem ignoradas, considerando que Jerusa precisa manter seu trabalho:

Ah, já. Mas, hoje em dia, a gente consegue se posicionar. Eles agem daquela maneira velada, né? Mas sempre tem aquelas brincadeiras bobas, sempre tem aquelas coisinhas e tal. Mas, já. Mas eu levo na esportiva. Levo isso pro coração não. Porque a gente precisa do trabalho. A gente tem que... né? (Jerusa, 42 anos).

Kena reconhece que seu ambiente de trabalho é permeado pelo racismo. Embora não relate situações de racismo que a atingiram diretamente, ela afirma que seus posicionamentos são menosprezados e desconsiderados, mesmo sendo uma mulher negra falando sobre racismo. Assim como Jerusa, ela também utiliza uma estratégia para lidar com o racismo, dessa vez, em vez de ignorar ela se utiliza da ironia para enfrentá-lo:

Cara, eu acho que tem. Tem algumas pessoas que acham mimimi ou coisas que eu coloco dentro, principalmente agora, do sistema de saúde. Então, tipo quando eu corrigir alguém sobre nome, por exemplo: “ah, não se fala morador de rua, fala pessoa em situação de rua”, “ah, não se fala viciado, se fala pessoa com abuso excessivo de droga”, e aí acham que é mimimi. E aí, quando eu falo do racismo em si como um conjunto, como situações, falam que é mimimi, enfim, tem esse... eles nunca... a pessoa que fala isso, ela nunca confronta de forma direta com argumentos, ela só joga e espera você responder. Mas eu ando aprendendo que não adianta, assim, na real, o que essa pessoa quer é te desestabilizar. Então, legal é você concordar com ela, você concorda com essa pessoa no máximo de ironia que você conseguir, pra ela querer contrariar aquilo que ela disse. Então é a minha tática que eu tenho usado (Kena, 33 anos).

Rafiki identifica a manifestação do racismo combinada com lesbofobia nas relações sexuais e afetivas mesmo entre lésbicas. Ela menciona que nos aplicativos de relacionamento as lésbicas negras e des/infeminilizadas são preteridas em relação às brancas, mostrando que a solidão da mulher negra se reproduz também nas relações lésbicas:

As duas coisas. Preconceito mesmo, entendeu? Não vou saber te responder. Mas, é isso aí, a bofinha branca é menos discriminada do que a negra. Oh, tu tira pelo aplicativo. Tu vai no aplicativo, né, aí a primeira coisa que a lésbica feminina entra: “não quero bofinho” (Rafiki, 55 anos).

Ao contrário de Rafiki, Rute acredita que o racismo se sobrepõe à lesbofobia e ao sexo, atingindo homens e mulheres negros sem distinção. Ela tem facilidade para identificar a discriminação contra pessoas negras, mas a discriminação contra lésbicas des/infeminilizadas não possui exemplos próximos. Rute ouve falar de casos de racismo na televisão e não de violências contra lésbicas

des/infeminilizadas, evidenciando que a discriminação contra esse grupo social sequer é abordada pela mídia:

Ah, eu acho que, pra mim, é as duas coisas, eu acho. É porque eu, assim, oh, existe o preconceito por ser caminhoneira; Mas eu acho que as pessoas negras, hoje em dia, eu acho que existe muito mais preconceito, porque se vai numa loja você vê as injustiças que fazem hoje em dia com as pessoas negras. Se tá dentro do ônibus um rapaz negro, muita das vezes, dependendo da maneira que ele até tá vestido, tem pessoas que já ficam já com medo, né, de ser assaltado, ou de repente o cara... igual aquela mulher que confundiu aquele cara, o cara era artista, né? Artista não totalmente famoso, mas ele fez uma participação na novela e depois a família deles, os amigos, foram lá pra frente do presídio. Que a mulher falou que ele roubou ela, cortaram até o cabelo dele, que ele usava black. Ele fez participação em novela de... não sei se negócio de escravo também. Aí a mulher disse que confundiu ele. Quer dizer, então, eu acho que as pessoas negras... ainda tem muito mais preconceito do que as pessoas até que são caminhoneiras. Eu acho que as pessoas negras enfrentam muito mais preconceito do que as caminhoneiras, no caso, né, opção. Eu, hoje em dia, eu vejo assim dessa forma, eu acho. Quando junta as duas coisas, eu acho que ainda é pior. É, menina, como diz minha amiga, Deus tinha que levar todo mundo e renascer tudo de novo (Rute, 48 anos).

O relato de Felipa aponta que a sua família, além de ser lesbofóbica, pratica racismo religioso em razão de sua crença em uma religião de matriz africana. Além disso, o relato de Felipa soa como se “se relacionar com mulher” fosse tão prejudicial ou perigoso como se envolver em atividades criminosas, como se as duas coisas estivessem no mesmo universo semântico, na mesma categoria, e em uma categoria oposta a ser da igreja:

Minha mãe, foi o que falei pra ela: “Você não precisa aceitar, você não precisa nada, só respeitar o meu espaço. Eu respeito o seu e você respeita o meu. De boa”. Até aí a gente se dá bem. Mas, às vezes, a gente dá, assim, bastante choque em relação a isso. Porque também sou de macumba... essas coisas toda, e ela é da igreja [evangélica]. Óbvio que mãe nenhuma quer filho de crime, que se relaciona com mulher, enfim... mas aí a gente cresce, a opinião vem de nós, entendeu? O que eu posso fazer por ela é respeitar o que ela diz que não aceita. Respeitar. Não sou obrigada a aceitar. Tanto que ela vive na vibe dela lá e eu vivo na minha de boa (Felipa, 26 anos).

Ao longo da entrevista Felipa não identifica que sofre discriminação por ser negra, embora reconheça, de modo geral, que o racismo exista. O fato de sua mãe não aceitar sua religião não é pensado por ela como um ato racista e lesbofóbico, por Felipa frequentar um espaço religioso que não discrimina sua condição lésbica. Mais uma vez, se torna importante pensar no letramento racial (Almeida, 2017) para compreender a valorização de algumas religiões em detrimento de outras. O cristianismo, por exemplo, foi institucionalizado na Europa e apresenta maior aceitação social que as religiões de matriz africana.

O racismo e a lesbofobia enfrentados por Felipa em sua família também se repetem na vida de outras lésbicas negras des/infeminilizadas.

O próximo item se dedica a olhar para essas relações familiares permeadas por contradições.

#### 2.4.

#### **Relações familiares: choques, limites e “aceitação”/respeito**

A relação com a família, para as lésbicas des/infeminilizadas, apresenta aspectos dicotômicos. Ora a família é um agente de insegurança, adoecimento e lesbofobias, ora é a única rede de proteção que possuem.

Noemi tem 41 anos, é hipertensa e atualmente trabalha informalmente em uma padaria. Há tempos, quando trabalhava no ramo da construção civil, pode contar com a família em um período de adoecimento. A mesma família que, em outros momentos, ultrapassou alguns limites que não estavam bem delimitados por ela antes de prover o autocuidado em saúde mental: "depois da terapia, melhorou mesmo a relação com a minha mãe, com a minha irmã. Ah, eu não sabia me impor, agora eu acho que não é bem assim não, entendeu? Saudade da minha psicóloga... só esperando desapertar um pouquinho" (Noemi, 41 anos).

Leci foi abandonada pela família natural na infância e tem reconstruído os vínculos familiares recentemente. Para Leci, a companheira e a irmã são as pessoas que a amparam em momentos adversos, como esse em que ela se encontrava doente e necessitava de suporte com regularidade:

Onde tá vendo solução eu tou indo. É chato você tá com dor e ninguém descobre o que é essa dor. É horrível. E ela, tadinha, ela já não tá aguentando mais. Até falei pra ela: "Amor, se você quiser eu vou pra casa da minha irmã, pra não deixar tão peso pra você". Porque ela faz os bico dela, entendeu? Aí ela fica naquela preocupação de sair pra trabalhar e me deixar aqui sozinha. Mas ela tem que ir, porque alguém tem que segurar a onda... Aí eu falo com ela: "Vem, amor, pra casa. Tou com dor". Aí, tipo assim, eu falei pra ela: "Tou quase indo pra minha irmã". "Não, fica aqui comigo". Mas, pô, é foda, aí fico sem saber o que eu faço mais com ela. Até minha irmã foi, falou: "Se piorar a dor dela, você me liga que eu bato com ela no UPA [Unidades de Pronto Atendimento] e ela só vai sair de lá... entendeu?" (Leci, 39 anos).

Felipa considera que não tem problemas com o pai, que não questiona sua condição lésbica des/infeminilizada, embora ele não respeite seus relacionamentos. "Dar em cima" das companheiras de Felipa revela que existem muitas formas de discriminação e de expressão da lesbofobia e da misoginia. A mulher bissexual ou lésbica feminilizada é assediada pelo pai da bofe para provar

a virilidade dele, mostrando que nenhuma mulher é impenetrável e, ao mesmo tempo, para garantir que, apesar da filha não ser feminilizada, ela ainda é menos viril que ele. "Aceitar" a condição lésbica da filha para rivalizar com ela é o mesmo que não aceitar, muda a forma de repressão, mas continua presente e marcante a lesbofobia como instrumento constitutivo da relação pai-filha:

Eles lá e eu aqui. Que a gente dá um choquezinho. Que minha mãe não me aceita assim, entendeu? Minha mãe é da igreja, ela fica na vibe dela e eu na minha aqui. Já tivemos vários desentendimentos. Mas ela lá e eu aqui, entendeu? Dá um choquezinho, assim, mas nada além do respeito. Eu respeito ela e ela me respeita. Eu que vou até ela. Só eu. Nenhuma das mulheres que eu tive, nenhuma conhece ela. Só por foto. Minha parte paterna aceita de boa. E se não aceitar eu mando tudo tomar no cu, que eu não dependo deles pra porra nenhuma. [...] Meu irmão, a gente não se fala em questão a isso. Mas, também, não se fala porque as mulher dele dava em cima de mim, entendeu? Aí eu tive que ficar com uma pra mostrar pra ele que, entendeu, que não tem nada a ver. Tive que ficar. Tá pensando que eu não presto? Mas [era] a menina que dava em cima de mim. Ele não fala comigo, ponto. Também não faço questão. Não dependo dele pra porra nenhuma. De boa. Vivo igual, entendeu? Minha família paterna, não. Meu pai dá até em cima das minhas mulher, nega. Meu pai não presta. Dá. Eu parei de apresentar minhas mulher pra ele, que ele dá em cima até das minha mulher. É sério. Minha vida é triste. Mas eu vivo bem de boa em relação a isso. De boa mesmo (Felipa, 26 anos).

O relato de Felipa apresenta a fragmentação da autoconsciência diretamente relacionada com a dificuldade de estabelecer o respeito entre as pessoas mais íntimas, como a própria mãe. Ela frisa a falta de interesse por parte da mãe em conhecer as noras e a falta de abertura para que as mesmas frequentem a casa e os eventos da família. Além disso, ela repete, algumas vezes, o fato de que ela vai até a mãe, mas a mãe não vai até ela e nem se interessa por sua vida.

Contraditoriamente, apesar da relação conflituosa e desrespeitosa em razão da condição de Felipa, por ela ser lésbica e des/infeminilizada, a mãe é quem se manteve presente lhe fornecendo suporte material e afetivo durante o período em que esteve privada de liberdade, situação relatada no capítulo 3 desta dissertação.

Para Rafiki, a família sempre foi seu ponto de apoio, tanto para viver a sua condição lésbica quanto para iniciar sua vida laborativa:

Se isso acontece, eu desconheço. E nem antigamente, que era aquela coisa mais preconceituosa, acho que eu nunca... nem no trabalho, nem... Graças a Deus, eu tive uma aceitação muito boa, por ser negra e lésbica, em qualquer lugar. Também não sei se porque no trabalho, eu só trabalhei com gente conhecida. Trabalhava na fábrica da minha tia, depois esse trabalho do mercado, com um amigo, mas eu trabalhava dentro do mercado, né, ali eu poderia sofrer alguma coisa, mas, também não, e na eletrônica também era de um cunhado meu. Mas também nunca nada. E no transporte também não. E agora que eu trabalho com aplicativo, eu trabalho com compras, eu vou no mercado, faço as compras e entrego na casa da... e também nunca sofri nada [...] (Rafiki, 55 anos).

Assim como Rafiki, Kena conta com o suporte da família. Em uma situação de adoecimento, relatada na entrevista ao longo, pôde contar com o apoio de sua mãe. Coincidentemente, Rafiki e Kena são as entrevistadas com maior renda. Seria importante termos dados sobre a relação entre o apoio familiar, representado nas entrevistas por questões como pertencimento, validação das relações lésbicas e boa convivência com membros da família consanguínea, e a situação de vulnerabilidade socioeconômica vivida por lésbicas des/infeminilizadas. O que se pode concluir, com a análise das entrevistas, é que a existência do apoio familiar às lésbicas des/infeminilizadas entrevistadas, na nossa sociedade heteropatriarcal, afeta diretamente suas condições socioeconômicas. Em contrapartida, as entrevistadas que têm uma relação ruim com a mãe/família são as que apresentam uma renda menor.

Todas as entrevistadas revelam que o suporte material e afetivo advém de mulheres (ex-companheira, companheira, mãe, irmãs e filha), significando que o cuidado é uma tarefa marcadamente feminina. Entretanto, se o cuidado advém das mulheres, as relações familiares entre elas também apresentam situações de desamparo e violência lesbofóbica, como será visto no item a seguir.

#### **2.4.1.**

##### **Desamparo: uma realidade em comum**

Neste tópico, é abordado como as lésbicas negras des/infeminilizadas relatam situações de lesbofobia intrafamiliar, cujas consequências variam desde situações de extremo risco social, iniciadas no período da infância e da adolescência dessas mulheres, a situações de total desamparo e solidão na idade adulta, bem como a existência/ausência do apoio familiar interfere no acesso ao trabalho e à renda.

Leci tem 39 anos, e atualmente vive com a companheira numa casa cedida. Passa a maior parte do tempo realizando trabalhos precarizados. Ela faz biscates e sobrevive com uma renda de menos de um salário mínimo por mês. Sua infância foi marcada por situações de negligência e abandono, culminando em situações de risco, mendicância e privação de liberdade, após a descoberta de sua condição lésbica por parte de sua mãe adotiva:

Porque eu fui criada em orfanato, vivi nas ruas, fui presa. Então não tive oportunidade de uma pessoa segurar na minha mão, ter dado estabilidade, entendeu? Então eu não tive tempo pra estudos. Não tive chances. A minha mãe que me adotou, foi ela descobrir minha opção sexual com 7 anos de idade, com 7

anos de idade eu me revelei, ela me entregou pro juizado de menor de volta. Então, quando ela me entregou pro juizado de menor, de lá eu fui pro abrigo. Então, do abrigo, minha cabeça virou. Ela quis tentar consertar o erro dela, mas já era tarde. Já tinha pulado o muro e ficado pro mundo de meu deus aí, no meio da rua. Eu vivi um tempo na rua, morei um tempo na rua e, da rua, eu fiz umas merdinhas na rua e fui presa na Ilha do Governador, entendeu? E eu fui ter tenência mesmo com 18 anos de idade... Ter minha vida... uma vida legal, essas coisas toda. Quando eu fui, tinha 14... 15 anos. Eu não tive estrutura, eu não tive estrutura, entendeu? Fiquei presa, aí fui pra rua, aí fui pro CRIAM [unidade de cumprimento de medida socioeducativa, hoje chamada de Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente - CRIAAD], em Ricardo de Albuquerque, fiquei um tempo lá, fui pra rua, fiz merda, voltei, fui pra rua de novo, fui pro abrigo, fiz merda no abrigo, voltei. Aí, no último dia, na última passagem que eu fiquei um ano presa. Desse um ano eu nunca mais voltei, mas dali eu segui... (Leci, 39 anos).

Jerusa também viveu uma situação semelhante a que Leci enfrentou. Ser reconhecida como lésbica quando ainda dependia da família foi determinante para a sequência de vulnerabilidades que ela enfrentou. Atualmente ela tem 42 anos e vive com a companheira e a enteada. Considera que a relação com a família é boa, apesar de ter sido expulsa de casa na adolescência. Tanto Jerusa quanto Leci não verbalizam a violência praticada pela família como uma violência lesbofóbica:

Problemas no início a gente teve pouco, né? Mas não tive muito, mas tive. A questão foi mais com a minha mãe mesmo. Ah... é a questão da não aceitação, né? Saí de casa e tal... a pessoa não aceitar, e você querer viver sua vida e não encontrar apoio, né? Não encontrar apoio e aí acaba caindo no mundo. Aí não tem emprego. Aí você quer estudar, você nem pode. Trabalhar, fazer qualquer coisa pra você sobreviver (Jerusa, 42 anos).

Mesmo com impactos sobre suas trajetórias de trabalho e escolarização, Jerusa e Leci reorganizaram suas vidas, apesar de suas famílias. Entretanto, a solidão lésbica intrafamiliar foi relatada como uma situação muito frequente na realidade de lésbicas negras des/infemilizadas adultas. Essa situação aparece frequentemente atrelada a fatores econômicos, além dos fatores afetivos. A ausência ou o acesso precário à renda, as coloca em situações de dependência e constrangimento perante a família e, ao mesmo tempo, de solidão em espaços compartilhados, demonstrando que a presença da família, na maioria das vezes, não é sinônimo de amparo.

Rute tem 48 anos de idade, é uma trabalhadora especializada no ramo da construção civil e atualmente se encontra desempregada. Ela usa seus conhecimentos para realizar pequenos biscates, e mesmo assim não possui renda suficiente que assegure a sua subsistência. Ela depende financeiramente da mãe, com a qual não mantém vínculos afetivos fortalecidos:

É porque é tipo assim, eu e minha mãe... eu penso assim: tem duas versões né? Tem filha e mãe que, além de ser mãe e filha, elas são grandes amigas, tipo, tem aquela coisa da filha tá sempre conversando, soltando tudo, né? E, assim, eu não me vejo dessa forma, eu vejo mãe e filha só. Claro que eu não tenho liberdade com a minha mãe, como eu vejo muitas filhas hoje em dia, né? Tem filhos que parece que tem assim... não sei... uma liberdade imensa de contar e tal... não sei, sabe? E minha mãe, quando descobriu, nossa, falou que se ela soubesse não tinha feito festa de 15 anos, que ela serviu de palhaça, quis me levar para o psicólogo e tudo. Então foi assim muito difícil pra mim, muito difícil. A minha mãe, hoje em dia, tem a mente um pouquinho... Me trata super bem, não destrata nenhuma e nunca destratou nenhuma das meninas que eu namorei. Ela fica no cantinho dela e eu fico no meu. Não participo a minha vida, com quem eu tou, com quem eu deixo de tá. Então a gente vive assim. Em relação aos meus irmãos, também não se mete na minha vida, não me destrata, mas é cada um no seu quadrado, sabe? Muita das vezes eu moro aqui, tou te falando, eu me sinto muito sufocada, muito presa aqui. Que, tipo assim, agora, desempregada, eu passo o meu dia quase todo aqui sozinha. Eu e minha mãe, mora uma do lado da outra, mas, tipo assim, ela fica no celular... não tem aquela conversa, aquele papo de conversar, de eu ir pra lá ou ela vir pra cá. De ficar batendo aquele papo, conversando... não. Entendeu? Cada um no seu quadrado. E aí eu me sinto assim, ainda mais estando desempregada. Tem dia que vou até pra rua, andar pela rua por aqui pra mim distrair um pouco a minha mente. Porque você fica dentro de uma casa, pra se sentir o tempo inteiro sozinha, aqui, né, grande pra mim... sabe? Aí tem dia que eu lavo roupa, tem dia que eu limpo a casa, esses dias mesmo eu dei banho no Toddy, sabe? Então eu procuro tá me ocupando mais de manhã. Porque, de tarde, depois do almoço, ainda desempregada, aí mesmo que dá um sono, ligo a televisão, vou deitar um pouquinho, acordo, tiro um cochilo, aí já durmo tarde também, que eu cochilei de tarde. Mas, fora disso, quando alguma amiga num me liga e fala assim: "Não, vou passar aí de carro te levar pra ir pra praia". "Não, vem aqui pra casa". Aí, fora disso, menina, fico aqui. Aí tem dia que é tédio demais [...] (Rute, 48 anos).

O episódio da festa de 15 anos<sup>15</sup> marca uma característica importante da sociedade heteropatriarcal. A criação deste evento tem origem logo após o fim da Idade Média, e tinha como objetivo apresentar mulheres adolescentes aos homens daquela sociedade para futuros casamentos. No caso de Rute, sua mãe estava apresentando uma lésbica para a sociedade, ou seja, uma mulher com nenhum futuro enquanto esposa numa relação heterossexual. A mãe de Rute se sentiu envergonhada por estar apresentando algo que, supostamente, não era verdadeiro. E Rute, por sua vez, se sentiu mal pela reação de sua mãe e pela falta de compreensão da sua condição lésbica.

Além da solidão lésbica intrafamiliar, Rute tem sua condição lésbica des/infeminizada frequentemente apagada por sua irmã, que a destitui da possibilidade de ser uma mulher lésbica e a coloca no lugar do masculino como forma de zombar de sua condição e constrangê-la, gerando desconforto e um distanciamento ainda maior entre ela e a mãe. Apesar disso, Rute não enxerga o tratamento desrespeitoso como uma manifestação lesbofóbica, pelo contrário,

---

<sup>15</sup> Os 15 anos de uma garota. Disponível em <<https://dianobre.medium.com/os-15-anos-de-uma-garota-1e0f940e0f20>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

acredita que o fato de sua irmã ter beijado uma mulher e ter um filho gay a redime de qualquer tratamento discriminatório:

A minha irmã tem mania de falar assim: “Mãe aproveita que teu filho...”. Ela fala: “Rapazinho, vai fazer almoço...”. Minha mãe fica puta, minha mãe não gosta. Minha mãe sabe que eu sou assumida porque ela já conheceu algumas namoradas minhas, mas é um tipo de brincadeira que a minha mãe não gosta, entendeu? Aí minha irmã já tem esse tipo dessa brincadeira. Eu não me incomodo, mas eu fico sem jeito, sem graça na frente da minha mãe, entendeu? Por mais que ela saiba, eu fico sem jeito, sem graça. [...] Eu nunca passei por nenhum problema assim não (problemas por ser uma mulher des/infeminilizada). Só na minha casa, que foi logo no começo, quando a minha mãe descobriu aí... Minha irmã também, ela faz essas brincadeira, né? Não sei... acho que não [que não sofre discriminação por parte da irmã] porque eu também desconfio que meu sobrinho, um dos filhos dela, ele é gay. Mas eu acho que não [que não são ofensivas as brincadeiras] porque minha irmã também, ela já beijou uma amiga minha. Por isso que tou te falando que não existe preconceito, entendeu? É mais assim brincadeira dela, porque minha mãe não gosta. Eu não esquento não. Eu fico tímida e sem graça na frente da minha mãe (Rute, 48 anos).

Além da lesbofobia perpetrada por sua família, Rute se encontra desesperada porque, além de estar desempregada e dependente da alimentação fornecida pela mãe, ela tem um animal de estimação sob seus cuidados e vive um eterno dilema porque a sua mãe fica incomodada com a presença do cachorro. Rute não sai para procurar emprego com receio de que o animal fique desassistido e a sua família não se mobiliza para ajudá-la nessa situação imprevista de desemprego. Por outro lado, ficar em casa agrava a situação de insegurança alimentar para ambos (ela e o cachorro):

[...] Aí, tipo assim, também, às vezes, cara, não sei, eu aqui posso comer arroz e feijão, mas eu não bato na porta da minha mãe pra ficar pedindo as coisas. E ela só compra, tipo assim, se eu for no mercado com ela. Aí minha mãe: "Ah, compra lá alguma coisa pra você". Mas também, tipo assim, aí ela pede pra botar na lista dela. Tipo assim, isso já tá me irritando por demais e eu não tou tendo, não tou conseguindo ter uma saída, pra mim sair dessa, cara. Aí eu falei: Como que eu vou ficar com esse cachorro também? Já tou me arrastando com ele [...]. As pessoas acham assim: “Ah, o cachorro tá com você um ano e meio, ele vai sentir muito”. Sei que ele vai sentir, mas se ele encontrar alguém que vai dar carinho, brincar com ele... ele vai porque ele é dócil. E eu falei, não adianta eu ficar com o cachorro. Eu falei: “Deus me livre e guarde, já vai acabar o mês de janeiro”. Uma amiga minha que me deu três quilos, eu acho, de ração. Antes dela dar eu tava gastando o arroz aqui, botando batata, cenoura, botando fígado pra ele. Foi até minha mãe que me deu um saquinho de fígado de galinha, cozinhei, botei pro bicho. Quer dizer, não adianta eu ficar com o cachorro, vou fazer o que, melhor dar ele. E aí, o dia que não tiver nada? Eu vou comer na minha mãe, mas minha mãe vai me dar pra eu dar comida pro cachorro? Não é justo eu pegar, ir lá na padaria, catar comida cheia de tempero pra dar pro bicho. Ele não tá acostumado a comer, entendeu? Quando dou pra ele, eu cozinho só na água, não boto nada. Minha irmã: “Pra que que você pegou o bicho?” Eu peguei, mas eu achei que a minha situação não fosse chegar ao ponto que chegou. A gente não pode... a gente tá montando essa cadeira hoje, amanhã quero montar a porta, quero montar um... eu não vou achar que vou ficar só nessa. A gente tem que ter expectativa, tem que ter... aí minha irmã ficou puta,

mas, assim... ela tem seis cachorros, acho que o filho pegou um na rua, sabendo que eu queria dar ele, então por que não pegou ele? Eu vou ter que dar, não posso permanecer com o bicho. Até mesmo porque eu vou fazer uns biscate lá em cima [em outra região do Rio de Janeiro], minha mãe reclama que o cachorro late. É o tempo todo assim. Ele, de tardinha, passa a tarde ali dormindo. Ele não gosta de se sentir sozinho. [...] Eu não tenho coragem de pegar o bicho e jogar na rua, como muita gente faz, não, cara. Falo: “Deus vai até me castigar”. [...] Eu não, acho ruindade... é triste? É. Que eu também vou sentir falta dele. Porque eu sei que ele não é um mau cachorro, sabe? Mas, tipo assim, eu prefiro que ele aguente, que em qualquer momento da minha vida eu ficar sem ter uma comida pra dar pro bicho, aí eu vou ter que ir lá na padaria pegar comida cheia de tempero. Queria tentar arrumar uma pessoa que, de repente, fosse conhecida. Tentar arrumar uma pessoa que goste de bicho e vai cuidar dele direitinho. Alguma pessoa conhecida que eu poderia perguntar: “E aí, tá gostando dele?” Pelo menos pedir informação. [...] Aí eu sei que, tipo assim, eu fico com pena de dar ele, mas eu vou ter que fazer isso. Que eu não sei quando eu vou arrumar um trabalho. Quer um café? Vou tomar um cafezinho, menina, que eu sou fã de café. Se deixar eu bebo uma garrafa de café no dia. Junta tudo, nervoso, ansiedade... (Rute, 48 anos).

A presença do cachorro é fundamental para a estabilidade emocional de Rute, e o cachorro gosta muito dela e fica se sentindo sozinho quando ela não está. Na ocasião da entrevista, era o único ser que dispensava carinho e afeto à Rute, que vive tanto o isolamento afetivo quanto um isolamento compulsório devido à situação financeira. Rute não pode contar sequer com o apoio da irmã, que preferiu adotar um cachorro desconhecido sabendo que Rute estava precisando de ajuda. Aos poucos, nota-se que a família penaliza Rute, em todo o momento, por ser lésbica.

Semelhante à situação de Rute, Luana também vive em situação de solidão lésbica intrafamiliar. Luana é uma lésbica idosa, com 65 anos de idade, vivendo com menos de meio salário mínimo por mês. Por lei, ela não consegue nem ao menos o Benefício de Prestação Continuada (BPC) por residir com pessoas que possuem renda per capita superior a meio salário mínimo. A lei desconsidera os pormenores das relações familiares, sujeitando pessoas como Luana a situações desgastantes e adoecedoras.

A irmã e a sobrinha de Luana desconsideraram a sua participação no estabelecimento de regras de convívio e respeito mútuo, tornando o convívio familiar difícil e hostil. De acordo com seu relato, até os vizinhos percebem o distanciamento familiar vivido por Luana:

Ultimamente não tá sendo boa de lado nenhum. Tá, assim, normal, entendeu? A gente briga, daqui a pouco fica de ovo virado por uma semana, duas, se bobear um mês, mas daqui a pouco fala. Porque eu não aceito as coisa de bagunça. Por exemplo, a minha sobrinha faz muita bagunça, eu não aceito. Aí eu falo, aí a mãe compra a briga dela. A mãe acha que não pode falar nada com ela. Só que eu sou estressada, e eu falo e não tenho medo. Elas acha que a casa... já teve vizinho de me perguntar se eu morava na casa dela. Falei: “Eu não. Eu moro na casa que eu

nasci. Quem veio morar aqui foram meus pais. Casaram e vieram pra cá. Então eu moro onde eu nasci” (Luana, 65 anos).

Luana não pode contar com a família, nem quando adoeceu em decorrência do assédio moral que sofreu no trabalho, que consistiu em ser escalada para higienizar um ambiente que ela já havia mencionado ser prejudicial à sua saúde:

[...] Me viro porque... contar com quem? Todo mundo trabalhando. Eu tenho que me virar. Quando eu consigo... porque, às vezes, a bronquite não te deixa comer. Então, tem assim... tomar um leite, comer uma banana... isso eu conseguia, eu tinha que ir na rua comprar pra poder comer alguma coisa. Porque a bronquite, sem ar, você não consegue mastigar (Luana, 65 anos).

Luana sempre viveu com a irmã que a discriminou durante um tempo e permanecia residindo com ela até a data da entrevista:

Com eles aí eu já tive problemas. Me chamou tanto de sapatão nojento, gritando, berrando pros vizinho ouvir, que hoje em dia o filho dela é casado com homem. Aí, um dia, uma vez, isso logo no início dela descobrir, um tempo, que ele era: “Não quero mais falar da vida de ninguém”, pode parar com esse assunto que eu não gosto de falar da vida de ninguém”. Porque pagou, a língua falou tanto... A língua é o chicote do corpo, né? (Luana, 65 anos).

Para Luana, a única situação em que o distanciamento familiar diminui é através de uma relação utilitarista conduzida por sua irmã que, por razões pessoais, necessita mantê-la por perto:

Não, ninguém não depende de ninguém. Se eu depender do meu trabalho, eu tou ferrada, não vou viver mais. Elas nem tão aí pra mim, só tão com dinheiro... minha irmã ainda, às vezes, sai, mas quando a gente tá de ovo virado, ela nem tá aí. Minha sobrinha é egoísta. A minha sobrinha, ela é muito egoísta, ela é muito ela [...]. Se depender do meu cuidado, tão ferrada. Porque quando eu viro a lua, largo, eu saio fora e largo todo mundo por aí... Minha irmã, quando a filha dela viaja, ela fica morrendo de medo, ela me trata igual uma uva, que, se eu for um limão, sabe que eu vou me mandar e ela tem medo de ficar sozinha (Luana, 65 anos).

Rute e Luana estão inseridas num ambiente familiar hostil à presença delas enquanto pessoas que são da família por ligações consanguíneas, mas cujos laços de afeto e afinidade são extremamente frágeis. Elas relatam situações que denotam uma solidão compartilhada com a família, cujo convívio demonstra que estar próximo não é estar junto e depender da família em situações de acesso precário à renda é sinônimo de lesbofobia, vergonha, submissão e desamparo.

A situação social e afetiva de Rute é tão devastadora que, para ela, o suicídio aparece como algo razoável a se fazer diante da falta de emprego e de rede de apoio. Neste trecho da entrevista, Rute conta que tem uma filha de um

relacionamento lésbico anterior e que foi impedida de ver e conviver com a menina após o término. Mais uma vez a rede de apoio se fecha, a filha poderia ser uma pessoa que poderia ter amor por ela, mas ela tem essa possibilidade negada novamente:

Oh, vou te falar, antigamente eu perguntava assim... já vi reportagem na televisão: "Oh, fulano matou a família, se matou, não sei o que..." Já vi uma amiga comentar comigo que o marido dela tava pensando até em se matar porque tava desempregado, e quem tava trabalhando na época era só a irmã dela, que tava mantendo a casa. Ele já tava ficando doido, desesperado. Hoje eu entendo porque eu me perguntava assim: "Gente, pra que que o povo vai... eu hein, se matar..." Hoje eu entendo porque o desespero da pessoa. Pior coisa que tem você abrir um armário, abrir uma geladeira e você não ter nada pra comer, sabe? E você chega o momento de você sentir até falta de um ovo pra se comer, apesar que eu adoro um ovo, troco um ovo, às vezes, pelo uma carne assada. [...] Aí a gente fica assim... hoje eu entendo realmente o motivo da pessoa realmente entrar em desespero, principalmente quando tem um filho, né? Eu, por exemplo, tenho uma filha adotiva com a minha ex. A gente pegou ela pequenininha, a mãe era separada do pai, o pai já faleceu porque também era da vida, entendeu? E a mãe também, antigamente, era da vida, era procurada... e aí a gente pegou ela recém-nascida. Ela nasceu prematura de seis meses. Até hoje ela fala comigo. Mas aí, devido a nossa separação, ela proibiu a menina de falar comigo. [...] de vez em quando a gente se fala, mas se fala escondido. Em dezembro ela fez 13 anos (Rute, 48 anos).

Assim como Rute, Rafiki também não teve sua maternidade reconhecida por sua ex-companheira. Rafiki contou que ela e a ex-companheira adotaram uma criança e, após o fim do relacionamento, foi impedida de conviver com o filho:

Oh, eu peguei um menino quando eu tava com um caso. Peguei ele com dez meses. Ah ele na foto aí! Então, tinha dez meses. Então, quando ele começou a falar, quando ele começou a entender, ele falou: "Mamãe, por que que você não me pinta de preto?" Já era uma coisa que, né?... como é que vou explicar pra criança? Ele gostava muito de brinquedos de pretinhos. Porque ele falava que queria ser pretinho. Aí ele falava que eu... "Tá vendo, você gosta mais do boneco do que de mim, porque o boneco é preto igual a você. Vou te mandar esse vídeo dele. Depois tu vê com calma. É muito doce. Aí separamos. Aí tá na justiça, né, porque quando a gente se separou... quando eu peguei ele, eu não sabia que poderia colocar no meu nome e no dela, e como ela trabalhava de carteira assinada e todo esse plano de saúde, esses negócio assim do trabalho dela, nós colocamos no nome dela por causa disso, né? E eu nunca ia imaginar que ela... aí nos separamos, passou dois anos ela pegou a criança. É porque tava tudo no nome dela. Não deixa ver, minha irmã liga, ela não deixa falar. Tem quatro anos que eu não vejo, não falo. Tá andando... primeiro eu paguei advogado. Só gastei dinheiro com advogado. Gastei R\$6 mil. E a coisa era aquela... Ah, falei: "Sabe de uma coisa?..." Aí eu conversei com ela. Aí eu falei: "Pô, vou procurar um defensor público porque eu não tenho mais como". Ela: "Não, eu te dou livre arbítrio". Ela até foi comigo, fez o trâmite todo. Aí, tá lá. Tá até andando, mas... é fogo! Justiça... [...], Eu não sei o que rolou, sei que ela não deixa. Pô, os primeiros anos foi... ele ficou doente, eu fiquei doente, mesmo assim o coração dela num... acho que, se ela tivesse algum problema, ela teria que resolver comigo. O último brinquedo que ele me pediu foi esse carrinho aqui, que esse carrinho é um robô. Ele transforma num robô. Eu não pude entregar a ele. Eu ficava muito com ele. Eu fazia tudo, eu que ia pro colégio. Ele aprendeu tudo andar, falar... tudo comigo. Foi de uma hora pra outra, bum!... sumir. Ficou ruim pra mim e pra ele. Cara, a gente vai passar dez anos com uma pessoa, dez,

vinte, trinta anos com uma pessoa, a gente não vai conhecer, não vai. Eu nunca esperava que ela fosse fazer isso, nunca, nunca, nunca (Rafiki, 55 anos).

Coincidência ou não, Rute e Rafiki são duas mulheres des/infeminilizadas que compartilham a violação do direito à maternidade. Rute nunca se envolveu com mulheres lésbicas. Todas as suas ex-companheiras eram heterossexuais e o fato de ser des/infeminilizada chegou a ser usado por uma ex-companheira para justificar a dificuldade de Rute conseguir trabalho, sugerindo que ela deveria mudar. Infere-se que, talvez, a ex-companheira de Rute tenha em seu imaginário a premissa lesbofóbica de que seria melhor para a criança não conviver com uma lésbica des/infeminilizada, corroborando a fala de Felipa quando afirma que as pessoas dizem que o convívio com lésbicas bofes/sapatão “confunde a cabeça da criança”.

## **2.5. Lesbofobia e a responsabilidade individual**

A responsabilidade individual sobre as opressões que afetam a vida das lésbicas negras des/infeminilizadas apareceu com frequência entre as entrevistadas. Tanto a necessidade de ser mais do que se é, quanto de disfarçar o que se é, foram destacadas como formas de se proteger do desemprego e da violência.

[...] Eu sou preta, sou lésbica e eu não posso travar ali, tem que ter o além. Tenho duas faculdades, falo três línguas, já conheci a Europa, já fui em Marrocos, já fui presa, já... Entendeu? Então você tem que ter atribuições, você tem que ter informações, você tem que ter coisas. Você não pode ser só “o que que você é?” “Preta”, “Sua opção sexual?” “Sou sapatão”. “Que mais?” “Tou procurando emprego”. “Tou, sei lá... vivendo do Bolsa Família”. “Tou com auxílio do governo”. “Tou...”. Não dá, não dá, você vai passar por momentos que você vai ser diminuída, mas é porque você estagnou. Você travou. “Não, eu não vou pedir emprego ali no bingo porque só entra gente com dinheiro ali, mas eu sou preta, sou lésbica, então não vou.” E aí, se você não se relacionar com pessoas um degrau acima, você não vai subir, e aí você vai ser devorada, você vai ser discriminada. Então, assim, ser lésbica e preta já é complicado e aí a gente precisa virar a chave. Eu não posso ser só isso. E aí o preconceito entra quando você é só isso, entendeu? Eu sou lésbica e sou preta, mas amanhã é minha folga, eu vou almoçar no Forte de Copacabana. Se eu fosse só lésbica e só preta, dificilmente eu iria, entendeu? Então você tem que buscar a sua condição. O preconceito está em quem não tem nada. Não tou falando de dinheiro não. Eu tou falando disso aqui. Se eu não tenho condição de sentar com uma pessoa que tá um degrau acima de mim pra trocar, eu vou ser discriminada, eu vou ser devorada, então. Existe, existe. Mas a gente precisa entender que a gente precisa buscar. Você tá no seu mestrado. Se você travasse só em ser lésbica e preta? Provavelmente a gente não estaria aqui conversando. Você não estaria tendo essa vivência e eu não poderia me expressar. Eu não posso ter essa mesma conversa com uma pessoa que é só lésbica e preta. Porque ela é

vítima. Ela quis se colocar no lugar de vítima. Então, ela que pede pra terem preconceito com ela, entendeu? É igual a preto bandido. Além de ser preto, ele é bandido porque ele mora na favela? Não. Ele se colocou nessa condição. Ele só enxergou essa possibilidade, entendeu (Zami, 39 anos).

Zami acredita que precisa cuidar de sua imagem para se proteger e não afetar as pessoas que possam reconhecer nela uma condição lésbica des/infeminilizada. Zami argumenta que lésbicas des/infeminilizadas negras precisam criar formas de evitar possíveis violências:

A minha roupa é da seção masculina, mas por questão de conforto. Eu acho perigoso. Por mais que seja confortável, eu tento a discricção. Uma cor só... fica mais justo... que é de homem, mas é mais justo, entendeu? É o que eu me sinto segura, entendeu? E menos agressivo. Que quem não é, quem não gosta, se sente agredida em ver a gente do jeito que a gente gosta, entendeu? E aí o que a pessoa, quando se sente agredida, o que que ela faz? Ela retribui a agressão. E é muito por aí. Mas é... minha calça jeans e meu tênis tá me salvando... uma camisa discreta e tá tudo certo (Zami, 39 anos).

Outra característica apresentada pelas participantes da pesquisa é a relação entre grau de infeminilização e exposição à violência lesbofóbica. A conotação das falas das entrevistadas caminha no sentido de conceber que a existência lésbica é uma agressão e permite retribuição. Assim como Zami, tanto Leci quanto Safo acreditam numa proteção contra a violência lesbofóbica a partir de uma conduta individual que não provoque o opressor:

Tipo assim, é o que eu falo, eu acho que vai da pessoa. Porque eu vou falar pra tu, Dandara, eu tou com 39 anos de idade. Eu vou te falar, eu nunca sofri preconceito de alguém falar: "Ah, sai daí sapatão... não sei que lá..." Não, nunca ouvi isso, até porque tem umas que são muito... Tem umas que eu falo, tem umas bofinho que são muito topetuda, muito cheio de marra... quer encarar homem, se acha um homem e quer encarar o homem. Aí manda o homem pra aquele lugar, entende? Até eu, tipo assim, não gosto. Não gosto de sapatona assim marruda. Eu não gosto. Eu acho assim, tem que dar o respeito pra ser respeitada. Então é o que eu falo, graças a Deus eu nunca sofri preconceito, pelo contrário, sempre me dei bem na minha área de serviço, como numa obra, uma cozinha... entendeu? Graças a Deus sempre tive facilidade de fazer amizade. Sempre. Porque já escutei amigo meu falando: "Nossa, Leci, você é diferentona". Já ouvi falar assim: "Ah, quase murrei a cara de uma sapatona, Leci". Não tenho preconceito, mas tem umas que são muito cheia de marra, quer bater de frente, se achando um homem, entendeu? Eu, graças a Deus, eu nunca sofri isso não, mas tem muitas sapatonas que é muito marruda, se acha machão... "Ah, sou homi!"... Ah! Escrotão isso aí, pô. Acho escroto. Mesmo não querendo, nós todas somos mulher (Leci, 39 anos).

Sei entrar e sei sair em qualquer lugar. Sempre tem. Mas nunca passei por isso não, graças a Deus. Pra te falar a verdade, eu não ando na rua olhando pra ninguém não. Se olha pra mim diferente ou não, nem me importo. E se olhar eu olho: "E aí?" Tá entendendo? [...] Eu acho que depende muito do jeito, da aparência, do modo da pessoa de falar, de tudo... sei lá, eu acho. Posso tá errada. Mas eu acho. Mesma coisa tu chegar, vai numa entrevista de emprego, tu vai lá toda... toda mach... [não completou a frase]. Sabe... não sabendo falar direito... Sei lá, eu penso assim. Mas

eu acho que, geralmente, hoje em dia eu acho que tá igual. Tem firmas que não liga, tem outras que liga pelo modo que você chega ali, né? (Safo, 51 anos).

Por não ser nomeada, a violência lesbofóbica, principalmente contra a condição lésbica des/infeminilizada, sofre uma dificuldade de dimensionamento enquanto problema social estrutural. As entrevistadas sugeriram que tanto a violência física quanto a violência do desemprego poderia ser atenuada com uma postura mais feminilizada das vítimas.

Leci compactua com a ideia de que determinadas lésbicas se colocam em situações de risco a partir da postura que adotam. Essa não é uma realidade para Leci, que tem, em sua trajetória de vida, muitas marcas da violência lesbofóbica que não são identificadas por ela, mas aparecem em diversos momentos de sua fala.

As críticas de lésbicas des/infeminilizadas ao modo de ser de outras lésbicas como elas mostra que a consciência lésbica é uma coisa muito frágil, muito particular e nada universal, ainda que tenham tantas coisas em comum. É uma cartilha que se segue, mas não se assume essa cartilha, talvez pela falta de referências políticas em que possam se enxergar e se fortalecer enquanto grupo, como menciona Rute, que demonstra o desejo de se ver refletida em alguém que esteja num lugar de poder e representatividade.

Eu não conhecia história e nem sabia quem era aquela menina, aquela vereadora que mataram, a Marielle. Depois que eu ouvi as histórias dela e tal, assim... que as pessoas dizem que ela era envolvida... eu não acredito, mas, tipo assim... eu gostaria muito de ver uma pessoa, tipo assim, caminhoneira, tipo ela, com poder, que pudesse, sabe... eu ficaria muito feliz de, tipo assim, um dia ver uma pessoa que nem ela. Aí você, no nosso país, uma pessoa que nem ela, que tava tentando ajudar, fazer as coisas... tiraram a vida, mataram a mulher. E é muito complicado sabe, é muita corrupção, muito grande, e essa violência toda (Rute, 48 anos).

Rute demonstra essa carência de unidade entre as lésbicas negras des/infeminilizadas ao reconhecer em Marielle Franco, vereadora negra assassinada em 2018, uma esperança que foi suprimida pela violência que não só mata fisicamente, mas aniquila outros direitos, como o de ter condições de vida e de trabalho melhores, de ter esperança e de, por exemplo, se ver representada.

Sobre essa desesperança Aguiar (2019, p. 132) escreve:

Em diálogo com Alessandra Tavares, que é socióloga, mulher negra e periférica, bissexual, ativista feminista, também residente do extremo sul da zona sul de São Paulo, me disse: “a morte de Marielle representa a morte de um projeto político”, e prossegue explicando que “a morte de Marielle é um simbolismo da morte de nossos acessos a espaços de poder como a universidade e a política, em que nossos corpos pretos e favelados estavam começando a acessar”.

“Sapatão”, “bofe”, “bofinho”, “caminhoneira” são termos que aparecem ao longo das falas das participantes da pesquisa e são usados para construir um “nós”, mesmo que seja implícito, para distingui-lo de um “vocês”, que se refere a todas as lésbicas ou mulheres feminilizadas. Esse “nós” ainda que não seja amplamente declarado, está ali em quem é escancaradamente lésbica e, portanto, alvo de tantas opressões pela sua condição.

Um dos aspectos da opressão sobre as lésbicas negras des/infeminizadas é o acesso restrito aos trabalhos regulamentados. A informalidade acaba por se impor a essas trabalhadoras que relatam em suas vivências as barreiras impostas pelo racismo e pela lesbofobia no acesso ao trabalho decente<sup>16</sup>, como será visto no capítulo 3, a seguir.

---

<sup>16</sup> De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o conceito de trabalho decente se refere ao “trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável”. Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-decente/lang-pt/index.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

### 3

## Particularidades da informalidade para as trabalhadoras lésbicas negras des/infeminilizadas

Ser uma lésbica sapatão que vive do trabalho, aparentemente, não traz nenhuma novidade em relação às condições de trabalho da classe trabalhadora como um todo, principalmente nos países periféricos, onde o neoliberalismo<sup>17</sup> tem apresentado sua face mais agressiva manifesta tanto nas diversas formas de precarização da força de trabalho - informalização, desregulamentação, flexibilização, terceirização e outras formas de exploração da força de trabalho -, como no recrudescimento das expressões da questão social, que tem no aumento da pauperização e das violações de direitos suas marcas mais evidentes.

Entre as variadas formas de precarização da força de trabalho, está o trabalho informal que, embora não seja sinônimo direto de precarização, dependendo da forma em que é exercido coloca em situação de risco social e pessoal uma gama de trabalhadoras(es) que têm nessa forma de trabalho a garantia da sua subsistência.

Apesar do trabalho informal não ser uma invenção neoliberal, a quantidade de pessoas trabalhando por conta própria, o aumento de pequenos negócios familiares e os vínculos de trabalho cada vez mais informalizados demonstram que a informalidade é um fenômeno heterogêneo e característico desses tempos neoliberais. Os estudos sobre trabalho abarcam no guarda-chuva do trabalho informal:

---

<sup>17</sup> O neoliberalismo é uma nova fase do capitalismo. Teve início a partir, principalmente, da Segunda Guerra Mundial, tentando recuperar as ideias de uma sociedade livre, ou seja, de um mercado aberto, fazendo uma crítica ao modelo chamado de keynesianismo, que defendia a participação do Estado no que diz respeito às suas responsabilidades sociais, auxiliando no desenvolvimento da economia (a criação e benefícios trabalhistas). Os teóricos neoliberais acreditavam que a peça fundamental da economia de um país era o controle dos preços. Seria necessário que o Estado mantivesse o equilíbrio dos preços através da estabilização financeira e monetária, com a adoção de políticas econômicas anti-inflacionárias e cambiais. A liberdade econômica continuaria a existir, e o governo teria a função de combater os excessos da livre concorrência e o controle dos mercados pelos grandes monopólios econômicos. As ideias neoliberais foram inicialmente implementadas na Alemanha Ocidental. Já o Chile foi um dos primeiros países do mundo a adotar o neoliberalismo, assim como o Reino Unido. O neoliberalismo também fez parte da história do Brasil. A essência do pensamento neoliberal baseia-se na defesa do livre curso do mercado, colocando-o como mediador fundamental das relações societárias e no Estado mínimo como alternativa e pressuposto para a democracia. Fraser (2020) afirma que o neoliberalismo é um projeto político-econômico que pode se articular a perspectivas de reconhecimento diversas, inclusive progressistas, mantendo intocados seus pressupostos. A partir da década de 2010, a configuração hegemônica do neoliberalismo passa a ter uma face reacionária, étnico-racista, misógina e lgbtfóbica, que retoma sua experiência inicial da ditadura chilena da década de 1980.

as microempresas, o trabalhador autônomo, o empregado assalariado sem carteira de trabalho assinada, o pequeno produtor, a economia subterrânea ou submersa, o empregado doméstico, o trabalhador terceirizado, o trabalho a domicílio, as cooperativas de trabalho, as atividades criminosas, etc.” (Druck et al., 2004, p. 212).

Num esforço coletivo para definir a informalidade, a pesquisadora Graça Druck e outros autores publicaram um artigo cujo objetivo foi compreender o conceito de informalidade e sua aplicabilidade. Para esses autores, a distinção entre informalidade e formalidade no mundo do trabalho é realizada a partir da observação de dois critérios que dão origem a três conceitos de informalidade. O primeiro critério observa se a atividade econômica é uma atividade tipicamente capitalista ou não; o segundo, analisa se a atividade é legal ou ilegal (Druck et al., 2004, p. 212). De acordo com os autores, um estudo realizado no Quênia, em 1970, identificou que o setor informal era uma consequência do excedente de mão de obra nos centros urbanos, causado pelo êxodo rural consequente da industrialização. A falta de amparo social à população excedente a conduziu para a “ocupação em atividades de baixa produtividade, fora da relação assalariada e sem proteção social” (Druck et al., 2004, p. 213). Esta definição foi contestada por ser dual e simplista e não contemplar a complexidade do fenômeno. Nos anos 1970, a relação do trabalhador com os meios de produção passou a definir o conceito de informalidade, designado por:

um conjunto de atividades e formas de produção não tipicamente capitalistas, caracterizadas em especial por não terem na busca do lucro o seu objetivo central e por não haver uma separação nítida entre capital e trabalho, ou seja, o produtor direto, de posse dos meios de produção, executa e administra a atividade econômica, com o apoio de mão de obra familiar e/ou alguns ajudantes (Druck et al., 2004, p. 213).

Esta definição relaciona a informalidade às atividades autônomas e ao trabalho conhecido como trabalho por conta própria. Segundo os autores mencionados, “o trabalhador típico da informalidade se insere na economia, fundamentalmente, através do mercado de produtos e serviços, e não através do mercado de trabalho” (Druck et al., 2004, p. 213).

Tal definição é materializada na história de Jerusa e de todas as lésbicas des/infeminilizadas que contam suas trajetórias de vida nesta dissertação:

A minha ocupação era trabalhadora informal. Trabalhava informal, né? Trabalhava fazendo entrega de quentinhas e vendia frango. Tinha uma frangueira sábado e domingo. Nessas duas ocupações eu fiquei no período de 1 ano mais ou menos. Antes eu tava trabalhando no trem. Vendia empada e café. Veio a pandemia, eu tive que sair. No trem eu trabalhei 3 anos (Jerusa, 42 anos).

Retomando a afirmação que inicia este capítulo, embora toda lésbica des/infeminilizada seja pertencente à classe trabalhadora, há algumas velhas novidades que importa serem evidenciadas para compreender que a classe trabalhadora não é um amontoado de pessoas sem rostos. Ser mulher já inaugura um abismo de oportunidades entre os sexos. Oportunidades de vida, de integridade, de direitos individuais e coletivos etc. Quando à esta condição são acrescidos outros marcadores de desigualdades, como raça e condição sexual, pergunta-se: de que modo a lésbica negra des/infeminilizada acessa ou não trabalhos mais ou menos precarizados? A informalidade é uma realidade para essas lésbicas? A informalidade está associada a um processo de precarização das suas condições de vida e de trabalho?

Um dos primeiros aspectos do acesso desigual ao trabalho são as formas de ingresso no mercado de trabalho. As trabalhadoras entrevistadas para este estudo apontam que processos seletivos frequentemente resultam em insucesso para elas e, sequer, a busca espontânea por trabalho tem sido uma possibilidade de serem admitidas. O trabalho por indicação tem se configurado como a forma mais fácil de garantir trabalho, mesmo que seja informal e temporário. De modo geral, trabalho por indicação é criticado e conhecido como um privilégio, uma predileção que é concedida a alguém que possui vínculos prévios com o(a) empregador(a). No caso das lésbicas des/infeminilizadas essa é, praticamente, a primeira e única opção. O que também gera, em contrapartida, um problema de dependência das relações sociais comunitárias e familiares, que nem sempre se prova eficaz. Especialmente porque as lésbicas des/infeminilizadas, tal qual evidencia-se nas entrevistas, recorrentemente experimentam vidas solitárias, inclusive como mecanismo de proteção e sobrevivência. Então, assume uma configuração bem diferente:

Já, várias, milhões, uma coleção. Nenhuma entrevista de emprego que eu fiz, até hoje, eu consegui passar. Os empregos que eu trabalhei, até hoje, de carteira assinada, foram por indicação (Jerusa, 42 anos).

Eu consigo através de amigos, conhecidos... Aí um passa pra outro aí me indicam (Leci, 39 anos).

Aqui [...] tem uma coisa chamada muito QI, Quem Indica. Dá uma raiva. Da cidade o que me dá raiva é isso. E, por um lado, também não. Por um lado, é bom. Porque a pessoa que foi indicada, alguém conhece ela. Por outro, às vezes, tira a oportunidade de quem é especialista em alguma coisa, que é profissional no ramo faz tempo. Porque é assim, né, ou você é novo demais pra trabalhar na coisa, mesmo tendo diploma, tendo um monte de coisa, ou você é velho demais. Eu já tô ficando nesse velho demais aí (Jerusa, 42 anos).

No relato de Jerusa, além de ser uma lésbica negra des/infeminilizada, ela aponta outra característica que reduz as chances de trabalho para ela, que é o envelhecimento, da qual ela se desvia através de contatos que podem indicá-la para alguma ocupação que surgir.

Outro aspecto da informalidade é a possibilidade do trabalho autônomo, que embora seja visto com algumas vantagens pelas entrevistadas que trabalham dessa forma, não diminui os riscos referentes à ausência de regulamentação. É o caso de Rafiki, que está perto de se tornar uma pessoa idosa e não tem nenhuma proteção da seguridade social, apesar de observar vantagens no trabalho autônomo:

Eu sempre trabalhei como autônoma. Eu tinha um trailer. Eu tinha não, tenho. Tá alugado. Eu tenho um trailer. Na época, eu vendia tudo nele. Vendia doce... diversas coisas, doce, salgado, refrigerante, bebida, só não vendia comida. Cara, tem muito tempo... em 2002... não... em 2005... Foi isso mesmo, foi 2005 [...]. Olha vou te falar, eu acho bem melhor. Não é melhor por causa da coisa do INSS, mas pô, faço meu horário... tenho medo disso, né? Que se eu não puder trabalhar, já era. Aí não poder trabalhar e aquele que tá guardado vai se gastando, gastando, gastando... daqui a pouco.... (Rafiki, 55 anos).

Safo tem 51 anos e também se considera uma trabalhadora autônoma. Ela está trabalhando há aproximadamente 7 (sete) meses como cuidadora de uma idosa e presta serviços de faxina para outra pessoa. Ela relata que decidiu ser autônoma para fugir da terceirização: “Eu era supervisora. Eu era supervisora de hotelaria no hospital [...]. Trabalhei lá 10 anos. Quando terceirizou, eu pedi pra sair, aí me mandaram embora. Eu queria sair mesmo porque a rede [...] é a pior coisa que tem pra funcionário” (Safo, 51 anos).

De acordo com as entrevistadas, a presença de trabalhos perenes e diversificados é constante em suas trajetórias de vida. Todas relataram trabalhar ou ter trabalhado informalmente no setor terciário da economia, que compreende o setor de serviços, executando trabalhos no transporte de mercadorias e pessoas, em pequenas reformas e consertos, no atendimento ao público em pequenos estabelecimentos como mercearias e mercados, como ambulante nos transportes públicos ou exercendo trabalho doméstico ou, ainda, como cuidadora:

Eu trabalhava de quinzena [trabalho doméstico como diarista] [...]. Eu entrei em dezembro [ou] novembro, dezembro... fevereiro eu não estava mais lá. Carnaval eu não estava mais lá. [...] Há um tempo atrás já tinha bico de... vendia salgado na rua... já vendi muitas coisas na rua (Luana, 65 anos).

Tem dois meses. Foi de pedreira. Foi 15 dias só. Foi tipo um biscate, entendeu? Porque, tipo assim, de carteira assinada mesmo, na obra, já tem mais de 3 anos que eu não sei o que que é assinar [a carteira de trabalho] nessa profissão. Às vezes

que pinta uma pintura, pra eu colocar, às vezes, uma caixa de piso, aí [é] servicinho pequeno (Rute, 48 anos).

O relato de Luana e Rute demonstram o quanto o trabalho informal, para elas, é uma realidade muito instável. Ambas executaram trabalhos diversificados e de curta duração, vivenciando a insegurança da informalidade, que também é compartilhada em outro relato de Luana e no relato de Jerusa e Kena:

Bom, se eu estivesse trabalhando sem carteira assinada eu estaria bem, que é um dinheiro que tá entrando, né? Mas não é seguro, eu não gosto porque não é uma coisa segura. Você para de trabalhar, você não tem direito a nada, você não sai com nada (Luana, 65 anos).

Cara, a gente acaba se sentindo insegura, sem segurança nenhuma (Jerusa, 42 anos).

Cara, muito complicado, assim, principalmente que quando eu caí, eu tava num pico de trabalho muito alto, né? Eu tava fazendo de moto 10-11 horas [por dia], pelo menos, e tinha uma renda toda semana, né, que era já destinada pra pagar as contas, pra comer, pra fazer as coisas e aí, pra mim, me senti muito insegura, né? Porque, anterior a trabalhar de forma informal, eu sempre trabalhei de CLT, e a parte informal era como um extra, né? Então, foi tenso (Kena, 33 anos).

Não é uma coisa que dá pra se sentir segura. Não é uma coisa certa. Não é uma carteira assinada, que tem seus “benefícios”, que todo mês o dinheiro tá lá na conta (Leci, 39 anos).

O trabalho doméstico informal aparece com bastante frequência entre as trabalhadoras lésbicas negras des/infeminilizadas. De acordo com o Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2023), no 4º bimestre de 2022, 5,8 milhões de pessoas estavam ocupadas no trabalho doméstico e, desse total, as mulheres correspondiam a 91,4%. As mulheres negras correspondiam a 67,3% e o percentual de trabalhadoras(es) com carteira assinada, 24,7%.

Alternando com outras fontes de renda, o trabalho doméstico aparece ora como fonte primária da renda, ora como alternativa complementar de seus ganhos: “a gente faz uma faxina aqui. Tenho duas faxinas que eu faço por mês. Uma no Méier e outra no Rio Comprido. Às vezes eu faço duas no Méier que é pra mesma família. Cobro R\$180,00, R\$200,00” (Jerusa, 42 anos).

Jerusa trabalha em uma clínica. Ela foi contratada por uma empresa de limpeza, com vínculo de contrato temporário de dois (2) anos. No dia da entrevista faltava apenas um (1) mês para o encerramento do contrato e Jerusa já se preparava para retornar para a informalidade. As faxinas que realiza mensalmente serão as únicas fontes de renda que ela terá até que se aloque em outra atividade informal, assim como Leci, que tem enfrentado muitas dificuldades, até mesmo

para se manter em trabalhos informais, e cujos rendimentos advêm de faxinas que realiza esporadicamente: “Nenhum biscate está aparecendo. Limpeza de casa, freelance. Faço ali pela Lapa, só Lapa por enquanto” (Leci, 39 anos).

Para Safo, os trabalhos domésticos são as únicas fontes de renda que possui. Ela trabalha como cuidadora e, aos sábados, como diarista. A soma dos rendimentos dos dois vínculos resulta em aproximadamente um salário mínimo e meio: “É um serviço extra que eu faço todo sábado. Limpeza de casa. É de uma senhorazinha que eu vou lá cuidar” (Safo, 51 anos).

Além da precariedade, as atividades informais não apenas ameaçam a segurança da subsistência como podem gerar danos graves, como ocorre com Felipa. Ela está há sete (7) anos trabalhando em um estabelecimento comercial ilegal que causou a sua prisão em dois momentos distintos. No primeiro encarceramento, Felipa ficou privada de liberdade por um (1) ano e, na segunda vez, por dois (2) meses. E, por continuar trabalhando no mesmo estabelecimento comercial, corre o risco de ser presa novamente, além de enfrentar outros riscos:

Tou me sentindo mal, que eu tou até procurando um pra-mim assinar a carteira. Não por quem está dentro, mas sim pelo tempo que eu tenho já, entendeu? Acho que chegou o tempo de eu arrumar um trabalho direitinho, entendeu? Porque também esse bagulho é uma coisa que não é certa, entendeu? Vamos supor, acontece alguma coisa, eu fico parada. Já penso que, tipo assim, uma carteira assinada, já vou ter meu trabalho direitinho, vou sair se eu quiser, entendeu? Como eu trabalho na rua, aí eu tenho bastante conhecidos. Aí eu peguei um site, de um negócio de supermercado, essas coisas... Até quando chegar vou ver se consigo... A mulher falou que está dando vaga, entendeu? Tá chamando. Se chamar, vou meter o pé de lá. Não quero mais não. Lá, também, eu trabalho pra caralho e só me estresso. Me estresso mais do que ganho e, pra mim, já deu já, entendeu? [...] Tem gente que não gosta de sentar e conversar comigo, que eu sou já muito radical. Já penso já no além, mano. Já penso na desgraça toda. “Ah, Felipa, mas você não pode ser assim.” Tem que ser assim. No mundo que a gente vive hoje, tem que ser assim. Igual o meu, lá, meu trabalho. Meu trabalho. Todo dia eu acordo, vou trabalhar, desço, tem um fuzil na minha cabeça, e aí? E se um dia um daqueles desgraçados apertar o gatilho, e aí, entendeu? Eu já saio de casa pra trabalhar agradecendo a Deus porque ele me deu mais um dia de vida e pedindo a ele pra me dar proteção. Mas, se um dia acontecer, acredito que foi permissão de Deus, entendeu? Aí as pessoas fala assim: “ah, mas você tem que pensar por um outro lado”. Qual o outro lado que tem pra você pensar? (Felipa, 26 anos).

Embora Felipa trabalhe informalmente no mesmo estabelecimento há sete (7) anos e já tenha sido presa em decorrência da atividade realizada, já foi demitida algumas vezes, e readmitida, quando se ausentou para realizar um tratamento de saúde: “Aí eu tomei no cu sozinha. Aí foi onde me mandaram embora” (Felipa, 26 anos).

Durante o período em que esteve presa, sua remuneração foi mantida, uma vez que Felipa é uma peça fundamental para o funcionamento das atividades que

geraram esse dano para ela. Entretanto, Felipa não teve nenhum tipo de proteção quando precisou se ausentar no período de adoecimento.

Assim como Felipa, outras trabalhadoras sofreram sérios impactos sobre suas condições de vida pelo descarte repentino de sua força de trabalho durante algum período de adoecimento, como será visto a seguir.

### 3.1.

#### **“Tchau e bença!”: inseguranças e permanências no trabalho informal**

Neste item é abordado como a insegurança do vínculo de trabalho se relaciona com a precarização e se manifesta em situações de violência, superexploração e descarte da força de trabalho das trabalhadoras lésbicas negras des/infeminilizadas.

O trabalho informal, no final da década de 1960, era estudado como uma categoria analítica voltada à problematização da integração social das(os) trabalhadoras(es) que migravam do campo para a cidade em busca de trabalho no “setor moderno da economia”. A estrutura urbana dos países desenvolvidos ofertava oportunidade desiguais de emprego, colocando parte desse contingente de trabalhadoras(es) em atividades provisórias que, em longo prazo, gerou uma estratificação social na qual as(os) trabalhadoras(es), cujas atividades não estavam incorporadas ao processo produtivo, estavam na base da pirâmide, consideradas(os) marginais, desintegradas(os) da estrutura produtiva, não exercendo nenhuma função na estrutura da sociedade. Essa concepção do trabalho informal foi defendida pela “teoria da modernização”<sup>18</sup> (Druck & Oliveira, 2008).

Segundo Druck e Oliveira (2008), o trabalho informal, nos períodos em que as metrópoles começaram a se organizar em torno da industrialização, era considerado uma etapa anterior à incorporação das/dos trabalhadoras/res na principal engrenagem econômica vigente. Entretanto, os autores apontam que o

---

<sup>18</sup> A modernização se apresenta como um projeto da modernidade feita a partir de uma ideologia desenvolvimentista, do progresso e da racionalidade. Como expansão do modo de produção capitalista pelos lugares, ela se estabelece a partir de dois modelos principais: um político e ideológico; e outro de base técnica e infraestrutural. Nesse sentido, os atores hegemônicos renovam constantemente os instrumentos e as relações de produção assim como os discursos que justificam e até naturalizam a modernização como um processo necessário ao “progresso social”. A forte difusão desse conceito no âmbito político é proveniente da forma autoritária como ele foi imposto em países como o Brasil e da maneira como o discurso se reproduz a partir de uma determinada classe.

neoliberalismo transformou o caráter transitório do trabalho informal em permanente, ou seja, se antes o trabalho informal era uma alternativa ao desemprego enquanto as/os trabalhadoras/es aguardavam por alguma chance de inserção em algum trabalho regulamentado, com o advento da reestruturação produtiva a informalidade assumiu uma permanência difícil de ser superada.

Contrapondo-se à “teoria da modernização”, a análise marxista do trabalho informal o coloca como parte das “contradições intrínsecas ao processo de acumulação capitalista que produz, por sua própria lógica, um excedente de trabalho necessário para a reprodução do sistema” (Druck & Oliveira, 2008). De acordo com os autores, “mesmo as formas de trabalho consideradas como não-tipicamente capitalistas estão subordinadas à lógica do capital e contribuem para o processo de acumulação, na medida que rebaixam o custo de reprodução da força de trabalho” (Druck & Oliveira, 2008, p. 3).

Esta perspectiva crítica sobre a informalidade se firma no final da década de 1980 e o conceito deixa de ser focado na relação dos/as trabalhadoras(es) com o processo produtivo e se amplia para a noção da existência de uma economia informal, cujo conjunto de atividades “escapam à regulação do Estado, seja esta tributária, trabalhista ou de qualquer outro tipo” (Druck & Oliveira, 2008, p. 4).

Para os referidos autores, a partir dos anos 1990 a informalidade se consolidou não apenas pela sua falta de regulamentação, mas por marcar um processo de informalização do trabalho que está relacionado com as transformações econômicas e políticas da sociedade brasileira, impulsionadas pela reestruturação produtiva. Se, em algum momento, o trabalho informal foi visto como desintegrado, marginal e atrasado, hoje ele ocupa facilmente as relações de trabalho marcadas pela flexibilização e precarização:

Dessa forma, trabalho informal é a expressão máxima do trabalho flexível, cuja única chance de estabilidade para o trabalhador é a sua própria “empregabilidade”, ou seja, a sua capacidade renovada de inventar e “se virar” em meio às incertezas, vulnerabilidade e riscos do mercado de trabalho (Druck & Oliveira, 2008, p. 5).

Apesar de informalidade não ser sinônimo de precarização, Antunes (2011, p. 405) relaciona as metamorfoses do capitalismo a “um intenso e significativo processo de informalização e precarização da classe trabalhadora”. As novas formas de valorização do valor, através do incremento do “maquinário tecnocientífico-informacional”, têm sido responsáveis pelo aumento da população sobrando e, conseqüentemente, pela desvalorização salarial frente aos inúmeros desempregados que aguardam para vender a sua força de trabalho. Dessa forma,

o trabalho formalizado tem sido substituído por diversos modos de informalidade e precarização: trabalho atípico, trabalhos terceirizados, cooperativismo, empreendedorismo, trabalho voluntário etc.

Entretanto, apesar do descarte de milhões de trabalhadores do processo produtivo, Antunes (2011) sinaliza que o capital não consegue valorizar a si mesmo pelo trabalho morto<sup>19</sup>, por isso necessita de interação com o trabalho vivo para a sua acumulação. Sendo assim, a informalização do trabalho não será apenas resultado do desemprego estrutural e da substituição do trabalho vivo pelo trabalho autômato e digital, será parte constitutiva da acumulação capitalista.

Antunes (2011) classifica os informais em três modalidades: trabalhadores informais tradicionais, trabalhadores informais assalariados sem registro e trabalhadores informais por conta própria.

Trabalhadores informais tradicionais são aqueles que buscam renda para consumo individual e familiar, através da própria força de trabalho com auxílio do trabalho familiar ou de ajudantes temporários. Esses trabalhadores são classificados como “menos instáveis” e desenvolvem seu trabalho, majoritariamente, no setor de serviços. Os trabalhadores mais instáveis são aqueles recrutados para realizar serviços eventuais “pautados pela força física e pela realização de atividades dotadas de baixa qualificação” (Antunes, 2011, p. 409).

Para o referido autor, trabalhadores “ocasionais” ou “temporários” são incluídos na categoria dos informais tradicionais. Normalmente, quando desempregados, desenvolvem atividades informais (bicos), entretanto, visam realocação no trabalho assalariado. Os aspectos da precarização desse tipo de trabalho são constituídos, dentre outros fatores, da ausência de limite de horas de trabalho e do emprego de mão-de-obra familiar com ou sem remuneração. Por sua vez, os trabalhadores informais assalariados trabalham à margem da legislação trabalhista e não se beneficiam de acordos coletivos de suas categorias (Antunes, 2011). Por último, os trabalhadores informais por conta própria utilizam a própria força de trabalho e a de seus familiares ou de ajudantes subcontratados para a produção de mercadorias.

A relação das modalidades do trabalho informal e a precarização são sustentadas por algumas teses defendidas pelo referido autor. A primeira diz respeito à falácia da qualidade total. De acordo com essa tese, quanto mais

---

<sup>19</sup> Marx (2012, p. 113) diz que os produtos do trabalho – e, portanto, também os meios de produção (as máquinas, matérias primas etc.) – são trabalho já passado, trabalho morto. O capital injeta trabalho vivo (a força de trabalho) no trabalho morto. Apenas esta operação pode acionar o movimento autônomo de valorização que pressupõe, obrigatoriamente, trabalho vivo em sua fonte.

qualidade total empregada na produção das mercadorias, “menor é o seu tempo de duração” (Antunes, 2011, p. 412). A superfluidade das coisas acompanha a superfluidade do trabalho a partir de práticas de “liofilização da força de trabalho”, “processo no qual substâncias vivas são eliminadas, sendo o trabalho vivo crescentemente substituído pelo trabalho morto” (Castillo, 1996 apud Antunes, 2008, p. 21). Essa última afirmação compõe a segunda tese que “fundamenta esse múltiplo processo de informalização e de precarização da força humana em escala global” (Antunes, 2011, p. 411-412).

Antunes enfatiza que a informalidade possui distintos modos de ser e sua característica principal é a ruptura com os laços de contratação e regulação da força de trabalho, prevalentes na relação capital-trabalho durante o século XX na vigência do modo de produção taylorista-fordista. E, por expressar formas de trabalho desprovidas de direitos, a informalização do trabalho apresenta similitudes com a precarização, não sendo sinônimas, mas tendo “conexões, inter-relações e vinculações” (Antunes, 2011, p. 418).

A falta de regulação da força de trabalho e a ruptura com os laços de contratação (Antunes, 2011) e a materialização do que Druck e Oliveira (2008) afirmam sobre a permanência da informalidade, podem ser observadas nos relatos apresentados a seguir, e foram colhidos nas entrevistas com as trabalhadoras que contam histórias de superexploração e permanência na informalidade.

No segundo trimestre de 2022, a população negra ocupada correspondia a 53,3 milhões e, desse total, 21,9 milhões eram mulheres negras e 47,5% dessas trabalhadoras estavam em trabalhos desprotegidos. A taxa de desocupação entre as mulheres negras era de 13,9%, a maior em comparação ao grupo de homens e pessoas não negras (DIEESE, 2022a).

A força de trabalho das mulheres correspondia, no mesmo período, a 41,8 milhões, no terceiro trimestre de 2022. 5,3 milhões mulheres negras se encontravam desocupadas e 1,6 milhão estavam desalentadas<sup>20</sup> (DIEESE, 2022b).

Noemi trabalha informalmente em uma mercearia e relata como a ausência de um contrato de trabalho a afeta. A trabalhadora menciona que a ausência de um trabalho regulamentado, “com carteira de trabalho assinada”, implica diretamente no acesso à remuneração pelo trabalho executado no mês:

---

<sup>20</sup> Segundo o DIEESE (2023), as mulheres desalentadas “são mulheres que gostariam de trabalhar, mas que desistiram de procurar porque acham que não vão encontrar”.

Às vezes dá uma certa raiva. Às vezes faz falta, sabia? Por exemplo, minha patroa adora atrasar o pagamento da gente. Já tem três (3) dias que ela tá com pagamento atrasado. Todo mês eu tenho que ficar cobrando ela. Detesto ficar cobrando os outros. Ela: “ah, mas seu pagamento não é dia 5?”. Eu: “Dia 20 e dia 05”. Antes de te encontrar, mandei um áudio pra ela. Filha da puta... É, você tem segurança, né? [sobre ter um trabalho regulamentado]. Nunca tive problema com atraso de pagamento (Noemi, 41 anos).

A outra face da informalidade é apresentada na impossibilidade da trabalhadora negar a própria indisponibilidade. Noemi é uma trabalhadora que reside em um município com oportunidades de trabalho pouco diversificadas, sendo os serviços de auxiliar de cozinha e atendente em lanchonete os que mais ofertam vagas de trabalho. De acordo com o seu relato, ela está trabalhando, mas foi abordada para trabalhar em um outro comércio:

Aqui a maioria é isso (auxiliar de cozinha). Tem uma mulher lá na 90 [rua], querendo que eu vá trabalhar lá. Só que a carga horária lá é meio puxada, né? Aí P... tá operada, juntei uma coisa com a outra: “Ah, não posso não. Tou ajudando ela. Ela não pode fazer esforço”. E também, por outro lado, é verdade. Aí a moça me viu ontem na rua com P. Fomos na rua comprar pão e ficamos lá na praia. Ela: “Ah, aí você vai vim?” Eu falei: “Poxa, eu não posso ainda não. Ela não pode nem carregar bolsa”. Não dá não, pega de meio-dia ou 1h da tarde e larga 1h e meia da manhã (Noemi, 41 anos).

O receio de se mostrar indisponível consiste em não se fechar para nenhuma oportunidade, caso precise futuramente. Por isso, ela não aceita a oferta de trabalho, mas deixa em aberto a possibilidade de aceitá-la. Noemi tem planos para o futuro e não gosta de trabalhar informalmente. Ela reconhece que a carga horária dessa vaga ofertada é muito intensa e prejudicaria seus projetos. A insegurança no trabalho que é vivenciado por Noemi é compartilhada por Leci, de um outro modo, dessa vez por uma indisponibilidade pessoal. Ela enfrenta um adoecimento persistente que a incapacita temporariamente para o trabalho formal:

Isso até atrapalha o trabalho, porque se eu tiver trabalhando aí atrapalha porque eu vou ficar faltando com dor. [...] Igual a outro dia, eu fiquei muito nervosa. Tava tão sangrando, tão sangrando que no Natal tava correndo pra arrumar um dinheiro... tava carregando peso, peso, madeira... aí ela fica reclamando... “Não, Natal tá chegando, eu quero ajudar. A gente vai pra casa da minha irmã”. Então, tipo assim, eu fui assim, mas, depois... porra! Foi a dor aqui que só Deus na causa. Aí eu fui na farmácia agora... é Buscopan, é Buscofem... Aí eu tou nessa luta (Leci, 39 anos).

Noemi reconhece que é superexplorada no trabalho, mas não tem muitas possibilidades diferentes do que se apresenta para ela no momento. Ela foi contratada como auxiliar de cozinha e desempenha funções muito além do que foi informalmente acordado com sua patroa:

[...] lá eu faço tudo. Laticínio, balcão, atendo, corta frios, asso pão também, ajudo o padeiro, faço de tudo. Mas, por exemplo, quando minha patroa não tá aí, sou eu que fico na cozinha. Quando eu chego, eu chego 8 horas. Quando eu chegava 6 horas, eu já chegava limpando e tal. Às vezes, fazia café. Quando eu chego, já chego limpando. Varro, passo pano, lava um banheiro. Quando eu tou sozinha assim, no almoço, por exemplo, minha patroa não tá aí essa semana, que ela trabalha no Rio como cuidadora, fica no Rio a semana toda, uma semana sim, outra semana não. Aí, eu, além de limpar, eu, quando chega umas 9h mais ou menos, eu paro, vou pra cozinha (Noemi, 41 anos).

Noemi deseja ter estabilidade e tempo para si e para a sua família. Ela planeja ser servidora pública e acredita que terá um trabalho estável se continuar estudando para ser aprovada em um concurso público:

Outra coisa que eu não quis trabalhar lá é que eu tou querendo voltar a estudar e eu tou estudando, né? Tou estudando pra concurso. Então, qual o tempo que eu saio? Eu saio da padaria agora, tou até fazendo caminhada de tardinha com P. Tou caminhando um pouco com ela. Aí, quando chego, tomo um banho, vou estudar. E como é que eu vou estudar saindo de lá 1h da manhã? Aí P... falou assim pra mim: “Vale a pena? Você vai ganhar o dobro, vai...”, que lá além do dinheiro tem os dez por cento, né? Trabalhando na cozinha, seja no atendimento, você ganha um pouco a mais. Mas, mesmo assim, pô, e onde fica o meu estudo? Tou passando aperto, mas tou aqui segurando (Noemi, 41 anos).

Se Noemi tem esperança em um dia ter um trabalho estável e se livrar da informalidade, Zami acredita na crise do emprego e defende que os trabalhos seguros e estáveis acabaram, e o que resta são serviços que os trabalhadores e as trabalhadoras podem lançar mão e que estão muito mais disponíveis aos homens por serem naturalmente mais fortes, de acordo com a sua perspectiva:

A gente vive o que tem pra gente, hoje é o trabalho braçal. Não existe mais empregos. Os empregos estão preenchidos. Se você entrar numa agência do INSS, do Correio, está tudo preenchido por pessoas que já estão se aposentando e que já tem pessoas que já estão em processo, já fizeram concurso, já fizeram tudo pra ocupar aquele lugar. Emprego não tem mais, tem trabalho. Supermercado, construção civil... e, infelizmente, nós não temos essa mesma força. Então, o homem tem a possibilidade de conseguir um emprego de carteira assinada, melhor, por questões físicas, porque o que a gente tem hoje é trabalho braçal. A gente tem hoje obra, você não para de ver prédio, empreendimentos acontecendo, entendeu, por isso (Zami, 39 anos).

Assim como Noemi, Zami e Felipa também têm suas forças de trabalho superexploradas, tanto na realização de multitarefas quanto na extensão da carga horária de trabalho:

Então, eu trabalho aqui, eu faço tudo aqui, eu acho que eu moro aqui. Só vou em casa deitar. Então, sei lá, balconista, atendente, gerente, tudo que você pensar sou eu. [...] Aí, minha filha, pego dez da manhã, saio duas da manhã, três da manhã de quarta a domingo (Zami, 39 anos).

Faço tudo. Há tantos anos que eu trabalho com isso. Vai pra rua, faz depósito, faz tudo. Tudo um pouquinho (Felipa, 26 anos).

Ambas as entrevistadas sofrem um processo de descaracterização de suas funções originais. De tantas atividades que exercem, não conseguem definir o que fazem.

Outras formas de precarização aparecem no relato de Luana e Jerusa. Para Jerusa, o trabalho doméstico informal demonstrou ser um vínculo muito fragilizado, intolerante a “falhas”, doenças ou problemas pessoais. Jerusa, por exemplo, relata uma situação em que o adoecimento foi determinante para a demissão, a colocando em uma situação de vulnerabilidade que a impeliu a trabalhar por uma remuneração muito abaixo do valor de sua força de trabalho:

Eu trabalhava fixo sem carteira assinada. E aí tive um problema no braço, tive que sair. Trabalhava de doméstica. Aí eu tive uma tendinite, tive que engessar o braço. Aí depois eu saí, fiquei sem trabalhar e fui trabalhar no bar. E ninguém paga nada. Me deram os dias que trabalhei e tchau e bença. Então, aí o trabalho não quer mais né? Aí, acaba, tu vê outra coisa pra você se manter. Trabalha numa pensão, trabalho informal, você pega alguma coisa, se vai vender alguma coisa, trabalha com vendas, você tem que se virar nos trinta, você faz um trabalho muito abaixo do valor do mercado. Tem isso também, né? Tipo assim, a pessoa hoje trabalha num bar, se a pessoa ganha R\$80,00 a diária, a gente ganha R\$30,00 e tem que ir feliz, sorrindo (Jerusa, 42 anos).

Quando Jerusa diz “a gente ganha R\$30,00” ela está se referindo à condição lésbica negra des/infeminilizada, cuja posição na estratificação social está abaixo dos outros grupos vulneráveis, tendo que aceitar trabalhos informais mais precarizados, subempregados e insalubres.

Nesses relatos, observa-se que o trabalho doméstico informal criou, para as lésbicas negras des/infeminilizadas, processos de vulnerabilização que se acirraram em situações de adoecimento ou de intercorrências da vida. A insegurança no acesso à renda fez com que essas mulheres trabalhassem mesmo doentes. O medo de perder o trabalho, a necessidade de se manter e o próprio compromisso pessoal com o empregador demonstram que o trabalho se sobrepõe ao direito à dignidade humana, à saúde, ao descanso, ao lazer e a outros direitos fundamentais:

O último foi um bico na casa de uma moça lá, que eu tava quase pegando ela. Pegando ela na forma de dar bolacha, não daquele jeito coisa, não. Essa daí eu não ia pegar nunca, ia pegar de enfiar o cacete nela. Ela era muito chata. [A] mulher não deixava eu trabalhar em paz. No início deixava, mas depois ela começou... eu comecei a me perder, uma casa imensa, uma cobertura, era grande a coisa. Aí, se você tá num lugar, daqui a pouco a pessoa começa: “quero que tu vá pra lá, que tu faça lá”, e se tu começar a fazer, tu se perde. Ainda mais não conhecendo a casa

bem. A minha eu conheço de cor e salteado, mas a dos outros não conheço. Até eu me acostumar com a casa... No início, quando ela não enchia o meu saco, até que eu fazia o serviço rapidinho, mas começou a encher o saco, comecei a demorar. Saía de lá dez horas da noite, às vezes. Mas a sorte que onde ela morava, da casa dela pra minha irmã eu ia rápido, aí eu dormia lá na minha irmã. Ia pra minha irmã tomar banho, porque nem banho lá tu tinha direito de tomar. A mulher tinha o banheiro dela, do filho, do marido. Agora, se você é casada, você vai usar um banheiro você e teu marido? Aí o banheiro que tinha lá fora era cheio de bagulho. Como é que você ia tomar banho? Aí eu ia tomar banho na minha irmã e dormia lá. Quando não ia na minha irmã, vinha pra cá. Ih, eu fiquei pouco tempo, não fiquei muito tempo não, que a mulher começou a encher meu saco. Aí ela ficou de saco cheio de mim, eu fiquei de saco cheio dela (Luana, 65 anos).

O relato de Luana revela as condições desumanas e análogas ao trabalho escravizado em que são colocadas as trabalhadoras domésticas. Neste relato, Luana foi contratada para realizar serviços domésticos e não possuiu nenhuma autonomia para executá-lo, sendo supervisionada e pressionada a todo momento, chegando ao ponto de afetar a sua saúde mental e aumentar a quantidade de horas trabalhadas, sem que fosse devidamente remunerada por esse acréscimo, uma vez que a sua suposta morosidade estava relacionada à pressão exercida por sua patroa.

Além dos abusos psicológicos, Luana foi destituída do direito de fazer uso do espaço comum da casa em que trabalhava, como se fosse uma ameaça à saúde de seus patrões. Esta suposta ameaça é um dos aspectos do racismo, o qual considera a mulher negra suja e contaminadora:

A preocupação das pessoas brancas com a higiene da mulher negra revela, por um lado, o desejo branco de controlar o corpo negro; e, por outro lado, o medo branco de ser sujado por aquele corpo. [...] Há um "medo do contágio racial" (Marriot, 1998). A palavra contágio é bastante evocativa porque descreve como, no inconsciente branco, a negritude é fantasiada como uma doença, uma "maldição corpórea" (Fanon, 1967, p.112), com a qual o sujeito branco tem medo de ser contaminado (Kilomba, 2019, p.125).

Verifica-se, no relato de Luana, que lhe foram negados direitos fundamentais como acesso ao banheiro, ao descanso e ao trabalho livre de constrangimentos e assédios. Luana também sofreu situações de violação de direitos no trabalho durante um período de adoecimento, mesmo em condições mais estáveis que o trabalho doméstico informal. Na época, ela foi contratada por uma empresa terceirizada que prestava serviços de limpeza para uma universidade:

Uma vez só que eu tive essa crise no trabalho. Tive a crise aqui, tava em crise aqui [em casa] por causa da minha encarregada que era um saco. Lá na universidade isso. Aí, eu brincando com ela, não sei... falando de uma sala lá, mas a sala tava com poeira. Falei: "Ih, não me bota não". Mas ela me botou numa sala bem suja, aí eu entrei em crise. Mas, mesmo assim, fui pro trabalho. Aquela subida ali da

passarela, quando comecei a subir, eu falei: “cruz credo, eu não vou conseguir”. Mas forcei a barra, aí eu forcei a barra e aí fui. Mas aí eu falei: “Não posso voltar daqui, vou lá”. Aí eu fui até lá. Aí a encarregada, quando me viu: “você não pode ficar aqui assim! Você não pode ficar assim”. Aí eu já cheguei já transformada, né? Um amigo meu tava metendo a mão no telefone, que ia ligar pro pessoal do trabalho pra denunciar. Falei: “Para! Para! Que ela já sofreu. Eu vou ficar aqui. Calma”. Fiquei bem. Aí eu fiquei lá fora esperando. Aí a supervisora foi lá: “Ô, Luana, tu não era nem pra ter vindo, né?” Aí eu falei: “Eu passei mal no meio do caminho”. Mas eu já não tava falando mais, porque quando eu entrava em crise forte eu já não falava mais. Só que ela não queria deixar. Aí ela mandou eu ligar, tinha que ligar pra alguém da família. Eu falei: “Eu vou ligar pra quem?”

[...] Aí fiquei lá, aí veio uma colega lá: “Ô, Luana, faz de conta que eu vou te levar em casa. Tu sai comigo, se não tu vai ficar aqui até a hora da saída”. Aí foi que ela foi lá e falou com a encarregada: “Não, eu vou levar ela em casa”. A encarregada: “Mas você mora pra lá?”. Ela: “Não, não. Mas é caminho, eu vou deixar ela lá”. Aí aproveitei, saímos de lá juntas, eu peguei um carro e vim embora. Fui trabalhar no dia seguinte, menina. Tinha que trabalhar porque ainda mais que era uma sexta isso. No sábado, se eu faltasse no sábado, seria atestado médico, iam me descontar o final de semana mais a sexta-feira. Mas ela não me descontou a sexta não. O sábado eu fui. Não tava legal, mas tava melhor um pouco (Luana, 65 anos).

Nesta situação, o adoecimento foi causado tanto pelo assédio moral de sua encarregada quanto pelas próprias condições do trabalho. O relato de Luana evidencia o medo de ser descontada ou de ser “mandada embora”:

Ela me mandava fazer tudo. Tudo, tudo ela jogava pra cima de mim, entendeu, em período de férias. Aí, uma noite, tá eu e a menina parando, conversando, ela: “Luana, faz não sei o que...”. Aí foi, ela falou: “Pô, Luana, tá demais isso”. Ela: “pode deixar que eu vou fazer”. Ela foi no meu lugar fazer. Mas falou pra mulher: “eu vou lá fazer”. E não era supervisora, que a supervisora nem sabia disso. Que se eu chegasse perto da supervisora e falasse, ela ia tomar uma chamada. [...] Ela tinha implicância comigo. E eu lá sei, pergunta a ela. A encarregada era insuportável, ela era debochada. Uma vez eu tava bem do lado, a gente tava indo embora, eu tava bem do lado dela e ela não tinha me visto. Aí ela: “Ei, cadê a Luana? Já foi embora, já pegou o ônibus?”. Aí, a mulher que trabalhava comigo, olhou assim pra mim: “Oh, tá aí do teu lado”. “Ah, tá aqui”. Quer dizer que ela queria dizer que eu era lenta pra trabalhar e rápida pra ir embora. E ela quebrou a cara, que eu tava bem do lado dela, entendeu? Era coisa dela. Mas tinham mulheres lá que ficavam, tanto que quando trocou a minha encarregada botaram tanto na cabeça da outra que eu era lenta, que eu era lenta, que eu era lenta, aí a outra conseguiu me tirar de lá. Aí foi onde eu fui parar lá no Kinoplex, aí eu me ferrei foi nessa, né? Porque eu tentei armar pra ver se ia pra outro setor, aí eles me mandaram embora. Mas não por coisa, porque um dos cara, que se achava o poderoso lá, mas olha que a poderosa lá era a dona..., ele foi na sala falar comigo, ele falou: “Eu tô vindo aqui porque é a senhora”. Porque não tinha reclamação minha. Entendeu? (Luana, 65 anos).

A violência do assédio perseguiu Luana até mesmo em relações de trabalho familiares:

Eu ia trabalhar com a minha sobrinha. Chegamos a começar uma sociedade, mas aí a minha sobrinha também é estressada e ela esquecia que eu era sócia dela, entendeu? Então ela falava comigo, como se eu fosse a empregada dela, e falava assim pra todo mundo ouvir, e eu detesto isso, cara. Se eu tou trabalhando com você, vamos conversar. Tem alguma diferença, vem aqui fala comigo, eu e você.

Minha sobrinha também me bagunçava muito. Aí por isso que eu desisti. Aí eu até perdi dinheiro, que eu botei dinheiro no negócio e eu perdi dinheiro. Tem que haver respeito, né, porque, se eu trabalho com você, sou tua sócia, você vai vir falar alto comigo, gritar. Porra, aí é complicado, aí eu: “Acaba com isso, não quero saber disso não. Logo assim, acaba logo. Que eu também tenho meus estresse, minha filha. Posso até me arrepende de ter dito, mas eu não volto atrás (Luana, 65 anos).

As relações familiares têm influência direta nas condições de vida das trabalhadoras negras lésbicas des/infeminilizadas. A família tanto pode ser um lugar de proteção quanto de violação. Como visto no relato de Luana, o trabalho com a família foi mais uma fonte de violação de seus direitos. Se, para algumas trabalhadoras entrevistadas, a família foi o grupo de apoio afetivo e financeiro em situações adversas, para outras a família significou a exclusão e um obstáculo a mais para o alcance de melhores condições de vida, como será visto no item a seguir.

### **3.1.1. Trabalhadoras desalentadas**

O desemprego não é meramente a ausência de um trabalho remunerado. Ele é manifestação da reestruturação do capital iniciada com o fim do modelo fordista-taylorista de produção, que marca o rompimento com a regulamentação do trabalho para dar lugar à acumulação flexível e às novas formas de exploração da força de trabalho.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) realizada neste ano de 2023, “o número de desocupados cresceu 10,0%, o que representa um acréscimo de 860 mil pessoas à procura por trabalho, e chegou a 9,4 milhões. Já o total de ocupados reduziu-se em 1,6%, menos 1,5 milhão de pessoas, ficando em 97,8 milhões” (IBGE, 2023).

Situações de vulnerabilidade social são compartilhadas entre as lésbicas des/infeminilizadas, que mesmo dispersas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, apresentam muitas similitudes, sendo uma delas o desemprego e a dependência econômica em um contexto de solidão lésbica intrafamiliar: “Trabalho na UVA [sigla criada por ela que significa União dos Vagabundos Aposentados]. Agora tou desempregada. Agora eu sou da União dos Vagabundos Aposentados. Conhece essa não, né? Vou fazer seis anos” (Luana, 65, anos).

Luana se encontra em situação de vulnerabilidade social e se depara com dois fatores principais que a mantêm nesta condição: ser idosa e, apesar de ter 65 anos de idade, não fazer jus ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) por

residir com familiares que possuem renda, ultrapassando a renda per capita exigida para acessar o benefício<sup>21</sup>. Quando questionada sobre acesso à renda, Luana explica que o único recurso que possui advém de um benefício previdenciário e é motivo de constrangimento para ela:

Ih, Dandara, fala isso não, que eu vou passar vergonha... R\$400 e pouco. A pensão do meu pai. Só que, como minha irmã também recebe, aí é dividido. Aí pra mim fica menos, pra ela fica muito porque, além da pensão, ela trabalha e é aposentada (Luana, 65 anos).

Minhas amigas que às vezes... de vez em quando, aparece uma... igual uma amiga minha, ela é lá de Campo Grande, ela foi pra Barra, ela cismou que eu tinha que ir pra praia com ela e aí ela pagou um Uber, daqui até lá é R\$50,00. Aí eu falei: "Amiga, eu posso pegar uma condução, saltar em algum lugar, aí você chama o Uber fica mais barato. Ela: "Não, amiga, deu barato". Então tá... R\$50 reais, né? É porque tem né? Ela tem uma condiçãozinha. Igual ela queria que eu fosse pra lá, pra gente ir à praia, que ela ia de carro: "Vou ir aí pra baixo não". Aí eu inventei que eu ia entregar um currículo. E, tipo assim, também é chatão, tem momento e hora que eu me sinto mal também, entendeu? Pô, você ir pra um lugar e a pessoa ficar pagando e tal, aí eu me sinto mal. Eu até nem fui segunda feira pra praia, por isso. Ela fala até: "Não, amiga, se você precisar de um dinheiro de passagem tu me fala, cara, que eu passo um pix<sup>22</sup> pra você". Sabe... Aí, tipo, eu fui daqui [Del Castilho] até o Méier, fui e voltei a pé (Rute, 48 anos).

Registra-se, a seguir, a fala de Luana, para ilustrar que uma situação de vulnerabilidade social compartilhada por outras lésbicas negras des/infeminilizadas é, para Luana, motivo de vergonha.

Luana reconhece que ser des/infeminilizada muda suas chances de trabalho, porém acredita que a sua idade é um dificultador a mais na busca por trabalho para que ela saia dessa situação econômica e familiar que pode lhe causar sérios prejuízos emocionais e sociais:

Eu acho que hoje... não sei, não sei, não sei te dizer, tá? Hoje em dia, eu não sei porque que tá pegando, que eu já até desisti de procurar emprego, tá? Hoje em dia, o que pega mais é a idade porque as pessoas acha que os mais novos é que trabalham mais, né? Ninguém sabe, né. Pelo menos, lá na universidade, os mais velhos é que trabalhavam mais que os mais novos. [...] Tirando a idade, eu acho que muda em muita coisa, acho que muda (Luana, 65 anos).

Para Luana, a idade é o que mais interfere na sua realidade para conseguir qualquer tipo de trabalho, seja ele formal ou informal. A seguir, serão apresentados aspectos desumanizadores da condição lésbica na busca por trabalho.

<sup>21</sup> O BPC é uma prestação paga, no valor de um (1) salário mínimo, para idosos maiores de 65 anos ou pessoas com deficiência, desde que não possuam meios de prover a própria subsistência ou de tê-la provida por sua família. Atualmente, a lei garante o BPC apenas para as pessoas idosas ou com deficiência com renda familiar mensal per capita igual ou inferior a 1/4 do salário mínimo.

<sup>22</sup> Nome de fantasia que remete a pixels (pequenas unidades luminosas de uma tela de computador ou celular), refere-se a um meio de pagamento criado pelo Banco Central que permite a realização simplificada de transferência de valores entre contas bancárias.

### 3.2.

#### **Desumanização das lésbicas negras des/infeminilizadas e o mercado de trabalho**

Até o momento, foi visto que, ao contrário das mulheres feminilizadas, lésbicas ou não, às lésbicas des/infeminilizadas é atribuído um lugar de desumanidade. Estar neste lugar as coloca numa posição de sujeição às mais diversas formas de violações de direitos, que variam desde a dificuldade de acessar trabalhos regulamentados ou menos precarizados até a violação do direito a ter uma família:

É porque eles acham que a gente não é capaz de executar aquele trabalho... Sei lá, eles olham pra gente como se a gente fosse um mutante. A questão não é nem a baixa escolaridade, cara, eu tenho curso de informática, eu tenho qualificação, eu tentei de todas as formas estudar (Jerusa, 42 anos).

Desumanizar a lésbica também se assemelha a desnaturalizá-la por não corresponder ao que se entende por “mulher”. De acordo com Wittig (1992) a existência de classes de sexo fez com que a classe das mulheres fosse concebida como algo natural e não socialmente contruído. A autora pontua que existe “mulher” porque há uma outra classe que exerce o poder e a apropriação sobre ela, a classe dos homens. As lésbicas, portanto, estão num lugar de opressão por não se deixarem apropriar pelos homens, e tampouco estão em condições de possuir as mulheres:

[...] uma característica da opressão lésbica consiste precisamente em deixar as mulheres fora do nosso alcance, já que as mulheres pertencem aos homens. Desta forma, uma lésbica tem que ser outra coisa, uma não-mulher, um não-homem, um produto da sociedade, não um produto da natureza, pois não existe natureza na sociedade (Wittig, 1992, p.1-8).

“Sapatão sujo”, “mutante”, “agressiva”, que “confunde a cabeça da criança”, que disfarça para não assustar, são adjetivos relatados pelas lésbicas negras des/infeminilizadas, expressões que combinam racismo e lesbofobia e que influenciarão no acesso ao trabalho, requisitando dessas trabalhadoras estratégias individuais de sobrevivência frente à necessidade de vender sua força de trabalho. Já é sabido que uma das manifestações do racismo é animalizar as pessoas negras (Kilomba, 2019). Má educação, agressividade, incapacidade intelectual, entre outros adjetivos estão nos estereótipos criados pela branquitude para desqualificar e reduzir as pessoas negras à uma existência subumana. Kena se vale de sua habilidade de comunicação para ter acesso ao trabalho:

[...] Vão sempre olhar o estereótipo que é vendido através da minha imagem, né? Então, dentro da sociedade tem essa imagem. Essa sapatão que não performa feminilidade, ela tá colocada em alguns locais de trabalho, algumas situações específicas, né? “E como que ela vai trabalhar na minha empresa”, “como que eu vou dar a minha cara pra essa pessoa”, né? Aí eu acho que tive sorte nesses espaços, porque eu acho que eu me comunico bem e isso pode ter sido uma ajuda, um plus pra ter conseguido algumas vagas, né? Eu acho que é isso a imagem que se tem de uma sapatão que não performa feminilidade. É uma imagem de brutalidade, é uma imagem de raiva, é uma imagem de sexualidade abusiva né? E aí é isso que a sociedade lê de mim antes de me conhecer. E aí, depois, no tempo da entrevista, se eu consigo falar e conversar um pouco, isso cai por terra, né, pelo diálogo, a maioria das vezes (Kena, 33 anos).

Kena denuncia, através de sua fala, que a imagem da lésbica negra des/infeminilizada já a situa em uma posição de desvantagem em relação à lésbica feminina, porque esta última não demonstra raiva.

Felipa observa que a sociedade coloca as lésbicas des/infeminilizadas no lugar do indivíduo perigoso e violador da infância e, por este motivo, estão menos propensas a serem escolhidas para trabalhar em funções que lidam diretamente com crianças:

Tem gente que também que... por causa, tipo assim, do entendimento da criança... dizem que confunde a cabeça da criança. [...] Eu nunca vi não. Eu, particularmente, nunca vi, entendeu? Negócio de escola... que eles dizem que mexe com a cabeça da criança, a criança fica desentendida. As criança tá mais pra frente do que a gente. Pergunta alguma coisa, elas já sabe tudo, já te explica tudo. Hoje, a infância de hoje, não é igual antigamente, que você tinha a tua infância de brincar de isso e aquilo outro... a criança já nasce com dente, já nasce pedindo celular, já nasce com tudo... (Felipa, 26 anos).

A confusão a que Felipa se refere, trata-se dos riscos de que a sociabilização heterossexual sobre a infância seja interrompida. Apresentar uma lésbica a uma menina, pode alertá-la de que tornar-se uma mulher não é um caminho natural.

Monique Wittig (1992), afirma que a existência das lésbicas destrói a ideia de que as mulheres constituem um grupo natural. De acordo com a autora, a separação entre homens e mulheres é uma divisão política. Ao se constituir em um grupo supostamente natural, as mulheres são moldadas tanto no corpo quanto na mente para corresponderem às expectativas desse grupo. As lésbicas, com a materialidade de suas existências, colocam em xeque qualquer possibilidade natural de ser uma mulher heterossexual.

A partir desses exemplos, nota-se que a feminilização confere às mulheres um lugar de humanidade que falta às lésbicas negras des/infeminilizadas. A seguir, será visto como essas trabalhadoras lidam com a ausência da

feminilização e quais tipos de trabalho estão disponíveis ou indisponíveis para elas em razão de quem são.

### 3.3.

#### **O lugar da lésbica negra des/infeminilizada no mercado de trabalho**

O acesso ao trabalho e à renda é um dos problemas sociais que mais afetam a população negra, com mais incidência sobre as mulheres. Gonzales (1979, p. 1) associa o capitalismo monopolista ao desenvolvimento desigual das forças produtivas nos países periféricos, denunciando que a dependência econômica neocolonial e a permanência de formas produtivas anteriores somada a uma massa populacional à margem do desenvolvimento são as principais características do que ela chamou de desenvolvimento desigual e combinado.

Dentro desse desenvolvimento desigual se encontra a funcionalidade da superpopulação relativa que, segundo Gonzales, 1979, no Brasil se torna supérflua e marginalizada sofrendo as incidências do subemprego e do desemprego, sendo a população negra a que está entre os níveis mais baixos de participação na força de trabalho.

De acordo com Gonzales (1979, p. 2) o privilégio racial perpetua situações de exploração da população negra. Ela se refere tanto aos brancos capitalistas quanto àqueles que não são proprietários dos meios de produção. Esses últimos, quando competem com os negros, tem mais acesso a “recompensas materiais e simbólicas, marcando o que a autora classificou de “divisão racial do trabalho” (Gonzales, 1979, p. 2).

Por conseguinte, não é por coincidência que a maioria quase absoluta da população negra brasileira faz parte da massa marginal crescente: desemprego aberto, ocupações “refúgio” em serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente e trabalho por temporada etc. Ora, tudo isto implica em baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação etc. (Gonzalez, 1979, p. 2).

Gonzalez (1979) prossegue denunciando a intensa intermitência do trabalho para a população negra e a ausência de garantias trabalhistas. Por outro lado, os negros escolarizados, segundo a autora, sentem a falácia do mito da democracia racial e reconhecem que serão preteridos no mercado de trabalho em relação aos brancos. Diante desse fato, escolhem entre denunciar as arbitrariedades do racismo ou “para subir na vida, começam a pagar o seu preço, o de embranquecimento” (Gonzalez, 1979, p. 3).

Embora, Gonzalez sinalize a possibilidade de alguma mobilidade social entre os negros, os postos de trabalho mais precarizados ainda são os trabalhos informais ocupados pela população negra, com um incremento significativo do trabalho das mulheres negras. A informalidade é um traço histórico do mercado de trabalho brasileiro, não sendo possível alterar significativamente o contingente de trabalhadoras(es) sem acesso a empregos decentes. Trabalhadoras(es) continuam envolvidos em formas de trabalho precárias, desprotegidas e ilegais (Araújo & Lombardi, 2013, p. 454).

Araújo e Lombardi (2013), ao analisarem a evolução do trabalho informal no Brasil, de 2001 a 2009, tendo, além da comparação entre setor formal e informal, o gênero e a raça como foco, destacam as novas formas contratuais e relações de trabalho decorrentes dos processos de reestruturação capitalista e globalização, e sinalizam a ausência de estudos sobre informalidade que façam o cruzamento das dimensões supracitadas. Essa premissa também é válida para a ausência de estudos sobre lésbicas, principalmente correlacionando a condição lésbica com a informalidade, o que confere uma dupla inviabilização.

Embora as autoras apresentem dados com um recorte temporal muito específico, suscitam questões que atravessaram a década e se repetem na realidade das mulheres trabalhadoras. Apesar de existirem dados mais atualizados sobre o mercado de trabalho no Brasil, optou-se por debater a questão com esta publicação referente ao ano de 2009, pois a análise das autoras sobre os números dialoga bastante com especificidades que apareceram nas entrevistas. De acordo com as autoras, a informalidade é um traço histórico do mercado de trabalho brasileiro, não sendo possível alterar significativamente o contingente de trabalhadoras(es) sem acesso a empregos decentes. Trabalhadoras(es) continuam envolvidas(os) em formas de trabalho precárias, desprotegidas e ilegais (Araújo & Lombardi, 2013, p. 454).

No período abordado pelas autoras, observa-se que as mulheres foram empurradas das empresas de grande e médio porte e dos setores da indústria para as atividades informais em pequenas empresas prestadoras de serviços, no trabalho domiciliar ou em cooperativas de trabalho. Também passaram a ter presença majoritária em empresas terceirizadas prestadoras de serviços, principalmente em órgãos e instituições públicas, bem como houve uma

feminização do trabalho autônomo entre camelôs<sup>23</sup> e vendedores/as ambulantes (Araújo & Lombardi, 2013, p. 457).

Quanto à raça, a taxa de ocupação entre brancos/as e negros/as, em 2009, apresenta números bastante próximos, 49,6% e 50,4%, respectivamente. Entretanto, as desigualdades entre raça e gênero surgem quando se inclui a variável sexo. Os/as brancos/as ocupam a maior parte das atividades formais, os homens brancos ocupam 52% e as mulheres 58%. Nas atividades informais, a maior concentração nos serviços domésticos é de pessoas negras de ambos os sexos (representam 2/3 das ocupações). Nesta categoria ocupacional, as mulheres negras representam 63,4% entre os/as empregados/as sem carteira contra 62,6% dos homens negros; nas atividades sem carteira, as mulheres negras representam 50,6% e os homens negros 61,5%. Entre os/as trabalhadoras(es) por conta própria e os/as não remunerados/as, os homens negros também são maioria: 53,4% e 58,5%, respectivamente (Araújo & Lombardi, 2013, p. 465).

Ao analisar os dados de idade e sexo, as autoras apontam que as mulheres apresentam mais dificuldade de inserção no mercado de trabalho, sendo absorvidas muito mais tarde que os homens, e os jovens são preferidos nas ocupações, comparando-se o emprego de mão de obra mais velha. Na faixa etária de 10 a 24 anos, 25% dos/as trabalhadoras(es) informais são homens e 21% são mulheres, contra 19% e 17% de homens e mulheres ocupando atividades formais. Desse total, 77% na faixa etária entre 10 e 24 anos trabalham sem carteira assinada, enfatizando a presença de trabalho infantil nessa população. As mulheres adultas são maioria entre os/as não remunerados/as (74,5%) (Araújo & Lombardi, 2013, p. 466):

A situação de pobreza, sabidamente mais aguda entre os negros, estaria antecipando preferencialmente a colocação precária no mercado de trabalho dos meninos. Muito provavelmente, essa situação contribui, em conjunto com outros fatores, para a sua menor escolaridade futura e para a evasão escolar precoce. No caso das mulheres maduras e mais velhas, a apropriação do trabalho sem remuneração como um “auxílio” à própria família, nuclear ou expandida, também se aplicaria, seja em atividades de comércio e serviços, seja em atividades produtivas executadas dentro ou fora do domicílio (Araújo & Lombardi, 2013, p. 467).

A escolarização, outro dado analisado pelas autoras, exhibe as desigualdades entre os/as trabalhadoras(es) formais e informais. Os/as

---

<sup>23</sup> É uma expressão utilizada no Rio de Janeiro para denominar comerciantes de artigos diversos, geralmente miudezas, que se instalam provisoriamente em ruas ou calçadas, muitas vezes sem permissão legal. (<https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>).

trabalhadoras(es) informais são os/as mais escolarizados/as, tanto homens quanto mulheres:

70% das ocupadas e 53% dos ocupados tinham cursado, no mínimo, o ensino médio (no informal, as proporções encontradas foram, respectivamente, 35% e 24%). Em contrapartida, entre os trabalhadores informais, 27% dos homens e 18% das mulheres não completaram nem mesmo o antigo curso primário (até 3 anos de estudo), versus 9,6% e 4,9%, respectivamente, entre os formais (Araújo & Lombardi, 2013, p. 467).

Em 2009, foram contabilizados/as 43.816.696 trabalhadoras(es) em atividades informais, sendo as que mais empregavam: as atividades agrícolas (85,4%), os serviços domésticos (72,4%), os serviços coletivos, sociais e pessoais (69,8%) e a construção civil (68,8%), serviços de alojamento e alimentação (60,1%), comércio e reparação (52,2%) e transportes e armazenagem (43,0%). As mulheres são maioria nos serviços domésticos (94,6%) e sem carteira assinada neste ramo (73,7%). Elas também são maioria trabalhando por conta própria em serviços coletivos, sociais e pessoais (62,7%), no comércio e reparação (59,5%) e na indústria de transformação (69%) (Araújo & Lombardi, 2013, p. 468).

Quanto aos rendimentos de trabalhadoras(es) com mais de 12 anos de estudo, os/as brancos/as são os/as que auferem maiores rendimentos entre os/as trabalhadoras(es) formais (R\$18,68) e informais (R\$16,56) em comparação aos/às negros/as formais (R\$14,33) e informais (R\$14,17). Entre as mulheres brancas também se observou mais vantagens remuneratórias que as mulheres negras. As trabalhadoras negras formais e informais recebem, respectivamente, R\$10,43 e R\$8,49 em comparação às trabalhadoras brancas formais e informais, que recebem R\$12,50 em ambas as situações (Araújo & Lombardi, 2013, p.475):

A conhecida pirâmide de rendimentos, em que os homens brancos ganham mais, seguidos dos homens negros, das mulheres brancas e das mulheres negras, repetiu-se neste estudo. Novamente se constata, portanto, que as negras continuam a ganhar menos, quaisquer que sejam suas credenciais de escolaridade ou o segmento do mercado de trabalho em que se insiram, tratando-se aqui, da imbricação de duas discriminações ativas, a de gênero e a de raça (Araújo & Lombardi, 2013, p. 475-476).

Em resumo, mais mulheres do que homens se colocaram em postos de trabalho desprotegidos e vulneráveis. Mesmo crescendo menos que o formal, o trabalho informal, no período selecionado, absorveu mais mulheres do que homens. Verificou-se um aumento da feminização da venda ambulante ou mesmo a crescente presença de mulheres no comércio informal dos shoppings populares

ou camelódromos<sup>24</sup>, e de mulheres trabalhando por conta própria. As imbricações de raça e gênero também marcam a desigualdade entre trabalhadores e trabalhadoras formais e informais, o que se evidencia no acesso à escolarização e na diferença de rendimentos (Araújo & Lombardi, 2013, p. 475).

O estudo desenvolvido por Araújo e Lombardi, embora tenha dados com mais de uma década de distância dos tempos atuais, retratam uma tendência da precarização do trabalho para as mulheres. Os dados apresentados por Feijó (2022) ratificam essa tendência no mundo do trabalho para as mulheres, que se agravou com o passar dos anos, principalmente no período da pandemia de covid-19.

De acordo com Feijó (2022) a situação de mulheres negras no mercado de trabalho, entre os anos de 2012 e 2022, não apresentou mudanças significativas, colocando esse grupo social em situação de mais vulnerabilidade que os demais. Os microdados da PNADC/IBGE (apud Feijó, 2022) apontam que, em 2016, as mulheres em idade ativa correspondiam a 26% da População em Idade Ativa (PIA) e, em 2022, teve um acréscimo de 2,3%.

Quanto à taxa de participação, obtida pela razão entre a população economicamente ativa e a população em idade para trabalhar, no período de 2016 a 2019, as mulheres negras representavam 52%, número que não se manteve no segundo semestre de 2020, caindo para 45,6%. No período de recuperação da pandemia da Covid-19, os números de mulheres negras ocupadas ou procurando emprego representavam 51,5% (Feijó, 2022).

A referida autora destaca que a taxa de participação, embora seja um dado importante para analisar a realidade das trabalhadoras negras, elas ainda possuem o desafio de conseguir um emprego de fato. Feijó (2022) afirma que a taxa de desemprego entre mulheres negras e outros grupos é bastante significativa. Em 2018, 22,1% das mulheres negras estavam desempregadas contra 10,0% dos homens brancos/amarelos e 13,8% das mulheres brancas/amarelas e homens negros. No ano de 2022, o desemprego entre as mulheres negras apresentou uma queda significativa (16,3%), mas ainda permaneceu distante dos outros grupos.

Feijó (2022) também apresenta a taxa de informalidade entre as mulheres negras ocupadas:

---

<sup>24</sup> “Camelódromos” são espaços populares, formados pela junção de várias barracas de camelôs, onde são comercializadas mercadorias diversas a preços mais baixos que nos comércios convencionais.

No 1º tri de 2022 43,3% das mulheres negras ocupadas estavam em postos de trabalho informais, taxa superior à média nacional (40,1%), dos homens brancos/amarelos (34,8%) das mulheres brancas e amarelas (32,7%). Por outro lado, ficou abaixo da taxa entre homens negros (46,6%) (Feijó, 2022).

Quanto aos rendimentos, a autora afirma que as mulheres negras ainda recebem menores rendimentos médios. Elas ganham menos da metade dos rendimentos dos homens brancos e 60% menos que o rendimento médio das mulheres brancas/amarelas (Feijó, 2022).

A partir do que as autoras apresentaram sobre raça e trabalho informal, foi possível verificar que o lugar das mulheres negras no mundo do trabalho tem sido o da informalidade, com baixos rendimentos, em trabalhos precarizados e com poucas perspectivas de mudanças desse quadro social. Apesar do contexto ser desfavorável para o grupo das mulheres em geral, as lésbicas negras des/infeminilizadas denunciam que estão aquém das mulheres feminilizadas, sendo elas lésbicas ou não, na disputa por trabalhos regulamentados.

A insubmissão ao processo de feminilização acarreta a seleção social das atividades que essas trabalhadoras não conseguirão ocupar, como pode ser observado nas respostas a perguntas formuladas nas entrevistas, apresentadas a seguir, que comparam o acesso de lésbicas des/infeminilizadas e lésbicas feminilizadas às vagas de trabalho. Nota-se que as vagas mais citadas são para o setor de serviços em que as mulheres atuarão diretamente com atendimento ao público, nos quais o uso da imagem é essencial:

Ah, eu acho que pra mim é justamente porque elas são femininas, né? Porque, tipo assim, você chega numa loja, por exemplo, de roupa, é muito difícil você ver num shopping uma caminhoneira, é muito difícil. Ter tem, tipo assim, numa lanchonete, mas, assim, em loja, é muito difícil eu ver. Em loja é muito difícil (Rute, 48 anos).

Sua aparência, seu jeito de falar... dependendo do local... acho que um local mais assim... tipo um... mais assim, por exemplo, um restaurante, que a pessoa vai ter que lidar com o público, às vezes em loja também, depende muito (Safo, 51 anos).

Tem. Com certeza. Muita certeza. São femininas. Não vou saber te responder, não sei. É preconceito mesmo. Ela é feminina. Ah... tipo assim, ah, eu vou contratar a Dandara porque a Rafiki é muito masculina. Eu preciso de uma secretária feminina... recepcionista. Tem trabalho que requer o feminino mesmo, né? Outros não né? O técnico de futebol, ele quer uma masculina pra jogar bola, não uma feminina. Até isso tem preconceito, entendeu? Na verdade, cara, nós somos todos preconceituosos. No caso, se eu for técnica, vai você e eu, eu vou escolher eu. Entendeu? Na verdade, isso não vai acabar, não, não mesmo (Rafiki, 55 anos).

Depende do seu trabalho, sei lá. Pra certos trabalhos acho que sim. Por exemplo, trabalhar num lugar que tenha um escritório, seja muito homem... então... tem muitas pessoas ainda preconceituosas, né, Dandara? Só que na minha área, onde eu trabalhava, não se ligava muito pra isso não. Construção civil. Apesar de ser um local que é cheio de homem e tal. Meio machista, que todo mundo acha, até que pra mim foi bem tranquilo, sinto até falta. Vendedora, atendente. Em todo lugar, eu

acho que interfere [ser] feminina]. [...] Trabalhar como vendedor não era pra mim. Não sei vender não. Eu até trabalho bem com atendimento ao público, agora vender produto... Se eu fosse viado, acho que passaria. Foi até um amigo meu que me indicou, viado, uma loja de celular. Por ser preta não, porque cada atendente de lá, as pretas, são muito bonitas. Não sei, né, na cabeça do cara lá da dinâmica lá: “Essa aqui não, sapatão”. Não gosto de trabalhar com vendas. Hoje em dia acho que tenho até mais desenvoltura, mas eu gosto assim... atendimento. Por exemplo, adoro trabalhar em bar, padaria, essas coisas assim eu gosto... trabalhar com atendimento ao público acho legal, agora pra vender é meio complicado. Já minha irmã, é ótima nisso (Noemi, 41 anos).

Porque não mostra que é lésbica. A não ser que você abrir a boca pra falar que é. Depois, também que tu tiver dentro, foda-se. [Falamos sobre assédio sexual que mulheres femininas podem sofrer tanto quanto as bofinhas] [...] Mas aí a faca e o queijo tá na tua mão, quem pode cortar é você. É chato, incomoda... né? Mas tu pode cortar. Depois que tu tiver dentro... já eu... imagina eu, num posto desses aí de pista, de encher carro. Que acho que fala frentista, né? Até que aqui tem bastante, lá perto do meu trabalho tem umas duas lésbicas, mas se veste assim igual a você. Igual eu, é muito raro, mano. Aonde eu vi que tem bastante é mercado. Existe poucos, mas que é difícil é. [...] Cara, eu acredito que em alguns lugares sim, porque existe o preconceito, né? Mas, em relação a mim, eu nunca tive esses problema assim não. Até hoje, não. Se eu tive, foram pessoas que falaram e eu não presenciei, entende? Mas eu nunca tive problema em relação de eu ser assim não, a não ser com a minha mãe. Mas, na rua, essas coisas assim... Tipo assim, lugares públicos, lugares que as pessoas são preconceituosas... Um shopping, essas paradas assim, que existe preconceito em relação a isso. Mas é o que tou te falando, eu nunca tive. Eu nunca tive essas parada não. Mas... existe. Eu sei que existe. Tem pessoas que passam, mas eu nunca... Igual eu trabalho em Campo Grande, aí eu, geralmente, eu vou num [supermercado] de lá. Tem umas meninas, mas são poucas. Mas existe. Aí vou te falar, na verdade, hoje em dia, o emprego, mano, procura as pessoas heteros, mulheres hetero. Mas como a gente insiste, insiste, insiste, a gente uma hora consegue. Mas no shopping, lá tem, entendeu? (Felipa, 26 anos).

Zami relata que a necessidade de se inserir no mercado e trabalho já fez com que ela abdicasse de sua forma de se colocar no mundo para atender aos estereótipos de feminilidade exigidos pelas empresas:

Então, é o que tou te falando, isso daí de tá dentro do processo seletivo. Eu já fui fazer processo seletivo pra empresas que eu tive que ir vestida assim como você, entendeu? Então, ser lésbica me dá um direcionamento, eu vou trabalhar naquilo e não vou trabalhar naquilo. Porque, por exemplo, eu estou precisando trabalhar, mas eu não vou trabalhar como recepcionista de uma clínica de estética. Por que? Porque eu não vou me maquiar, eu não vou andar de salto, eu não vou e não vou, não vou. Então, ser lésbica me diz aonde eu tenho que ir e o que eu tenho que buscar. Não é porque eu tou precisando de trabalho que ah, vou trabalhar de biquíni na praia. Não vou. Eu vou continuar precisando de trabalho. Então, o processo é inverso. Eu sou lésbica porque eu escolhi ser, eu quero viver isso. Eu tenho que saber aonde eu tenho que entrar. Então não me impede de nada, ser lésbica, é uma escolha minha (Zami, 39 anos).

A fala de Zami revela explicitamente que a própria condição lésbica é imperativa para a permanência na situação de desemprego. Trabalhos que exijam a exibição do corpo, exijam padrões de beleza próximos da branquitude e que sejam culturalmente exercidos por mulheres feminilizadas, esses não estão

disponíveis para as trabalhadoras lésbicas des/infeminilizadas. Embora Zami esteja abordando o assunto sob uma perspectiva individual, esse malabarismo desde se disfarçar para participar de uma entrevista de emprego ou ser destinada a permanecer sem emprego por sua condição lésbica são aspectos que reforçam a opressão do heteropatriarcado sobre a vida das lésbicas negras des/infeminilizadas.

Lésbicas des/infeminilizadas esbarram na impossibilidade de esconderem quem são e, por isso, enfrentam mais dificuldades de admissão ao concorrerem a uma vaga no mercado de trabalho:

Eu acho que é a questão da aparência, porque não sabe que é lésbica. No caso da lésbica masculina, já tá estampado que é lésbica. A feminina não sabe, até o ponto que ela disser (Jerusa, 42, anos).

Eu acho que pesa, o que é que pesa? Por exemplo, eu sou o tipo de pessoa que não gosto de sair emperquitada. Não manda eu ficar emperquitada que eu não gosto não. Ainda mais que eu transpiro pra cacete. De repente vai chegar uma pessoa lá pintada, toda coisa. Eu não ando pintada. Porque eu vou meter uma tinta na cara, é uma tinta né, vou começar a suar, vou chegar lá: que isso? Esse espantalho veio da onde? Do jeito que eu transpiro, entendeu? Pesa muito, eu sei que pesa (Luana, 65 anos).

Para Rafiki, ser uma lésbica negra des/infeminilizada deixa as trabalhadoras vulneráveis à discriminação, entretanto, apesar da des/infeminilização, ainda estão sujeitas aos mesmos atributos que qualificam as mulheres enquanto sujeitas organizadas, disciplinadas, polivalentes e mais fracas que os homens:

Então, o fato deles serem homens e a mulher ser mulher, e ainda bofinho, acho que é o preconceito da aparência mesmo, entendeu? Então, dependendo do serviço, na cabeça de... até na cabeça da gente o homem tem mais força, tem mais sabedoria né? Agora, se for serviço de mulheres, eu acho que elas teriam mais chances. Ah, porque mulher é mais cuidadosa. Tem certas mulheres que são, mesmo sendo bofinho, são mais cuidadosas. Ah, tipo assim, tá num escritório, aí tem que limpar, tem que... acho que a mulher faz esse serviço melhor. Se eu tiver de organizar planilhas, fazer entrada e saída de coisas, computador... acho que a mulher faz melhor. Mais atenta... isso aí (Rafiki, 55 anos).

As cobranças em relação à feminilização dessas trabalhadoras surgem até mesmo de suas parceiras, que as responsabilizam pela situação em que se encontram. No relato de Rute, a ex-companheira sugeriu que ela desenvolvesse uma estética mais feminilizada para aumentar as chances de conseguir uma vaga de trabalho e, também, possivelmente, a ex-parceira desejava que ela parecesse menos lésbica dentro do próprio relacionamento:

[...] eu jamais mudaria meu jeito de ser, meu jeito de me vestir por causa de emprego, por causa de qualquer pessoa. Que eu já tive pessoas que eu fiquei, que já chegou pra mim e falou assim: “Ah, se você pelo menos tivesse cabelo grande, já disfarçava mais”. Oi? Aí eu falei: “Ué, pô, eu não vou deixar meu cabelo crescer, primeiro que eu trabalho em obra, segundo que eu já me acostumei e, terceiro, que eu não vou deixar meu cabelo crescer pra mim manter a aparência pra ninguém, o que eu sou, entendeu? E aí foi isso. Ainda bem que não durei muito tempo com a pessoa... Na verdade, vou te falar, eu tenho um ímã pra mulher hetero, menina, que inferno, falo pras minhas amigas: “Não é possível!”. A maioria das mulheres que eu fiquei. foi hétero. Só mulher hétero. Eu nunca fiquei com uma menina que, exatamente, só gosta de mulher. Estranho... (Rute, 48 anos).

### **3.4. Sobreposição do racismo à feminilização no mercado de trabalho**

Embora as trabalhadoras des/infeminilizadas marquem um posicionamento político de não sujeição à feminilização, esse processo é visto por elas como um fator importante que impacta nas oportunidades de busca por trabalho.

Somado à infeminilização, o racismo é um obstáculo a mais, apontado pelas trabalhadoras, na hora de buscar espaço no mercado de trabalho, e atinge a todas as mulheres negras, de acordo com as entrevistadas:

Ah, existe né essa parada. Possa ser que sim. Mas eu acho que pelos dois motivos: por eu ser lésbica e por eu ser escura, preta. [...] Pelos dois. Eu digo que sim, mais pelo fato de ser bofes, mas por restrição de cor eu não sei. Ah, sempre é, né, qualquer uma branca é mais aceita que nós negras (Felipa, 26 anos).

É complicado. É por ser mulher, é por ser negra, lésbica... ainda se vestir... Aí a pessoa... Pô, cara! Aí tu vai ver um emprego, se tu não esticar o cabelo, botar uma saia, um batom, mano, tu tá fora. E, mesmo assim, tu já tá fora porque tu é preta. É complicado, esse negócio aí. Aí, é ruim (Jerusa, 42 anos).

Combinação dessas duas características, mas eu sempre vou pautar a raça como o fio desse ódio, né? Primeiro por ser... É isso, é preta, aí é sapatão, eu acho que duplica, né? E não feminilizada, acho que triplica as possibilidades, né, dentro disso. E é isso, né, ser uma mulher preta que não é... eu brinco muito com a minha esposa sobre isso, né, quando a gente tá zoando e falando assim: “Cara, vamo pautar aqui os”... Quando ela fala comigo alguma coisa, eu falo assim: “Oh, você me respeite que eu sou uma mulher preta não feminilizada, sapatão, que não performa feminilidade periférica. Você tem que me respeitar”. A gente brinca com isso, né, zoando, mas é uma verdade, uma verdade que é bem nua e crua. E aí eu falo disso, você pode observar os espaços de festa, de organização, de bar, aonde estão essas mulheres pretas que não performam feminilidade? Provavelmente, limpando o chão ou, provavelmente, nem vão tá lá em nenhuma circunstância, né? Então, sim, eu concordo que a junção é muito pior, de ser preta e ser lésbica (Kena, 33 anos).

Kena é uma das poucas entrevistadas que teve tanto a experiência de um trabalho formal quanto de um trabalho informal. Ela tem, portanto, termo de comparação e várias outras não. Tendo termo de comparação ela ganha também uma capacidade de saber o que ela busca, saber julgar certas situações como

exploratórias ou não. A convivência com o Slammer também pode ter trazido a ela mais engajamento político e, conseqüentemente, mais consciência do lugar de estigma que ela ocupa na sociedade patriarcal, capitalista e racista.

É preconceito porque não tem um outro termo, mas, antes, no trabalho anterior, que foi na [loja de departamento para pets], eu era conferente, né? Dentro da logística, que eu trabalho muito com logística, eu era conferente. E aí eu, por eu ser conferente, é uma função... masculina, né? Em determinadas empresas é uma função masculina. E aí, por eu ser lésbica: “vai pegar peso sim”, “vai pegar 20 kg sim”, “vai pegar 30 kg sim”. Então, eu já vivi esse momento. Então, por eu ser negra, é uma outra questão. Eu passei por algumas coisas na [loja para animais domésticos] que eu nunca tinha passado na vida, mas por conta do público, né? Porque [loja de departamento para pets] é zona sul, Barra da Tijuca, Recreio, então lá se concentra um grupo preconceituoso, entendeu? Mas, faz parte, não tenho como mudar, eu gosto de ser preta, e eu acho que a minha vida veio me ensinando como lidar com isso. Eu entendo o preconceito como um problema da pessoa preconceituosa, não é meu. Eu não tenho problema nenhum em ser preta, ela que tem problema de não gostar de preto, de não aceitar o preto. Então, não me compete (Zami, 39 anos).

Ah, tu tá fazendo pergunta difícil, ah, eu sei lá? A vida tá... as pessoas estão escolhendo cara pra dar emprego. Olha, eu tou te dizendo, isso é no geral. Tanto no hétero como no homo. Tá difícil. Então, é difícil essa pergunta, tá, como é que eu vou saber? Tem gente que tem preconceito mesmo. Não sei se você vê repórter. Pô, a menina tava bem apresentada, negra. Não deu emprego pra ela. Disse que pra ela não tinha. Tavam três, ele segurou duas, e ela, que era negra, ele não segurou. Quer dizer, hoje tá difícil de saber, de você dizer (Luana, 65 anos).

Assim como Luana, Zami acredita que a aparência determina muito mais do que o currículo. Nesse sentido, feminilizada ou des/infeminilizada, para as entrevistadas, a cor é determinante para as mulheres no momento de uma possível contratação:

Na verdade, eu já fui, eu conheço os dois lados da entrevista porque eu fui até o último período de Recursos Humanos, já trabalhei em departamento pessoal, já fiz processo seletivo e já participei de vários também. Não gosto, não concordo, acho um método de contratação arcaico, você não extrai nada dali porque a pessoa tá nervosa, a pessoa tá ansiosa, a pessoa tá precisando muito daquele trabalho. Então, cinquenta por cento do que é dito na hora da entrevista não é verdade. Mas a pessoa cria um personagem pra aquele emprego. [...] Então, assim, eu não sou adepta a um processo seletivo, mas já participei de vários. E desisti dos recursos humanos também por conta do processo seletivo. Eu acho que o momento que a gente tá vivendo tem a ver com beleza e ponto. A mulher pode ser feminina. Feia ela... o meu profissionalismo não é a única coisa que atrai o empresário. Eu tenho um currículo maravilhoso, se eu mandar pra você o meu currículo você vai me contratar para qualquer coisa que tem lá no meu currículo. Mas você, ao me ver, a sua opinião vai se distanciando, vai mudando, você vai, entendeu, enxergando outras coisas e o currículo... [...] O brasileiro, o homem branco, ele tem dificuldade de enxergar que essa pele tem beleza. Então ele já cria um bloqueio. Então, assim, existem mulheres muito bonitas pretas. Elas são atraídas por quem? Pelo gringo. Aí você fala assim: “Cara, que que essa mulher tá fazendo com esse cara?” Esse cara é brancão do olho azulzão, mas esse cara é alemão, esse cara é inglês... esse cara, dificilmente, é um brasileiro nosso, raiz que: “pô, que mulher linda”, ele não vê isso. Ele vê a bunda dela, ele paga pra estar com ela, mas ele, lado a lado,

difícilmente, entendeu? Por causa da cor e ponto. Eu acho isso, tá? Por causa da cor. A cor é uma questão muito viva e assim a gente vai morrer lutando, e não vai acabar. [...] Como disse pra você, eu já fui departamento pessoal, eu já trabalhei em empresas que, eu, no momento da entrevista, o dono da empresa falava: “Tá. Fotos.” “Mas essa daqui é qualificada, fala bem, ela se desenvolveu...”. “Tá. Foto.” Entendeu? Assim, o profissional de RH, ele é só um poste ali, entendeu? Ele é o filtro. Mas quem decide é quem tá atrás de mim. É igual: “Ah, o que que você faz?” “Eu faço administração”. Você vai administrar a empresa do outro. Então você vai gastar 5 anos da sua vida, 5 anos de muito investimento, de muito dinheiro, mas você não manda em nada, entendeu? O que você estudou é pra mandar no que é do outro. Então você não manda. O recursos humanos é muito isso, o processo seletivo é muito isso: “Cara, gostei muito dela”. “Tá. Foto”. “Mas ela é muito boa, ela trabalhou na França...”. “Foto”. Isso daí foi me fazendo repensar sobre a profissão que eu escolhi. Que aí, vai de encontro o que eu acredito e o que eu sou. Eu ficava me confrontando: “Cara, pra que que eu preciso passar duas, três horas fazendo um recrutamento, uma seleção, criando um processo pra lá, no final, a bonita ou o bonito, ou o filho do meu amigo, ser o dono da vaga. Isso daí atinge diretamente ao que eu escolhi pra minha profissão. Eu coloco uma funcionária lá, que ela só é bonita, mas ela não desenvolve. Quem errou? Eu, que contratei. E aí... então o processo seletivo é beleza. Por isso que eu desisti. (Zami, 39 anos).

São três características: se for negra, sapatão e pobre. Ferrou. Se tiver dinheiro, ainda vai melhorar (Luana, 65 anos).

Pela combinação das duas características. Pode jogar até a terceira: por ser mulher também. Porque mulher, nesse país, sofre pouco, né? Mas é a questão das duas combinações. Pode ser isolada ou junta. Junta, elas se multiplicam, mas, isoladas, elas também sofrem por uma ou por outra coisa (Jerusa, 42 anos).

### 3.5.

#### **Para além da infeminilidade: violências e violações de direitos sobre a classe das mulheres**

Apesar de serem as protagonistas dessa pesquisa, as lésbicas negras des/infeminilizadas recorrentemente resgatam as opressões que recaem sobre outras mulheres fora de seu grupo. As situações de violência vivenciadas por lésbicas feminilizadas e, até mesmo, mulheres heterossexuais foram mencionadas diversas vezes. Mesmo reconhecendo que lésbicas consideradas femininas tem mais facilidade de conseguir trabalhos com carteira assinada, surgem questões importantes sobre essa possível facilidade:

Minha amiga está trabalhando agora numa empresa, né, por exemplo. Há vagas para amigas minhas que são carpinteiras, pintoras, são de outras áreas, né? Mas eles querem homens. Não estão acostumados com o espaço da mulher no mercado de trabalho. Quando eu trabalhava na [empresa que oferece soluções de engenharia, construção, gestão e meio ambiente para os mercados de infraestrutura e edificações], quanto na [empresa especializada no transporte de cargas fracionadas e encomendas expressas], eu era a única mulher que trabalhava em campo. Tanto em campo, como no setor lá dentro. A [nome da empresa], em São Paulo, tinha muitas funcionárias mulheres, né? Mas, no Rio, não tinha nenhuma, só

eu. E as mulheres que tinha lá só trabalhavam no escritório. Aqui no Rio eu era a única (Noemi, 41 anos).

Femininas? Tem. Porque também tem a questão do assédio, né? E aí, você passa por cima daquele assédio. Porque o cara, quando contrata uma mulher, ele não quer o serviço da mulher, ele quer assediar. Então, tem essa questãozinha aí do machismo e aquelas palhaçada toda (Jerusa, 42 anos).

Outro aspecto levantado é a desigualdade de acesso ao trabalho entre homens e mulheres. Para Luana, as mulheres são preteridas em alguns ramos de atividades pela possibilidade de engravidarem, causando prejuízos à empresa pelo afastamento e pelos benefícios previdenciários referentes à maternidade:

[...] Porque, assim como eu tinha falado, elas acham que a gente por ser gay, por ser lésbica bofe, a gente não tem a capacidade de desempenhar algumas funções. E aí não dá nem oportunidade da gente tentar, né? De modo geral, o homem tem mais facilidade de conseguir emprego que uma mulher, certo? Já vamos por eliminação. E aí, esbarra na questão da mulher lésbica, e aí lascou, já vamos andar três passos pra trás. Os homens de empresa dizem que mulher engravida, homem não engravida. Um patrão já até falou pra mim: “Homem não engravida”. Ele só admitia homem, homem, homem... Tem uma empresa de ônibus que só admite homens. Existem empresas que só admite homens. Por essa questão, mulher engravida, homem não. É o que o cara da empresa de ônibus fala: “Mulher tem útero”. É o que já falaram pra mim e eles falam: “Mulher tem útero” (Jerusa, 42 anos).

A preocupação com a violência sexual e a proteção das crianças são outros aspectos levantados por uma das entrevistadas. Se, em outro momento, as lésbicas des/infeminilizadas são vistas como violadoras da infância, Rute demonstra bastante consciência sobre as violências a que meninas e mulheres estão expostas:

Igual outro dia, o rapaz veio instalar ou consertar não sei o que aqui em cima, na casa do meu irmão, aí minha mãe deixou o cara subir. Só tinha uma sobrinha minha aí sozinha, e eu já fiquei preocupada. Eu fui lá em cima, chamei ela na cozinha, o cara tava na sala. Falei: “N..., não tem ninguém aqui?” “Só tou sou eu, tia”. Falei: “Quer que eu fique aqui contigo?” “Não, que você tá aqui sozinha, fico preocupada”. Sei lá, né? Então, eu fico muito atenta. Minha filha, eu sempre falei pra ela, desde pequeninha. Até hoje eu falo pra ela... Vai pra escola, não é longe, é perto. Mas, por mim, se eu tivesse lá, tava levando ela sempre que eu pudesse. Aí eu :“Fica atenta, não acompanha o coleguinha”. Eu falo pra ela o que é droga, eu falo: “Oh, você sabe o que é um estupro...”. Tudo isso eu já falo pra ela. Eu sempre oriento ela. Sempre orientei, sabe? “Não senta no colo do homi, seja seu tio, seja seu padrinho... quem for!”, “Menina não se senta”. “Quando for pro banheiro tomar banho, fecha a porta...” Eu sempre oriento ela, sabe? Mesmo tando distante, eu sempre falo com ela. Você viu o que tá acontecendo? No outro dia, eu tava conversando com a moça. Falei: “Menina, que mundo é esse?” Eu falei pra ela: “Eles botam um homem que deixa de pagar pensão na cadeia, mas um infeliz que mata a mulher, igual um cara que acho que estudava ou trabalhava com a mulher, a mulher acho que saiu com ele... o cara matou e acho que, no outro dia, depois de não sei quantas horas, foi lá na delegacia, confessou que matou a mulher, e o cara responde em liberdade?”

Como que o cara tira a vida de um ser humano? Falei: “Gente, tá tudo errado essas leis”. Tudo bem, o cara tem obrigação porque ele fez o filho (Rute, 48 anos).

Ao longo do relato das trabalhadoras exemplifica-se, de diferentes formas, que as desigualdades sociais, de tratamento e de oportunidade são geradas a partir da diferença dos sexos. No item a seguir, as entrevistadas expõem como observam o acesso ao trabalho pelos homens, em comparação às oportunidades tentadas por elas.

### 3.6.

#### **Simplesmente por serem homens: o acesso ao mercado de trabalho para eles**

Quando solicitadas para comparar as chances de trabalho entre lésbicas des/infeminilizadas e os homens, quase todas as entrevistadas pontuaram que, estruturalmente, os homens gozam de vantagens sociais que os fazem disparar na disputa por trabalho, principalmente quando se trata de trabalhos que exijam força física:

Na realidade, a maior chance é pros homens, né, em tudo. Os homens é melhor salário, é mais fácil de arrumar emprego... (Luana, 65 anos).

É porque as pessoas acha que uma mulher não é capaz de fazer o que um homem faz. Igual obra... “Ah...é só pra homem, a mulher não aguenta”. Porra, se a mulher aguenta botar um ser humano no mundo, não vai aguentar um peso de uma obra? (Leci, 39 anos).

Eu acho que o homem tem mais oportunidade na obra se ele estiver disponível pra caminhoneiro ou que seje, é... o homem... eles vão preferir o serviço do homem porque eles acham que... também é mais assim... preconceito, né? E acha que o homem é mais qualificado. Que tem homem que também não gosta. Muitas das meninas enfrentamos, assim, na obra, alguns rapazes ficaram meio assim: “Mulher na obra?” Falam: “Mulher é pra tá no fogão! Não sei o que... Não aceito mulher... Se fosse minha mulher, não queria na obra”. Desse jeito, infelizmente, nosso país, ele tem muita coisa que... muito preconceito, muita coisa errada. Na minha cabeça, nunca vai mudar o país que nós vivemos. É porque tamo sempre lutando porque, tipo assim, pelos preconceitos, sabe? Não dá oportunidade [...] (Rute, 48 anos).

Porque são homens. Não sei te explicar não. [Dei exemplo da entrevista de emprego]. Eu acredito que depende de mim, entendeu? Porque acredito que a mesma qualidade que ele tenha, eu também possa ter, entendeu? Mas, se a pessoa olhar pra mim, precisar de uma pessoa, vamos supor, precisar de um trabalho pra ajudante de pedreiro e eu me alistar, a pessoa vê que eu sou uma lésbica, vai preferir o homem. Ah, não sei. Não sei te explicar não. Ué, por ser homem, por questão de dizer que eu não vá aguentar por eu ser mulher (Felipa, 26 anos).

Kena reforça mais uma vez, depois de Luana, que salário igual para trabalho igual entre os sexos não existe. Para Kena, um homem que não é nem excelente

tem muito mais facilidade de conseguir um bom emprego do que uma lésbica des/infeminilizada, que tem sempre que ser excelente para ter um emprego precarizado:

Cara, eu acho que sim. Sim. Eu acho que sim. O homem tá em outro patamar aí na sociedade, não sei por que que eles nem são excelentes, mas eles estão em outro patamar, em relação a emprego, assim, tipo, eles conseguem as coisas muito mais fáceis, isso é muito nítido pra mim. E conseguem porque é isso, né, uma sociedade patriarcado legal, não sei o que... toda essa história que a gente sabe, essas nomenclaturas que a gente já sabe que englobam atualidades, né? É um mundo gerido por eles, construído por eles, né, entre aspas, e eles que detêm grande parte do poder, então eu acho que é mais fácil sim (Kena, 33 anos).

Mesmo em dúvida sobre a situação das lésbicas des/infeminilizadas no mercado de trabalho, em comparação aos homens, Safo identifica a diferença salarial como um dos aspectos da desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho:

Ai, como é que eu posso falar? Tanto o homem ganha mais que a mulher hoje em dia, né? Tou pensando, mas não tou encontrando palavras. Ah, tudo pro homem é mais fácil, sei lá. Depende né, às vezes a sapatão é mais inteligente do que ele, ele vai dançar, né? Mais estudada... mais estruturada... ah, depende muito (Safo, 51 anos).

Para as entrevistadas, até mesmo os homens que fazem parte de grupos sociais mais vulneráveis são considerados mais aptos a serem escolhidos para uma vaga de trabalho que as lésbicas des/infeminilizadas:

Tipo assim, os gays, eles têm mais oportunidades do que a gente caminhoneira. Eu acho, que tem mais facilidade eles, eu acho. Porque assim, por exemplo, o rapaz que é gay ele... claro, falo assim da maneira até dele se vestir. Porque em relação assim a gay, tem homens que você olha e ninguém diz, né, também, né? A aparência que ele tá vestido, a maneira que ele... né? Independente de ser gay ou não, eu acho que ele tem mais facilidade de trabalhar numa loja até que uma caminhoneira. Eu acho, sabe. Eu sei que é isso. Eu acho que sim, também, eu acho que sim. Hoje em dia os homens têm mais oportunidade de ter emprego que uma caminhoneira. É difícil até responder, né? Porque, eu acho que vai de cada pessoa. Porque, assim, pra mim, o preconceito ainda existe, né? E aí, é aquele negócio, você tem muita dificuldade. Igual eu fui entregar um currículo nessa empresa, na Nilo Teixeira, cheguei lá, é difícil ver, mas tinha um homem na recepção, quer dizer, até onde eu vi, pra mim era homem, né? Então, era um homem. Você chega, raramente você encontra um homem numa recepção. Você vê mais é mulher. Até ia falar isso pra ele, mas aí eu falei: "Vou falar nada não". Peguei, fiquei quieta, entendeu? (Rute, 48 anos).

Os relatos das entrevistadas reforçam os dados estatísticos que comparam o acesso desigual de homens e mulheres ao mercado de trabalho. Os homens são maioria em diversos ramos de atividades como transporte, segurança e na

política, por exemplo. Inteligência, capacidade, força, são alguns adjetivos atribuídos aos homens que, supostamente, justificam a preferência dos empregadores para a contratação de homens em detrimento das mulheres.

O capítulo 4, a seguir, tem como objetivo apresentar e analisar as principais violações de direitos sociais informadas pelas entrevistadas.

## 4

### **Direitos e violações: algumas experiências de acesso às políticas sociais vivenciadas pelas trabalhadoras lésbicas negras des/infeminilizadas**

Neste capítulo é abordado como as trabalhadoras negras lésbicas des/infeminilizadas têm acessado direitos sociais ao longo de suas trajetórias. Dentre um amplo leque de direitos sociais, foram escolhidos aqueles diretamente relacionados com o mundo do trabalho, para que as participantes expusessem como lidam com o acesso à saúde, educação, assistência social e previdência social.

Destacam-se aqui os entraves, as dificuldades, as percepções das trabalhadoras sobre a forma como foram ou são tratadas quando tentam acessar direitos sociais, bem como apreender os impactos do usufruto de direitos sociais e da falta de acesso aos direitos básicos em suas vidas, no que tange a inserção ou permanência em atividades laborais.

#### **4.1.**

#### **“O cão chupando manga”: escolarização, abandono escolar e exclusão**

A escolarização é um processo determinante para posicionar os indivíduos no mercado de trabalho. É a partir da educação que a estratificação social se organiza e se sustenta, garantindo a permanência dos privilégios e das subalternidades.

Para Althusser (1980, p. 18-20), nenhum modo de produção se sustenta sem uma base ideológica que justifique e convença a continuação de sua existência. Logo, este modo de produção deve ter as condições de reproduzir “as forças produtivas” e “as relações de produção existentes”. Além do salário, que envolve umas das formas de manutenção da força de trabalho viva, este entendido não somente como os valores em dinheiro, mas incluídas as condições relativas à subsistência socio-histórica do proletariado, como habitação, lazer, alimentação, condições de retornar ao trabalho etc. Inclui-se, ainda, na reprodução das forças produtivas a reprodução da força de trabalho viva, extraída através da submissão das(os) filha(os) das(os) trabalhadoras(es) ao processo de

proletarização também pela instituição escolar. Garantidas as condições de reprodução das forças produtivas, basta pensar na manutenção da engrenagem para reproduzir as relações de produção existentes.

Diferentemente dos estágios escravistas e feudais, onde o saber fazer era adquirido na prática, a sociedade capitalista exige que a qualificação se anteponha ao trabalho. Como resultado, além da otimização para o trabalho, tem-se a subordinação às regras do bom funcionamento da ideologia dominante. Logo, a função da escola como aparelho ideológico de Estado situa-se na sua capacidade de determinar os lugares sociais através dos discursos nela produzidos e reproduzidos para a massa educanda. A escola possui um mimetismo ideológico que não se compara a nenhuma outra instituição. Seus discursos, o corpo técnico, o espaço físico e outros artefatos que a compõem são peças que se complementam para produzir indivíduos que garantam a perpetuação do modo de produção capitalista. É, portanto, no espaço escolar onde são assimilados os valores necessários aos papéis que cada um irá desempenhar na divisão sociotécnica do trabalho (Althusser, 1980).

Os anos de escolarização vão determinando os lugares que os indivíduos ocuparão no processo de trabalho e suas funções na estrutura de classe. E, conforme o tempo, vão somando-se a ele as características do perfil individual formatado pelo aparelho ideológico, ou seja, os indivíduos de menor escolarização tendem a ter um elevado senso de compromisso com o trabalho, com o dever cívico e não se envolvem, geralmente, com assuntos políticos. Como resultado desse processo, desenvolvem o papel de explorados. Em seguida, há os agentes da exploração, que mandam e ordenam as relações sociais no trabalho e, por sua vez, os agentes da repressão, que cerceiam qualquer direito de argumentação ou questionamento (Althusser, 1980).

O autor argumenta que há outros aparelhos ideológicos do Estado como a família, a igreja ou até mesmo um estádio, porém, nenhum destes cumprem uma função tão certa como a escola. Sua legitimação social, o tempo dispendido sobre os educandos e a frequência obrigatória constituem-se nas condições favoráveis para a difusão do discurso ideológico. Althusser ratifica sua argumentação elegendo a escola como substituta da igreja como aparelho ideológico dominante. A suposta neutralidade, laicidade e indispensabilidade destaca as vantagens da escola diante de qualquer possibilidade de superação de sua própria existência (Althusser, 1980).

A partir desse prisma da função da educação na reprodução material e social dos indivíduos, observa-se, na história de Rute, um exemplo de reprodução

do lugar destinado às mulheres, no sistema capitalista e heteropatriarcal. Desde a infância, Rute parece ter sido educada para ocupar o lugar de cuidadora da família e proporcionar aos homens todo o suporte para alcançarem o lugar de sucesso socialmente destinado a eles. Atualmente, Rute se encontra desalentada e dependente economicamente de sua mãe. Em seu relato sobre a escolarização, ela revela mais um episódio de solidão lésbica intrafamiliar, onde estão presentes outras violações de direitos como o trabalho infantil doméstico, castigos físicos, a desigualdade no tratamento entre ela e o irmão, por parte de sua mãe, e a ausência de qualquer suporte para estudar:

Ah, menina, eu acho que, pra mim, um problema, né? Porque eu morria de vergonha quando a professora chamava pra ir ler, lá na frente, sabe? Porque, tipo assim, a minha mãe é professora, já é aposentada, mas ela nunca tinha paciência. E eu... meu irmão tem mais, assim... não sei... meu irmão tem assim... a facilidade muito de aprender mais as coisas. E eu sempre tive dificuldade pra ler. Então, minha filha, levava cada pazada de colher na cabeça. E aí, tipo assim, eu nunca me interessei. Já meu irmão não, meu irmão já tinha, assim, ideia de querer fazer uma faculdade. Eu já não pensava nisso, sabe? E eu comecei a trabalhar cedo. Com doze anos eu trabalhava na casa de uma mulher, aqui na rua, hoje ela já se mudou. A mulher tinha 50 cachorros e 30 gatos. Eu ia lá pra lavar o quintal, lavava as panelas dos cachorros, dava comida... então eu comecei muito cedo. Minha mãe saía pra trabalhar, eu com 10 anos já fazia um arroz, entendeu? Já esquentava uma comida... Cuidava do meu irmão caçula que faleceu... então já comecei com uma responsabilidade muito grande, sabe? E aí, pra você ver, com meus 30 anos de idade eu já tinha já essa casa. Chegou um certo momento que a minha mãe até, quando eles já tinha já uma idade, minha mãe começava a separar as tarefas da casa: “Ah, você vai fazer a comida e vai passar a vassoura na casa, ele vai lavar banheiro, o outro vai recolher o lixo, vai fazer...”, sabe? Ela já deixava escrito. E aí, eu fui criada dessa maneira, com essa responsabilidade muito grande. Então, quando eu, tipo assim, eu nunca me interessei muito por estudo, em ler... minha mãe também nunca, assim sabe... “ah vai, lê, não sei o que...”. Então a gente sempre viveu uma vida... e eu já vim já de comunidade. Justamente, eu morei anos nessa comunidade. Eu cheguei acho que com 12 anos, se não me engano, ou 9 anos, eu já morei já nessa comunidade (Rute, 48 anos).

Ao contrário de Rute, Luana, apesar de reconhecer a sua capacidade intelectual, não foi absorvida por trabalhos bem remunerados e estáveis. A sua história laboral é marcada pela informalidade e pela terceirização. Para Luana a escolarização foi interrompida pela própria violência institucional do ambiente escolar, demonstrando que a escola pode ser hostil em muitos aspectos e que a expulsão dos alunos, seja pela hostilidade, seja por uma ação ativa de seus operadores, também é uma forma de determinar as posições sociais que cada indivíduo ocupará na estratificação social:

Eu não concluí... Por que que eu não concluí? Porque a escola que eu fui era muito complicado. O professor de matemática, ele ficava de frente pro quadro, e ficava falando a matéria de frente pro quadro, virava pra trás e falava assim: “Quem entendeu muito bem, quem não entendeu se vire”. Aí eu comecei a me enrolar em

física, química, porque se você não tem uma boa matemática, você não tem, né? E aí eu peguei uma professora, essa professora tinha implicância comigo, de desenho. Qualquer desenho que eu fizesse ela mandava voltar e fazer de novo. Aí eu comecei a faltar. Aí comecei a faltar as aulas dela, né? Comecei a faltar na escola todas as aulas dela, comecei a faltar. Aí, um dia, acordei e falei assim pra minha mãe: “Mãe, não vou mais pra escola não, vou parar”. Minha mãe ainda tentou falar não sei o que... Falei: “Eu não vou mais não”. Porque a mulher, toda vez com aquela sacanagem comigo. Meu desenho poderia tá... eu não sou perfeita. Eu acho que pra fazer um desenho perfeito, cara, tem que ter dom pra aquilo. Se ele não tem, não vai sair. Então fazia uma coisa esculachada. Aí, toda vez: “Pode voltar e fazer outro”. Isso no científico [corresponde ao ensino médio], né. Que no caso que agora é outra coisa. No primário [corresponde, em parte, ao ensino fundamental], eu nunca tive não. Fazia os meus desenhos do meu jeito, muita redação boa. Sempre tirei nota boa em redação (Luana, 65 anos).

O relato de Felipa toca em questões muito atuais sobre a educação, que é o sentido da escolarização e a indisciplina. Mesmo que a escola não tenha uma conotação negativa para Felipa e nem seja colocada como responsável por seu desinteresse e por sua rebeldia, o que está em jogo quando o abandono escolar é justificado unicamente por uma atitude individual?

Vasconcellos (2010, p.231) aponta que a questão da indisciplina está relacionada às mudanças estruturais que a educação tem atravessado. Para o autor, há uma crise de sentido da escolarização diante de um quadro social de desemprego e má remuneração. A ideia de “ser alguém na vida” já não convence à permanência em sala de aula:

[...] só esta ausência de projeto já seria suficiente para provocar um grande estrago na sala de aula e na escola, afinal "para que me comportar se não vejo sentido naquilo que estou fazendo?". Mas, a este fator, vêm-se acrescentar outros dois, um de ordem circunstancial e outro estrutural. De um lado, tudo isto está acontecendo justamente no momento em que os professores estão submetidos às mais desfavoráveis condições de trabalho dos últimos tempos: má formação, salários miseráveis, número excessivo de alunos em sala, falta de material didático apropriado, falta de espaço de trabalho coletivo constante na escola etc. De outro lado, temos a crise dos próprios limites, alimentada pela necessidade de um mercado baseado na exacerbação do consumo (Vasconcellos, 2010, p. 233).

Vasconcellos (2010) pontua que o problema da disciplina acaba por se deparar com duas saídas irresolutivas: a impotência do professor diante da dificuldade em lidar com esse problema ou a expulsão do aluno.

A análise de Vasconcellos (2010) sobre a questão da indisciplina pode ser materializada na história de Felipa. Ela relata que se considerava uma aluna indisciplinada e se responsabiliza por não dar continuidade ao seu processo de escolarização. Entretanto, a sua fala revela que Felipa tem necessidades específicas que podem não ter sido observadas e cuidadas, evidenciando mais uma vez que a estrutura escolar trata as lésbicas negras des/infeminizadas como

indesejáveis. A falta de evidência dessa violência lesbofóbica, para Felipa, faz com que ela acredite que o abandono escolar foi resultante de uma responsabilidade individual:

Então, eu fui me mudando, eu fui expulsa de todas as escolas que você possa imaginar. Um cão chupando manga que eu era. Ah, eu pintava muito. Eu era muito foda na escola. Cão chupando manga, mesmo. Pode botar aí: “cão chupando manga”. Aí, depois, eu fui começando de errado a errado. Aí fui começando a me mudar... e eu nunca parava. Eu nunca paro. As pessoas me chamam de cigana, que eu nunca paro em lugar nenhum. Aqui eu ainda parei, mas já tou querendo já sair daqui. Que eu enjojo, sabe? Eu sou bipolar, eu enjojo de tudo. Aqui, eu já enjoei daqui, já tou indo voltar pra lá... Aí eu fui assim, porque eu fui me mudando, fui me mudando, me mudando, me mudando... querer voltar eu quero, entendeu? Porque é bom você ter um estudo, até porque depende também pra você arrumar um trabalho, na moral. [...] [Conversamos sobre o ENCCEJA<sup>25</sup>] Mas eu sou burra pra essas coisas, juro pra ti, não sei, eu tenho algum problema na cabeça, não sei, tipo assim, você me dá a prova eu não sei estudar em casa pra fazer amanhã. Amanhã eu não sei nada que eu estudei (Felipa, 26 anos).

Os relatos das entrevistadas sobre a relação com a escola revelam que a expulsão e a evasão escolar são reflexos da falta de enquadramento das lésbicas no sistema de ensino que é heterocentrado, uma vez que se trata de uma forma de preparação para a vida na sociedade capitalista, racista e patriarcal. Outrossim, o direito à escolarização para elas foi violado e marcado por problemas estruturais que atravessam a educação e reverberam em outros problemas sociais, que as acompanham desde muito cedo, como a exploração do trabalho infantil, por exemplo, e somam-se às outras questões estruturais aqui apresentadas: racismo, lesbofobia, informalização e precarização nas relações de trabalho.

---

<sup>25</sup> O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) é uma prova gratuita e voluntária servindo para conceder periodicamente certificados de conclusão de ensino fundamental, e de certificados de conclusão de ensino médio para quem não concluiu os estudos na idade escolar adequada, para jovens e adultos residentes no Brasil, no exterior e para detentos. Podem pessoas a partir de 15 anos ou mais de idade até a data da realização das provas para o ensino fundamental, e de 18 anos ou mais para a certificação do ensino médio. Qualquer um pode participar do exame do ENCCEJA, podendo estudar sozinho, com o apoio de um amigo ou através de escolas de supletivo públicas ou privadas. Sob o reconhecimento do Ministério da Educação em todo o território nacional, o exame é feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) desde 2002, utilizando escolas públicas para o ENCCEJA Nacional, utilizando os consulados apenas para o ENCCEJA. Exterior. Constitui, portanto, uma aferição de competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar ou nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, entre outros. Ao realizar a prova do ENCCEJA, é possível obter a declaração de comparecimento, que serve como atestado de presença no Exame, e, assim, o trabalhador não perde o seu dia de trabalho. Fonte: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/encceja>>. Acesso em: 17 jul. 2023.

#### 4.2.

#### **“Seis meses esperando”: violações no acesso à assistência social e aos benefícios de transferência de renda**

A existência de políticas sociais que visam a redução das desigualdades, a incidência de contingentes sociais e as vulnerabilidades sociais decorrentes das condições etárias, de gênero, raça ou etnia representou um avanço significativo para o amadurecimento da democracia na sociedade brasileira.

Das lutas por direitos civis, políticos e sociais, resultou o marco legal de direitos como habitação, segurança e liberdade de culto, que é a Constituição Federal de 1988. A política de assistência social, tendo a sua existência, pela primeira vez, reconhecida constitucionalmente, deslegitima de modo muito positivo a administração das desigualdades, das vulnerabilidades e dos riscos sociais e pessoais pela via da caridade ou das práticas isoladas realizadas pelo poder público e a torna um dever do Estado (Brasil, 1988, Título VIII, Capítulo II, Seção IV).

Entretanto, o desmonte das políticas públicas promovido pela acumulação flexível tem impactado no acesso às políticas de seguridade social, principalmente à assistência social.

Sobre a acumulação flexível, é importante situar seus efeitos para as questões que são apresentadas nesta dissertação. Segundo Harvey (1992, p. 25), "caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional".

Aliada às mudanças na esfera da produção, se somavam as pressões dos organismos internacionais de regulação financeira e comercial - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento ou Banco Mundial (BIRD), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC) - para obrigar os países de capitalismo periférico, como o Brasil, ao pagamento de uma dívida externa que crescia de forma incontável, abrir seus mercados financeiros, desregulamentar seu comércio exterior e reestruturar seus Estados.

Esses princípios foram sistematizados no chamado “Consenso de Washington”, que os governos dos países centrais, os órgãos multilaterais e seus técnicos e consultores procuraram impor como uma bíblia às nações da periferia.

O Brasil, o México, a Argentina, a Rússia e outros países enfrentaram prolongada crise recessiva e crises financeiras recorrentes, com efeitos

diferenciados segundo o país, conforme seu maior ou menor grau de abertura comercial e financeira, a estrutura de sua economia real, a posse de divisas etc.

Simultânea e sucessivamente, como já indicado anteriormente, a economia mundial capitalista experimenta um amplo processo de reestruturação produtiva decorrente de mudanças estruturais de envergadura que afetam o estilo de acumulação e a relação capital/trabalho. Essa nova fase do capitalismo é caracterizada pela acumulação flexível e pela mundialização do capital iniciada na década de 1980.

A mundialização do capital indica tanto a capacidade dos grupos oligopólicos de adotar uma estratégia “global”, como a integração dos mercados financeiros que resulta da liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros nacionais e da interligação em tempo real permitida pelas novas tecnologias informacionais e das comunicações por satélite e a cabo (Chesnais, 1996).

As decorrências do processo de acumulação favoreceram o processo de flexibilização do trabalho, que conduziu à desregulamentação de direitos sociais e trabalhistas, com uma brusca redução do quantitativo do operariado fabril, o que ajudou na fomentação da terceirização e da subproletarização, impulsionou o trabalho precário e parcial e estendeu o desemprego estrutural, dentre alguns danos trabalhistas que podem ser mencionados.

Há de ser considerada, também, a diferença entre os trabalhadores de sexo masculino e feminino. Segundo Kergoat (2018), os efeitos da “modernização” para as mulheres trabalhadoras seguem o caminho inverso daquele dos homens, e os empregos não qualificados se feminizam cada vez mais.

Ou seja, aos homens, não obstante os danos causados, a acumulação flexível propiciou uma política de reprofissionalização do trabalho e o estabelecimento de novas carreiras, enquanto para as mulheres significou em majoração de formas atípicas de contratação (de curto prazo ou tempo parcial) e multiplicidade de atividades sem o aumento de salário daí decorrente ou chances de promoção. E mais, as tarefas que restam a elas são, em regra, ainda mais desqualificadas. Ou seja, os postos ditos superiores são cada vez mais ocupados por homens, na medida em que os não qualificados são ocupados por mulheres. De acordo com Souza-Lobo (2021, p. 126), pode-se afirmar que “as fronteiras mudam, mas a divisão sexual do trabalho persiste”.

Além das incidências advindas do modelo de acumulação flexível, torna-se também importante situar sobre a pandemia de covid-19, quando as famílias

unipessoais tiveram acesso ao auxílio emergencial<sup>26</sup> liberado pelo governo federal. Entretanto, a falta de controle e transparência na oferta dos recursos prejudicou o acesso de milhares de pessoas que não conseguiram obter o benefício e permanecem sem acessá-lo, ocasionado ainda maiores privações para essas pessoas, como foi o caso de Rute:

[...] nem esse benefício do governo eu consegui, menina. Eu fui lá em julho... seis meses esperando. Aí, 15 dias atrás, eu voltei lá no CRAS<sup>27</sup> de novo, aí a mulher mandou eu retornar dia 13 de fevereiro. Aí eu fui lá, antes dessas filas aí. Fui lá pra renovar o cadastro e tal. Fui na caixa e nada de liberar, nada. Aí eu voltei lá agora. Aí a mulher falou: Dia 13 você volta aqui. Aí tou na expectativa de dia 13 eu consigo. Se eu não conseguir um emprego, né? Apesar de que eu ainda prefiro o emprego, né? Porque é pouco, mas, tipo assim, se eu tivesse recebido umas duas parcelas assim, já tava me ajudando muito, porque aqui eu não pago aluguel, minha conta de luz não é cara porque eu não tenho ar condicionado, então, chuveiro também eu não posso tomar banho de água quente. E aí, o que acontece, minha conta vem baixinha... R\$35,00... R\$30,00. Entendeu? R\$20 e pouco. E fora que também eu sou solteira, tipo assim, eu não gasto os R\$600,00 que, se eu tivesse recebendo já, tava me ajudando pra caramba (Rute, 48 anos).

Além da falta de acesso aos benefícios de transferência de renda, Rute não é alcançada pelos outros serviços da política de assistência social, assim como as outras participantes da pesquisa. Serviços de convivência e serviços de proteção e atendimento a famílias e indivíduos, previstos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), não são sequer ofertados para essas trabalhadoras. Além da situação de vulnerabilidade socioeconômica, Rute apresenta outras demandas referentes à assistência social, como situação de isolamento, fragilidade dos vínculos familiares, discriminação por lesbofobia, situação também compartilhada por Luana, conforme visto no capítulo 2 desta dissertação.

A Resolução conjunta nº 01/2018 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), que estabelece parâmetros para a qualificação do atendimento socioassistencial da população LGBT no Sistema Único da Assistência Social (SUAS), apesar de ser um avanço no que tange à viabilização da garantia do atendimento deste público nos serviços da política de assistência social, não apresenta avanços quanto às especificidades das lésbicas.

Rute se apresenta resignada com a vida restrita que teria se fosse beneficiária de algum programa de transferência de renda. A falta de acesso e,

---

<sup>26</sup> O Auxílio Emergencial foi um benefício financeiro, no valor de R\$ 600,00, criado para garantir renda mínima aos brasileiros em situação vulnerável durante a pandemia de covid-19.

<sup>27</sup> O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública de atendimento à população e são oferecidos os serviços de assistência social.

até mesmo, o desconhecimento sobre os direitos sociais, fazem parecer que problemas coletivos e estruturais devem ser resolvidos individualmente. A condição lésbica subjugada ao heteropatriarcado resulta em um processo complexo de formação de uma mentalidade de pária. Não existem políticas para lésbicas e lésbicas não existem. É um processo que se retroalimenta.

Somado ao fator da invisibilidade das lésbicas no sistema capitalista e heteropatriarcal, Sposati (2018, p. 2316) afirma que essa forma de lidar com as próprias vulnerabilidades socioeconômicas é fruto da atuação das forças econômicas conservadoras sobre o caráter universalista e civilizatório da proteção social brasileira:

Esse trato reducionista reitera a fábula da cigarra e da formiga em que proteção é resultante da força de trabalho individual, e exclui o processo coletivo de preservação da dignidade humana de todos os cidadãos de uma sociedade. A proteção social foi reduzida à poupança individual, ativada pelo princípio cristão em ganhar o pão com o suor do próprio rosto. Garantir-la com o orçamento público geraria déficit orçamentário, que indicaria uma natureza populista, tuteladora e assistencialista a ser eliminada (Sposati, 2018, p. 2316).

Embora a política de assistência social seja destinada para as/os que dela mais necessitem (Brasil, 1993), essa não tem sido a realidade das trabalhadoras lésbicas negras des/infeminilizadas. Entre as participantes desta pesquisa, somente Noemi recebe algum tipo de benefício de transferência de renda.

A assistência social é uma política pública que tem sido severamente atacada pelo Estado neoliberal. Os reflexos desse ataque revelam-se na forma restrita como seus usuários têm acessado serviços e programas sociais. Para as lésbicas negras des/infeminilizadas se torna ainda mais difícil o acesso à política de assistência social, como foi o caso de Rute, que é uma família unipessoal, e não é reconhecida enquanto tal, tendo que insistir diversas vezes para acessar um benefício de transferência de renda, sem sucesso. Além do acesso à renda, a política de assistência social sequer consegue ofertar a ela e às outras participantes desta pesquisa outros serviços previstos em sua estrutura.

No item a seguir será abordada a perspectiva das lésbicas negras des/infeminilizadas sobre a possibilidade de se aposentarem.

### 4.3. **Previdência social: uma realidade distante**

O acesso à previdência social tem sido um dos direitos mais afetados com a crise do capital. A percepção das trabalhadoras sobre a possibilidade de um dia se aposentarem demonstra a desesperança diante de um futuro incerto, onde a única certeza é a imperiosa necessidade de se manterem economicamente ativas para garantir a própria subsistência.

De acordo com Silva (2018, p. 130), a crise estrutural do capitalismo iniciada a partir dos anos 1970 e agravada em 2008 tornou recorrente a restrição de direitos. Segundo a autora, no contexto da crise, o fundo público dos países subordinados ao capital estrangeiro tem sido disputado por grupos empresariais transnacionais, afetando diretamente a seguridade social e, particularmente, a previdência social.

As pressões sobre o fundo público têm sido exercidas pelas instituições financeiras mundiais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial para saldar, o que a autora chama de “crescente (e questionável) dívida pública” (Silva, 2018, p. 131). As consequências desses esforços internacionais são refletidas na contrarreforma da seguridade social. Uma das ações da contrarreforma foi a criação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 287, de dezembro de 2016, que se plasmou na Emenda Constitucional (EC) nº 103, de 12 de novembro de 2019, que altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias.

A PEC 287/2016 alterou diversas regras referentes aos benefícios da previdência e da assistência social. As mudanças propostas para a previdência incidem tanto sobre o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que protege os trabalhadores da iniciativa privada e os servidores públicos que não contam com regimes próprios, quanto sobre os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), voltados a atender as necessidades dos servidores públicos, federais, estaduais ou municipais. As mudanças aprofundam a convergência das regras entre os dois regimes previdenciários vigentes (RGPS e RPPS), embora eles se mantenham distintos.

A justificativa do governo para apresentar a proposta se baseou em uma concepção de que a previdência social brasileira se tornou insustentável financeiramente, apresentando reiterados déficits orçamentários, e que seriam necessárias medidas para garantir sua sustentabilidade por meio do aperfeiçoamento de suas regras. Atribuiu como principal causa desta crise de

financiamento as mudanças demográficas em curso na população brasileira (em particular, o envelhecimento populacional). Além disso, atribuiu a existência de distorções e inconsistências do atual modelo, que criariam, entre outras questões, disparidades entre os modelos do RGPS e dos RPPS e entre os diferentes segmentos populacionais. Além da previdência, a proposta também altera regras da assistência social, reduzindo a abrangência e a capacidade de proteção social.

A mudança radical da previdência e da assistência se articula com o novo regime fiscal, implementado pelo governo federal por intermédio da Emenda Constitucional nº 95 (antiga PEC 241/2016 ou PEC 55/2016) que estabelecia, para os próximos 20 anos, o teto dos gastos públicos primários, isto é, de todas as despesas, exceto das financeiras (DIEESE, 2016). A EC nº 95/2016 representa, de fato, uma contrarreforma do Estado, ao impossibilitar que as despesas e os investimentos sociais, inclusive da previdência, acompanhem o crescimento da população brasileira e das demandas dela por serviços públicos garantidos pela Constituição Federal de 1988.

Recuperando a história da previdência social, Silva (2018) afirma se tratar de um direito em disputa que ora sofre restrições, ora se amplia, como ocorreu em 1988, quando foi incorporada à Constituição Federal por meio da seguridade social ao lado da saúde e da assistência social. A autora explica que a seguridade social, apesar de possuir um orçamento único composto por diversas receitas, sofreu com renúncias tributárias e desvios de recursos para outros fins.

Para a autora, a expansão da dívida pública e a afirmação das finanças no comando da acumulação foram o pano de fundo estrutural da contrarreforma da previdência social. Silva destaca que não se trata apenas de uma crise financeira, a crise estrutural do capital tem como uma de suas características “a centralidade do capital financeiro nas relações econômicas e sociais, associado a grupos industriais” (Silva, 2018, p. 133). Ou seja, a partir da dívida dos Estados-nação, houve a liberação de mercados e políticas para atrair créditos, fortalecendo o poder das finanças sobre a dívida dos Estados, “da política de juros altos e supervalorização do mercado de ações” (Silva, 2018, p. 134).

A pressão sobre a dívida pública, por parte dos investidores institucionais, pressiona o Estado para promover austeridades orçamentárias e sacrificar as despesas públicas, dando lugar aos fundos de investimentos que, de acordo com Silva (2018, p. 135), “nos últimos 20 anos expandiram a previdência dos fundos de pensão e das empresas de planos privados”.

Por trás do vilipêndio do fundo público, Silva (2018, p. 135) destaca três argumentos usados para responsabilizar a sociedade pela crise da previdência social e a imposição da contrarreforma:

[...] o envelhecimento populacional e a ideia de crise, forjando a imagem de inviabilidade da previdência pública sob o regime de repartição; as alegações de altos custos do trabalho, forçando as renúncias tributárias em favor das empresas, reduzindo a participação do capital no custeio da previdência pública e ampliando a participação dos trabalhadores; a falácia de que os investimentos na previdência pública provocam o aumento da dívida pública dos governos e desequilibram os orçamentos [...]. Assim, ao longo dos anos, as medidas contrarreformistas justificaram-se com base nesses argumentos falaciosos (Silva, 2018, p. 135).

O final dos anos 1990 representa, portanto, um período de fortalecimento do projeto neoliberal. Esse período foi marcado por altos índices de desemprego, acirramento da pobreza e restrições de direitos trabalhistas que tinham como objetivo impulsionar a reestruturação produtiva. Foi impressa na administração pública modelos gerenciais de bases mercadológicas e a observância das diretrizes do Consenso de Washington, que versavam sobre a austeridade fiscal e cortes nos gastos públicos. O impacto esperado foram as alterações realizadas, a partir de 1998, na Constituição Federal, para inaugurar a contrarreforma da previdência social. O ataque ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS) extinguiu e reconfigurou benefícios, reduziu valores e tempo de usufruto e ampliou o tempo de contribuição (Silva, 2018).

Essas mudanças apontadas por Silva (2018) são sentidas e temidas pelas trabalhadoras que reconhecem a importância da previdência social, mas sentem-se inseguras quanto à possibilidade de serem alcançadas por esse direito:

Precisa. Cansada. Desde os 14 anos. Comecei numa loja de gelo. Depois minha primeira carteira assinada foi nas Casa Hope. Muita antiga, foi na época da Mesbla. Tinha ali na Uruguaiana com a Ouvidor (Safo, 51 anos).

Todo mundo pensa. Eu penso, mas é bem complicado porque eu não completei os 15 anos. Porque eu não tenho tempo, por serviço, tempo de serviço, eu não tenho como aposentar por serviço (Luana, 65 anos).

Se eu tiver viva sim. Nem sei, sabe? Do jeito que tá. Eu sou um pouco assim, um pouco estressada, às vezes. E aí eu acho, assim, que, hoje em dia... antigamente o pessoal parecia que tinha mais vida. Hoje em dia, você... a vida é tão, assim, surpresa né, que pô... [...] Tipo assim, eu nem sei quanto tempo eu já tenho de carteira assinada. Se eu juntar as obras que eu trabalhei e a padaria... A padaria eu só trabalhei seis meses. Trabalhei muito em serviço também sem carteira assinada. Eu já trabalhei em duas padarias que eu fiquei... Uma eu fiquei um ano aí, não assinaram minha carteira. Outra eu fiquei oito meses, também não assinaram, entendeu? Fora outros empregos que eu trabalhei muito, sem carteira assinada... E aí... entendeu? E agora, nessa crise toda que o país enfrentou e ainda tá enfrentando, porque, querendo ou não, tem muita gente desempregada, né? E vou te falar, hoje em dia acredito, assim, que é sorte ou você ter um padrinho, ou uma

madrinha porque, assim, eu acho que tá tão difícil, as pessoas com faculdade, as pessoas que fez faculdade, aí a pessoa, às vezes, tá atrás de um balcão. Então, tipo assim, eu nunca gostei de estudar na verdade, né? (Rute, 48 anos).

Todos os dias eu penso nisso. Cansada. Trabalho desde nova, né? Por mim, eu me aposentava amanhã. Quero fazer nada, quero ficar igual os veio, seis horas da manhã lavando o quintal. Tou querendo abrir meu MEI<sup>28</sup> pra pagar INSS<sup>29</sup>. Tem umas vantagenzinhas de ser MEI (Noemi, 41 anos).

Zami deseja se aposentar, mas diz não acreditar no sistema previdenciário brasileiro e, talvez pelas frequentes reformas na previdência social, cogita a possibilidade de não haver mais aposentadoria e, conseqüentemente, que suas contribuições não retornem para ela quando chegar o seu momento:

Amanhã, se eu puder. Acho que tou um ano sem contribuir. Me preocupa por eu não pagar e me preocupa por questões políticas. Porque eu não tenho garantia nenhuma de que, se eu pagar, eu vou ter algum tipo de retorno, entendeu? Pelo caminho que a política brasileira tá levando. Então, me preocupa por essas duas questões. E, assim, a gente vive uma realidade, hoje, que não existe você tirar uma fatia do bolo do seu rendimento pra fazer uma espécie de rendimento, achando que você vai ter uma garantia lá na frente, entendeu? Eu não sei se, quando chegar o meu momento, vai existir aposentadoria, entendeu? Mas me preocupa. [...] Então, eu tive oportunidade de conhecer a Europa e os modelos de outros países em função do trabalho, e é o que eu acabei de falar. A carteira assinada, hoje, não é uma garantia. Então, a gente só precisa trabalhar e receber. Infelizmente é escasso a carteira assinada. É óbvio que você fica mais segura, mas eu não me sinto diferente (Zami, 39 anos).

Safo está perto de se tornar uma pessoa idosa e não contribui para a previdência social. Ela não sabe quanto tempo precisará contribuir ou quanto tempo ainda precisará trabalhar para se aposentar. Mesmo assim, tem esperanças de que terá acesso ao benefício e algum momento de sua vida:

Olha, eu antes eu achava até assim preocupante. Mas, agora, vou começar a pagar meu INSS, pra mim tá bom porque... melhor do que pegar trem, ônibus e ir lá pra cidade. Tou perto de casa, se eu fosse lá pra baixo eu ia ganhar bem menos... É tanto desconto e fora que você tem ir de manhã cedo, volta de noite e vai no outro dia de manhã cedo, iiiih... (Safo, 51 anos).

---

<sup>28</sup> O Microempreendedor Individual (MEI) é uma figura jurídica do Brasil, é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário, para ser um microempreendedor individual. Poderá ter um faturamento anual de até R\$81.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. O MEI também pode ter um empregado contratado que receba um salário mínimo ou o piso da categoria. Em outras palavras, o MEI é uma possibilidade jurídica criada pelo legislador para que trabalhadores informais tentem se formalizar, mas, dadas as condições do mercado de trabalho no Brasil, funciona, na verdade, como mais uma forma de precarizar as relações trabalhistas no país.

<sup>29</sup> O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é responsável pelo pagamento da aposentadoria e demais benefícios aos trabalhadores brasileiros, com exceção de servidores públicos.

Felipa parece resignada com o fato de estar há tanto tempo na informalidade e não vê formas de sair desse vínculo precarizado e está ciente que não conseguirá contribuir com a previdência social a ponto de se aposentar um dia:

Penso. Mas sou novinha. Tá faltando muito. Mas gosto de trabalhar, eu gosto. Esqueci de falar. Eu tive [carteira assinada] em auxiliar de serviços gerais. Uns dois anos só. 2010... 2009... por aí. Não vai aposentar, que hoje tem tempo, né? Não vai aposentar. Pensar eu penso, mas não vai ter sucesso (Felipa, 26 anos).

Assim como Felipa, Jerusa se preocupa com a ausência do tempo de contribuição para acessar a aposentadoria. Durante a entrevista ela menciona que está encerrando um contrato de trabalho temporário e terá que retornar para a informalidade e se questiona como será seu futuro quando envelhecer:

Penso em me aposentar um dia. Ainda não sei. É porque a gente que tem dificuldade de encontrar emprego fica meio apreensivo com isso aí. Porque a gente não sabe como é que vai ser. Tá trabalhando hoje, amanhã não tá, e você não tem aquela contribuição [ao INSS], né, pra você pagar. Aí você já fica já preocupada quando chega a idade que eu tou. Antes, quando a gente é jovem, a gente não se preocupa muito com isso. Mas quando chega uma certa idade, a gente acaba... começa a se preocupar, entendeu, de como é que vai ser mais tarde a velhice e tudo mais (Jerusa, 42 anos).

Apesar de tantos relatos de violações de direitos referentes ao trabalho informal e a contribuição previdenciária, é importante destacar que, por outro lado, temos o exemplo de Kena, que mostra o quanto ter proteção social é urgente para garantir direitos sociais em situações adversas:

Setembro de 2019, eu quebrei o dedo da mão finalizando o dia de trabalho, que eu tava trabalhando com entrega, escorreguei, a moto caiu, quebrei o dedo da mão, fiquei dois meses parada. [...] Então, minha mãe me ajudou, e como eu pagava o MEI eu consegui dar entrada no auxílio-doença e recebi o auxílio doença (Kena, 33 anos).

Eu pago meu MEI e tenho registro do CLT também. Deve faltar muitos anos, mas acho que vai rolar (Kena, 33 anos).

As mudanças nas regras de acesso à previdência social tornam esse direito cada vez mais intangível para a população brasileira. No caso das lésbicas negras des/infeminilizadas, apesar dos relatos apontarem que essas trabalhadoras começaram suas vidas laborais muito cedo, a frequência em trabalhos informais as destituíram do tempo de contribuição previdenciária necessário para a aposentadoria. Além disso, a previdência social não é apenas importante para acessar a aposentadoria. Algumas entrevistadas precisaram de outros benefícios da previdência social, como auxílio-reclusão e auxílio-doença, por exemplo, e

tiveram que enfrentar as intempéries da vida sem a possibilidade de acessar os recursos dessa política pública.

A seguir, será examinado como as trabalhadoras lésbicas des/infeminilizadas acessam o direito à saúde.

#### **4.4. Racismo e lesbofobia no acesso à saúde**

Um dos direitos sociais mais violados da população lésbica é o acesso aos serviços de saúde na atenção básica, principalmente no que tange à saúde sexual e reprodutiva, sendo esta uma das principais pautas reivindicatórias do movimento de lésbicas no Brasil. Os cuidados em saúde ainda são estruturados a partir de uma perspectiva heterossexual do corpo das mulheres, estando voltados para a prevenção e tratamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) contraídas no sexo heterossexual, por exemplo.

Em 2011, o Ministério da Saúde instituiu, através da Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, a Política Nacional de Saúde LGBT. Embora tenha representado um grande avanço no marco das políticas públicas para a população LGBT, a política não gerou grandes mudanças para a população lésbica especificamente. Doze anos depois, os objetivos específicos da Política Nacional de Saúde LGBT, que não são específicos para lésbicas, mas englobam essa população, não foram alcançados pelos serviços de saúde pública:

- II - ampliar o acesso da população LGBT aos serviços de saúde do SUS, garantindo às pessoas o respeito e a prestação de serviços de saúde com qualidade e resolução de suas demandas e necessidades;
- XI - oferecer atenção integral na rede de serviços do SUS para a população LGBT nas Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), especialmente com relação ao HIV, à AIDS e às hepatites virais;
- XII - prevenir novos casos de cânceres ginecológicos (cérvico uterino e de mamas) entre lésbicas e mulheres bissexuais e ampliar o acesso ao tratamento qualificado;
- XVI - atuar na eliminação do preconceito e da discriminação da população LGBT nos serviços de saúde;
- XIX - promover o respeito à população LGBT em todos os serviços do SUS;
- XX - reduzir os problemas relacionados à saúde mental, drogadição, alcoolismo, depressão e suicídio entre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, atuando na prevenção, promoção e recuperação da saúde;
- XXI - incluir ações educativas nas rotinas dos serviços de saúde voltadas à promoção da autoestima entre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e à eliminação do preconceito por orientação sexual, identidade de gênero, raça, cor e território, para a sociedade em geral; (Brasil, 2011).

Além da condição lésbica, ser negra é outro fator que afeta o acesso aos serviços de saúde por essa população, que também conta com uma Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009), para referenciar os cuidados em saúde. Entretanto, a realidade ainda é discriminatória e excludente.

De acordo com Werneck (2016, p. 536), embora a população e os movimentos sociais negros tenham participado da construção de um sistema de saúde universal, integral, equânime e que prima pela participação social, o racismo ainda se constitui como uma barreira de acesso para essa população em suas três dimensões: pessoal, interpessoal e institucional.

Cabe aqui mencionar brevemente do que trata essas três dimensões, para compreender como elas se manifestam na vida das trabalhadoras lésbicas negras des/infeminilizadas. A primeira dimensão se subdivide em sentimentos e condutas internalizadas pelo próprio indivíduo e que interferem no seu acesso à saúde. Sentimentos como vergonha, medo e inferioridade são exemplos de como essas pessoas podem deixar de acessar os cuidados em saúde pelos efeitos do racismo introjetados em sua visão sobre si mesmo e sobre seu grupo social. A segunda dimensão, a interpessoal, se subdivide em ações e omissões e se manifesta através da “falta de respeito, desconfiança, desumanização, desvalorização e negligência ao lidar com o racismo e seus impactos” (Werneck, 2016, p. 542). Nesta dimensão, o racismo é institucionalizado e o tratamento desigual é uma de suas marcas. De acordo com a autora, “é também denominado racismo sistêmico e garante a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados, atuando como alavanca importante da exclusão diferenciada de diferentes sujeitos nesses grupos (Werneck, 2016, p. 542). Por fim, a terceira dimensão, o racismo institucional, se subdivide em material e acesso ao poder e se manifesta na “indisponibilidade e/ou acesso reduzido a política de qualidade e no menor acesso à informação, menor participação e controle social e escassez de recursos” (Werneck, 2016, p. 542).

Para Borret et al. (2020, p.4) o racismo institucional vai além da dificuldade de acesso aos serviços públicos de saúde, “mas se revela também nos programas de formação ou educação em saúde que não trazem à tona esse debate”. Ou seja, a falta de conhecimento sobre a atuação do racismo estrutural nas políticas de saúde e sobre as formas de enfrentamento dessa violência, torna os atendimentos em saúde cada vez mais distantes de promover serviços equânimes, que compreendam as determinações sociais da saúde da população negra e, aqui, podendo se estender para a saúde das lésbicas des/infeminilizadas negras.

No relato de Leci, podem ser observados essas três dimensões do racismo no acesso aos serviços de saúde:

Tô tendo uma dor aqui já há um mês, né, vida? Uma dor aqui oh... há um mês. Tou tendo pobrema com atendimento de saúde. Fui parar no UPA com ela... Foi essa semana. Aí me deram remédio na veia, fizeram exame de sangue, de urina, não deu nada, volta pra casa... Procurei a Clínica da Família. A Clínica da Família tá uó [expressão para indicar que algo está ruim, desinteressante], aqui. Minha Clínica da Família é aqui... horrível. Na Clínica da Família é assim: um pedaço da Gamboa, um pedaço da Central, entendeu? Então a minha, da Central do Brasil, é muita carência, porque não tá tendo médico. Só tem um médico pra todo mundo. Não tem ginecologista. A ginecologista, cheguei lá, fui, falei que tenho mioma. Então, esse dia, eu tava sangrando muito... já uma semana. Tinha já menstruado, menstruei de novo. Aí eu fui lá na Clínica da Família, falando... Aí a médica foi me deu anticoncepcional [segunda dimensão], e anticoncepcional eu não me dou, meu corpo não dá, eu não tomo anticoncepcional. Eu não me dou, entendeu? Me dá muita dor de cabeça, muito enjoo... Até parei de tomar, parei. Aí ela que vai me pagar a minha ultra... como se fala mesmo? Pélvica?... É uma ultra do útero, entendeu? Nunca tive relação com homem, sou virgem, então ela é aqui em cima. Porque, tipo assim, eu sinto muitas dores aqui, então ela, tadinha [a namorada], tá pra lá e pra cá, pra lá e pra cá. Minha irmã teve até que vir aqui pra me dar auxílio. Porque ela já não sabe o que fazer comigo. Aí tou na base de remédio de dipirona, seis frascos de dipirona. Porque o médico do UPA, qual era a dele, do UPA, era pra ir lá pro Souza Aguiar [hospital público na cidade do Rio de Janeiro]. Algumas pessoas dá sorte de mandar lá pra fazer exame de imagem, então não tive sorte [terceira dimensão]. [...] Segunda-feira a gente já tá marcada, vai ter que pagar R\$140,00 só num exame daqui do útero. Eu não sei mais, porque eu fiquei menstruada também cedo, tou com 39 anos, não sei se eu tou entrando na menopausa. A gente quer um acompanhamento, uma pessoa que acompanha. [...] A doutora me deu duas caixas lá: "Toma isso aqui". Falei pra ela: "Eu não vou tomar porque tá me dando muito enjoo". Parei. Se tiver que vim, que venha [primeira dimensão]. Graças a Deus não é nada grave. Graças a Deus não é... é mioma. Pode ser um mioma e um cisto. O cisto que tá me fazendo doer (Leci, 39 anos).

A condição lésbica des/infeminilizada negra de Leci não foi considerada em nenhum momento do acesso ao serviço de saúde. Leci não pode se expressar e aceitou o anticoncepcional, mesmo sabendo que a medicação agravaria seu estado de saúde. Não teve qualquer orientação sobre acompanhamento de seu quadro de saúde e foi tratada como se fosse mais um corpo qualquer, sem voz, sem especificidades, sem poder de decisão e sem atenção.

O cumprimento de um procedimento padrão e a ausência de escuta sensível às suas necessidades também fizeram Luana desistir de procurar os serviços de saúde quando precisou:

Crise de bronquite eu nunca vou a médico, porque: o que que eles fazem? Eles te botam na nebulização. Porque quem me tirava da crise era minha mãe, então, mais ou menos, eu sabia como sair da crise, aí ia tomava um remédio qualquer, entendeu? (Luana, 65 anos).

A ausência de dados sobre as condições de saúde da população negra e lésbica é outro fator de violação de direitos dessa população. Outro elemento importante observado entre as entrevistadas foi o uso frequente do acesso pago aos serviços de saúde. Isso impacta diretamente na produção de dados sobre a saúde da população lésbica, uma vez que o mercado não possui nenhum compromisso com a promoção de saúde de quem quer que seja.

O direito à saúde não pode ser concebido sem a devida crítica sobre as estruturas racistas nas quais ele tem sido prestado à população. Um dos aspectos do racismo combinado com a lesbofobia é a falta de escuta para realizar intervenções que levem em consideração a condição lésbica das usuárias.

## 5 Conclusão

Esta pesquisa procurou demonstrar, dentre os seus demais objetivos, que o trabalho informal adquiriu muitas definições ao longo das transformações econômicas. Se um dia foi concebido como uma forma de ocupação da força de trabalho excedente não absorvida pelo mercado, hoje, a informalidade está presente até mesmo nas relações de trabalho mais estáveis. Diante disso, o trabalho informal adquiriu, nos tempos atuais, um status de permanência, principalmente para os grupos mais vulneráveis como as lésbicas negras des/infeminilizadas, grupo selecionado para o estudo aqui apresentado.

Ser feminilizada é um dos principais requisitos para obter mais vantagens na luta por trabalho. As mulheres feminilizadas atendem às exigências do heteropatricado, enquanto às lésbicas negras des/infeminilizadas são desumanizadas por essa dupla combinação: serem negras e insubmissas à feminilização. Isso se retrata nos relatos das entrevistadas sobre os trabalhos que não conseguirão acessar por não serem feminilizadas e sobre as violências que incidem sobre elas por não serem vistas como humanas. As dificuldades que enfrentam para acessar trabalhos formais as conduzem à utilização da informalidade como forma de garantir renda e prover a sua subsistência. O acesso ao trabalho formal se torna tão difícil que nem chega a ser um desejo para essas trabalhadoras, assim como a possibilidade de se aposentar.

Privação de direitos, vulnerabilidades, precarização nas relações de trabalho são ataques à condição lésbica negra des/infeminilizada para aniquilar a sua potência política. Apesar dessas violências e violações aparecerem constantemente nas histórias contadas pelas entrevistadas, foi perceptível que elas conseguiram identificar a violência racista em suas vidas, mas as diferentes formas de violência lesbofóbica contra elas próprias e contra o grupo ao qual pertencem, o das lésbicas des/infeminilizadas, não são complexamente percebidas e nominadas pelas entrevistadas, mesmo sendo violências que aparecem para elas desde muito cedo e as perseguem até o envelhecimento. Soma-se a esse fato, a dificuldade de se enxergarem enquanto um grupo vulnerável com características e opressões em comum.

O feminismo materialista, o feminismo negro e os estudos sobre trabalho e precarização formaram os caminhos teóricos para dialogar sobre as condições de

vida das trabalhadoras lésbicas negras des/infeminilizadas frente às dificuldades de inserção no mercado de trabalho e a convivência com trabalhos informais e precarizados.

Os dados sobre empregabilidade, acesso à renda e outros indicadores da desigualdade no Brasil apontaram que as mulheres ocupam um lugar de subalternidade nas relações sociais. Porém, tais dados generalizam a categoria “mulher” e apagam as especificidades de um grupo tão heterogêneo que se distingue e se aproxima a partir da feminilização e da raça.

Logo, pesquisar sobre trabalho informal precarizado de lésbicas des/infeminilizadas foi importante para lançar um olhar sobre uma parcela da população que não tem qualquer representatividade e se torna invisível ou subumanizada no conjunto heterogêneo de todas as sujeitas classificadas como mulheres.

Embora toda a classe trabalhadora esteja suscetível à informalização de suas atividades laborais (até mesmo os considerados estáveis) há uma parcela da população que está muito mais vulnerável à permanência na informalidade e à influência dela sobre a sua realidade social.

Desta forma, as gradações da informalidade, que abarcam desde profissionais que trabalham informalmente, mas angariam recursos satisfatórios que garantem a possibilidade de ter uma vida com qualidade, até as trabalhadoras que trabalham 17 horas por dia sem nenhuma proteção social, vão desenhar o nível de precarização a que está submetida a força de trabalho, incluindo e excluindo pessoas de trabalhos menos ou mais insalubres, perigosos, legais ou ilegais combinadas com essas estruturas que situam parte da classe trabalhadora à total marginalização.

É esse nó entre uma informalidade, que é majoritariamente preta, e a condição lésbica que recusa as normas sociais baseadas no heteropatriarcado, que está no cerne da questão do trabalho precarizado como a forma de trabalho presente para a sobrevivência das lésbicas des/infeminilizadas na sociedade do capital.

A ausência de referências de lésbicas negras des/infeminilizadas esteve presente diversas vezes pela forma como as entrevistadas relataram suas relações com a própria cor e a des/infeminilização. Notou-se que as entrevistadas tenderam a trazer para si a responsabilidade pela situação socioeconômica em que vivem, sem considerarem o contexto de opressão em que estão imersas e sobre o qual não se dão conta. A falta de um termo que agrupasse as lésbicas em torno de sua condição des/infeminilizadas também foi outro fator importante

que se evidenciou ao longo da pesquisa. Algumas entrevistadas relataram não gostar ou não se importar em classificar suas existências lésbicas des/infeminilizadas, mas a realidade material dessas mulheres demonstra que elas possuem muito em comum, apesar de não se reconhecerem enquanto grupo. Mesmo lésbicas de cidades tão distantes entre si, compartilham de opiniões muito semelhantes sobre racismo, oportunidades de trabalho, trabalho protegido, acesso aos direitos sociais e as diferenças de oportunidades para os homens, heterossexuais e homossexuais, e para lésbicas feminilizadas em relação a elas.

A violência lesbofóbica é uma violência quase invisível para as entrevistadas, o que foi perceptível nos poucos exemplos citados livremente por elas. A violência lesbofóbica física foi citada em alguns momentos e esteve frequentemente atrelada à forma de se vestir que é objeto tanto de uma suposta proteção, como de maior exposição a riscos. O convívio com a negação da condição lésbica des/infeminilizadas aparece em quase todos os relatos nos quais elas foram tratadas com lesbofobia: seja por pronomes de tratamento masculinos, seja sendo incluídas em “papos de homem” como se fossem um. Contudo, essas situações quase nunca foram identificadas como violência lesbofóbica. A análise da relação das lésbicas negras des/infeminilizadas com suas famílias também demonstrou que a violência lesbofóbica assume muitas formas, como a forma do desamparo, por exemplo, tanto na relação com a família natural quanto na negação do direito de construir sua própria família. Foi visto que a relação violenta com a família impactou diretamente nas condições de sobrevivência das entrevistadas, inclusive, as participantes mais amparadas por suas famílias são aquelas que apresentaram maior renda e maior estabilidade em seus trabalhos.

O racismo, por sua vez, foi mais facilmente descrito em diversos momentos, inclusive em relatos combinados com lesbofobia. O trabalho braçal e a lésbica negra retinta tratada com apelidos pejorativos e masculinos por sua cor e por sua condição des/infeminilizadas apontam para o caráter desumanizador do racismo.

O envelhecimento, embora tenha sido pouco abordado ao longo da pesquisa, apareceu em alguns momentos somando-se aos outros obstáculos na busca por trabalho. Algumas entrevistadas, principalmente aqueles com idade próxima aos 60 anos, relataram a preocupação que sentem por se sentirem totalmente desprotegidas durante o processo de envelhecimento e pelas oportunidades de trabalho ficarem cada vez mais restritas, diante do fato de comporem de uma força de trabalho facilmente descartada e dificilmente reabsorvida.

A dificuldade de acesso aos direitos sociais refletiu a gama de opressões que afetam as condições de vida das trabalhadoras negras des/infeminilizadas. O direito à escolarização apareceu permeado por exclusões e violências desde muito cedo para algumas participantes. A previdência social, por sua vez, se apresentou como um direito quase inalcançável para a maioria delas. O acesso à assistência social e à transferência de renda desconsiderou a existência lésbica como uma possibilidade de família unipessoal e acesso à saúde esteve permeado por racismo, lesbofobia e degradação das condições de vida da lésbica, que precisa garantir que sua força de trabalho permaneça funcionando para sobreviver.

Esta pesquisa tocou em assuntos muito sensíveis sobre as condições de vida das trabalhadoras lésbicas des/infeminilizadas. Foram apresentadas muitas situações de vulnerabilidade e privações associadas ao fato de que essas mulheres não corroboram com o heteropatriarcado. E por não serem apropriadas pelos homens, elas sofrerem diversos tipos de opressões que tornam a vida delas pior em muitos aspectos que a vida das mulheres feminilizadas. A superexposição desumanizadora e a invisibilização são formas de opressão que tentam aniquilar a existência das trabalhadoras lésbicas negras des/infeminilizadas.

No período em que iniciei as entrevistas, me deparei com enormes dificuldades: desmarcações, mensagens não respondidas, desistências de participação etc. Parti então para minha rede familiar, afetiva e de trabalho em busca de pessoas que conhecessem lésbicas des/infeminilizadas negras que exercessem algum tipo de trabalho informal.

Em um primeiro momento, parecia que não seria uma tarefa árdua, considerando que tanto os dados estatísticos quanto nossas percepções do cotidiano nos dizem que uma infinidade de pessoas negras está inserida em atividades informais, a presença de mulheres na informalidade é um fenômeno que não pode ser mais invisibilizado e as trabalhadoras informais lésbicas negras des/infeminilizadas, mesmo que não apareçam em nossas bolhas, estão lá fora.

Posteriormente, o que imaginei que seria uma tarefa sem complexidade, se tornou uma busca intensa e pouco exitosa. Não faço ideia de quantas pessoas exclamaram que o perfil das trabalhadoras que eu estava buscando era muito restrito, muito específico, muito difícil. Mas enquanto muitas me diziam que encontrar essas pessoas beirava a impossibilidade, eu afirmava o contrário, demonstrando o tamanho da invisibilidade contida nesses apontamentos e devolvia com o seguinte questionamento: essas pessoas existem? Com certeza, existem! Onde elas estão que é tão difícil enxergá-las? Elas não estão nas nossas

famílias, não são nossas amigas, nem ao menos vizinhas. Onde estão? Por que é tão difícil enxergá-las?

Consegui encontrá-las através da indicação das próprias participantes e de outras lésbicas, que numa atitude de sororidade lésbica reconheceram a importância dessa pesquisa que fala sobre as suas vivências e de tantas outras lésbicas negras des/infeminizadas que estão ou passaram por suas vidas com histórias semelhantes às suas. Demonstrando que, apesar do heteropatriarcado, criamos formas de resistência, seja pela escrita, seja pelos laços que criamos.

Se uma parte da sociedade não olha e não vê, eu as vejo continuamente entregando panfletos para casas de prostituição, trabalhando como chamadoras de táxi, vendendo doces nas esquinas, em situação de mendicância, penduradas nas vans atraindo passageiros, trabalhando como catadoras etc. Eu vejo lésbicas que tentam sobreviver, que não são contadas nas estatísticas, que resistem à invisibilização, à marginalização e à pobreza.

## Referências bibliográficas

AGUIAR, A. N. Zami: Notas sobre lesbianidade negra na diáspora. **Rebeh**, v. 2, n. 8, 2019. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/issue/view/582>>. Acesso em: 25 jul. 2023.

ALMEIDA, N. A. Letramento racial: um desafio para todos nós. **Geledés**, 2017. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/letramento-racial-um-desafio-para-todos-nos-por-neide-de-almeida/>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Presença, 1980. Disponível em: <<https://politica210.files.wordpress.com/2014/11/althusser-louis-ideologia-e-aparelhos-ideolc3b3gicos-do-estado.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2023.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. 6 ed. Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002a.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 8. ed. São Paulo: Ed. Cortez/Ed. Unicamp, 2002b.

ANTUNES, R. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, set. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282011000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 14 set. 2018.

ARAÚJO, A.; LOMBARDI, M. R. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. **Cadernos de Pesquisa**: Fundação Carlos Chagas, v. 43, n. 149, p. 452-477, maio/ago. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/SMHftPrryhLfxQKBftZBQWz/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BORRET, R. H. et al. “A sua consulta tem cor?” Incorporando o debate racial na Medicina de Família e Comunidade. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 15, n. 42, jan. a dez. 2020. Relatos de Experiência. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbem/a/WXBd8cr76HZw9MhrcYNwMtP/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 17 jul. 2023.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília, DF, 1993. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm)>. Acesso em: 17 jul. 2023.

BRASIL. **Portaria nº. 2.836, de 1º de dezembro de 2011**. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Brasília, DF, 2011. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836\\_01\\_12\\_2011.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html)>. Acesso em: 16 jul. 2023.

BRASIL. Resolução nº. 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2023.

BRASIL. **Resolução nº. 466 de 12 de dezembro de 2012**: diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília, DF: MS, 2012. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2023.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

COMBAHEE RIVER, Coletivo; PEREIRA, S.; GOMES, L. S. Manifesto do Coletivo Combahee River. **Plural**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 197-207, 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/159864>>. Acesso em: 26 set. 2022.

CURIEL, O.; FALQUET, J. Introdução. In: FERREIRA, V.; et al. (Org.). **O patriarcado desvendado**: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2014.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Mulheres**: inserção no mercado de trabalho. Infográficos Mulheres, 2023. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/infografico/2023/infograficosMulheres2023.htm>>. Acesso em: 01 ago. 2023.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Brasil: A inserção da população negra no mercado de trabalho.** Infográfico População Negra, 2022a. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/infografico/2022/populacaoNegra2022.html>>. Acesso em: 01 ago. 2023.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Trabalho doméstico no Brasil.** Infográfico Trabalho doméstico, 2022b. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html>>. Acesso em: 01 ago. 2023.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **PEC n. 241/2016: o novo regime fiscal e seus possíveis impactos.** São Paulo, set. 2016. (Nota Técnica, 161). Disponível em: <[www.dieese.org.br/notatecnica/2016/notaTec161novoRegimeFiscal.pdf](http://www.dieese.org.br/notatecnica/2016/notaTec161novoRegimeFiscal.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2023.

DRUCK, G.; FILGUEIRAS, L.; AMARAL, M. F. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 17, n. 41, p. 211-229, 2004.

DRUCK, G.; OLIVEIRA, L. P. A condição “provisória permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador. **Revista Vera Cidade**, a. 3, n. 3, maio 2008. Disponível em: <<http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v3/images/veracidade/pdf/artigo1.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2023.

FALQUET, J. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento político e como teoria política, **Cadernos de Crítica Feminista**, Recife: SOS Corpo, a. VI, n. 5, p. 8-31, 2012.

FEIJÓ, J. A participação das mulheres negras no mercado de trabalho. **Blog do IBRE**. 26 jul. 2022. FGV IBRE. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/participacao-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 2 ago. 2023.

FRASER, N. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer.** São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

GONZALEZ, L. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher (mimeo). **Annual Meeting of the Latin American Studies Association**, Pittsburgh, 5-7 de abril, 1979.

GUILLAUMIN, C. Prática do poder e ideia de natureza. In: FERREIRA, V. et al. (Orgs.). **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathieu.** Recife: SOS Corpo, 2014.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural – acumulação flexível – transformação sólida ou reparo temporário. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IANNI, O. O mundo do trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 2-12, jan./mar. 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil, 2023. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101784>>. Acesso em: 08 mar. 2023.

KERGOAT, D. **Lutar, dizem elas...** Recife: SOS Corpo, 2018.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

LEÃO, J. A. O. A ação da escrita e a escrita da ação na poética de Adrienne Rich. **Ipotesi**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 53 - 63, jul./dez. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/ipotesi/article/view/19184>>. Acesso em: 26 set. 2022.

MARX, K. **O Capital** [livro 1]: crítica da economia política. o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero está com inscrições abertas até 28/11**. Ano 2014. Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/noticias/premio-construindo-a-igualdade-de-genero-esta-com-inscricoes-abertas/>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Trabalho decente**. Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993 [1975].

SILVA, M. L. L. Contrarreforma da Previdência Social sob o comando do capital financeiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 131, p. 130-154, jan. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/FLK4MYFSknq8TVPBYkmswQf/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SOARES, S. F.; PERES, M. C. C. A condição lésbica e o acesso aos direitos sociais básicos brasileiros. **Metaxy: Revista Brasileira de Cultura e Políticas em Direitos Humanos**, v. 1, n. 2, 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy/article/view/14091>>. Acesso em: 10 set. 2022.

SOARES, S. F. **Um estudo sobre a condição lésbica nas periferias do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2017. 310p. Tese (Doutorado em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, UFRJ; UFF; UERJ; FIOCRUZ.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 3 ed. São Paulo: Perseu Abramo; Expressão Popular, 2021.

SPOSATI, A. Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 23, n. 7, p. 2315–2325, jul. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/5SMZzhGjWn5wHHsQvy649qL/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 16 jul. 2023.

STAMPA, I. Transformações recentes no “mundo do trabalho” e suas consequências para os trabalhadores brasileiros e suas organizações. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 30, 2012.

TRUTH, S. E não sou uma mulher? – Sojourner Truth. **Geledés**, 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>. Acesso em: 21 mai. 2022.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Relatório final - 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<https://prceu.usp.br/repositorio/relatorio-final-3a-conferencia-nacional-de-politicas-publicas-de-direitos-humanos-de-lesbicas-gays-bissexuais-travestis-e-transexuais/>>. Acesso em: 18 set. 2022.

VASCONCELLOS, C. S. **Os desafios da Indisciplina em sala de aula e na escola**. São Paulo: FDE, 2010. (Série Ideias, n. 28).

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bJdS7R46GV7PB3wV54qW7vm/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 jul. 2023.

WITTIG, M. **La pensée straight**. Paris: Amsterdam, 2007 [1980].

## 7 Apêndices

### 7.1.

### Apêndice 1 – Parecer da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



#### CÂMARA DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC-RIO

Parecer da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio 113-2022 – Protocolo 145-2022

Proposta: SGO 453944

A Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio foi constituída como uma Câmara específica do Conselho de Ensino e Pesquisa conforme decisão deste órgão colegiado com atribuição de avaliar projetos de pesquisa do ponto de vista de suas implicações éticas.

#### Identificação:

**Título:** "Trabalhadoras lésbicas "bofes" e informais: um estudo sobre a relação entre condição lésbica preta e trabalho informal" (Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

**Autora:** Dandara Pinheiro Honorato (Mestranda do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

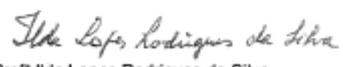
**Orientadora:** Inez Terezinha Stampa (Professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

**Apresentação:** Pesquisa qualitativa que visa analisar como as lésbicas "bofes" negras, no espaço urbano do Rio de Janeiro, resistem desempenhando atividades precarizadas no âmbito do trabalho informal. Prevê aplicar entrevista centrada no problema (Flick, 2008) junto a mulheres lésbicas, "bofes" negras, trabalhadoras informais residentes na Região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. A amostra será apoiada nas indicações de um grupo voltado para a organização política de mulheres negras lésbicas e bissexuais, principalmente moradoras de favelas e periferias, do conhecimento da própria pesquisadora e indicações das próprias participantes. A análise de conteúdo será conduzida pela articulação entre os dados gerados nas entrevistas e os conteúdos das teorias do materialismo histórico, feminismo negro e a teoria materialista aplicada às questões lésbicas.

**Aspectos éticos:** O projeto e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentados estão de acordo com os princípios e valores do Marco Referencial, Estatuto e Regimento da Universidade no que se refere às responsabilidades de seu corpo docente e discente. O Termo expõe com clareza os objetivos da pesquisa e os procedimentos a serem seguidos. Garante o sigilo e a confidencialidade dos dados coletados. Informa sobre a possibilidade de interrupção na pesquisa sem aplicação de qualquer penalidade ou constrangimento.

**Parecer:** Aprovado.

  
Prof. José Ricardo Bergmann  
Presidente do Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC-Rio

  
Prof. Ilda Lopes Rodrigues da Silva  
Coordenadora da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2022

Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos  
Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio – CEPq/PUC-Rio  
Rua Marquês de São Vicente, 225 - Glória - 22453-900  
Rio de Janeiro – RJ – Tel. (021) 3527-1612 / 3527-1618  
e-mail: [vrac@puc-rio.br](mailto:vrac@puc-rio.br)

**7.2.****Apêndice 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO  
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

Prezada convidada,

O projeto de pesquisa “Trabalhadoras lésbicas ‘bofes’ e informais: um estudo sobre a relação entre condição lésbica preta e trabalho informal” estuda a relação das lésbicas “bofes” na cidade do Rio de Janeiro com a questão do trabalho informal. O projeto tem o objetivo de coletar informações sobre as condições de vida e de trabalho específicas das lésbicas “bofes” negras, pensando em dificuldades, avanços, problemas enfrentados e outras observações a partir das impressões das próprias trabalhadoras.

Essa pesquisa está sendo feita, com recursos próprios da mestranda, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, pelas seguintes pessoas: Professora Orientadora Dra. Inez Terezinha Stampa, Professora Co-orientadora Dra. Suane Felipe Soares e Mestranda do programa de Pós-Graduação Dandara Pinheiro Honorato.

**PARTICIPAÇÃO NAS ENTREVISTAS:** Gostaríamos de ter sua concordância sobre a gravação da entrevista, que terá duração aproximada de 60 minutos, para facilitar nosso trabalho. A entrevista será transcrita e logo em seguida a gravação será destruída para garantir maior chance de você não ser identificada. O material transcrito não terá identificação.

**SIGILO E CONFIDENCIALIDADE:** isto significa que suas informações serão protegidas por mim, pelas orientadoras deste projeto de pesquisa e pela PUC-Rio. O que você disser não será divulgado sem a sua permissão. Seu nome jamais será usado em nenhum relatório ou outro documento, nem mencionado por nós em eventos ou apresentações sobre a pesquisa.

**CUSTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS:** Você não precisará gastar nada com essa pesquisa e também não receberá nada por ela. **Benefícios:** você não terá nenhum benefício agora, mas, ao participar deste estudo, você vai contribuir para que a gente tenha mais conhecimentos sobre as condições de vida das lésbicas. **Riscos:** a pesquisa trata de questões sobre a sua vida e a sua rotina de trabalho. Algumas perguntas podem te causar algum tipo de desconforto. Você não é obrigada a continuar respondendo questões que lhe causem algum tipo de sofrimento e pode pedir que a entrevista seja interrompida a qualquer momento. Se você precisa conversar com alguma psicóloga, por favor, avise à pesquisadora e/ou entre em contato com a responsável pela pesquisa. Você pode parar a entrevista ou se recusar a participar da pesquisa a qualquer momento. Se você tiver dúvidas ou quiser saber mais sobre esta pesquisa, você poderá entrar em contato comigo pelo telefone (22) 988429986 ou pelo e-mail [dandlife@msn.com](mailto:dandlife@msn.com) com a responsável principal (Professora Inez Terezinha Stampa), pelo telefone (21) 3527-1290 ou pelo e-mail [inestampa@puc-rio.br](mailto:inestampa@puc-rio.br) ou com a Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio, que tem como atribuições “elaborar um conjunto de princípios e normas sobre a ética na pesquisa na PUC-Rio, observado o disposto no Marco Referencial e em quaisquer outros documentos considerados relevantes para a Universidade e avaliar e emitir parecer, quando solicitada, sobre os aspectos éticos dos projetos de pesquisa”. A Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio está situada na Rua Marquês de São Vicente, 225 - Edifício Kennedy, 2º andar, Gávea, CEP: 22453-900, Rio de Janeiro - RJ, telefone (21) 3527- 1618, de 8h até às 17h30.

**ACESSO AOS RESULTADOS:** você terá acesso aos resultados da pesquisa da forma como achar melhor, sem nenhum prejuízo.

Seus dados serão armazenados em local seguro. As pesquisadoras deste projeto têm a responsabilidade sobre a integridade dos seus dados e pela sua preservação. Os materiais eletrônicos serão protegidos por senha. O material físico será armazenado, no mínimo, por 5 (cinco) anos, no Departamento de Serviço Social da PUC-Rio - Rua Marquês de São Vicente, 225, casa 09, Vila dos Diretórios, Gávea, Rio de Janeiro, RJ ou pelo telefone (21) 3527-1290.

Entendi os objetivos desta pesquisa, bem como, quanto à forma, riscos e benefícios de minha participação. Eu li e compreendi este termo de compromisso,

portanto, eu concordo em dar meu consentimento para participar como voluntária desta pesquisa.

Este termo é apresentado em duas vias que deverão ser assinadas, ficando uma com a pesquisadora e outra comigo.

(Local), (data) de (mês) de (ano).

Assinatura da participante: \_\_\_\_\_

1. Nome completo:
2. Telefone de contato:

Assinatura da pesquisadora: \_\_\_\_\_

1. Nome completo:
2. Telefone de contato:

**7.3.****Apêndice 3 – Roteiro de Entrevista**

1. Nome:
2. Cor:
3. Idade:
4. Bairro e cidade onde reside:
5. Bairro e cidade onde trabalha?
6. Escolaridade:
7. Orientação sexual:
8. Há lésbicas que são mais femininas e outras menos. Com qual gíria você se identifica para se definir?
9. Qual a sua ocupação atual?
10. Há quanto tempo você está na sua ocupação atual?
11. Como você conseguiu esse trabalho?
12. Qual a sua carga horária?
13. Qual a sua ocupação anterior?
14. Qual a sua renda mensal?
15. Quantas fontes de renda você possui? Se mais de uma, o que te levou a buscar uma segunda fonte de renda?
16. Você pensa em se aposentar um dia?
17. Sua casa é própria, alugada ou cedida?
18. Com quem você mora?
19. Alguém depende do seu trabalho?
20. Alguém depende do seu cuidado?
21. Como é a relação com a sua família?
22. Já teve problemas por ser lésbica? Por ser “bofe”?
23. Você já teve apelidos por ser negra ou por ser lésbica?
24. Você já precisou se ausentar do trabalho por causa de doença ou problemas pessoais?
25. Como conseguiu se manter?
26. Se você precisou se ausentar do trabalho por motivo de doença, você conseguiu ter acesso aos serviços de saúde?
27. Durante o período de recuperação ou de ausência do trabalho por problemas pessoais, você pode contar com alguém? Quem?

28. Como você se sente trabalhando sem carteira assinada?
29. Você participou alguma vez de processos de seleção para vaga em trabalho formal?
30. Ser (usar o termo que a entrevistada se referiu no item 8) muda as suas chances de trabalho?
31. Se apresentar baixa escolarização, perguntar o motivo da não conclusão da educação básica.
32. Alguém, no seu trabalho, já agiu de forma preconceituosa com você?
33. Lésbicas consideradas femininas tem mais facilidade de conseguir trabalhos com carteira assinada? Por que?
34. E os homens, você considera que eles têm mais facilidade de conseguir trabalhos com carteira assinada que (usar o termo que a entrevistada se referiu no item 8)?
35. Já viu alguma colega de trabalho ser discriminada por causa do tom pele e da orientação sexual?
36. De modo geral, você acha que lésbicas negras são discriminadas por serem (usar o termo que a entrevistada escolheu no item 8) ou elas são discriminadas por causa da combinação dessas duas características (negra e \_\_\_\_\_)?

## 7.4.

## Apêndice 4 – Quadro resumo com a sistematização de dados

Nomes fictícios	Termo que usa para se definir	Raça/cor	Idade	Escolaridade	Horário de trabalho
Noemi	Sapatão	Preta	41	E.M. Completo	8-16h terça à domingo
Leci	Bofinho	Preta	39	E.F. Incompleto	3-4h
Jerusa	Bofinho	Negra	42	Ensino médio técnico em administração	8h-14h
Rute	Caminhonera, caminhãc	Parda	48	E.F. Completo	Desempregada
Zami	Machinho, sapatão	Preta	39	E.S. Incompleto	10h-3h de quarta a domingo.
Felipa	Bofe	Preta	26	E. M. Incompleto	-
Rafiki	bofinho	Preta	55	E.M. completo	Segunda à sexta de 05h50 às 19h
Luana	Macho	Parda	65	E. M. Incompleto.	Desempregada
Kena	Sapatão	Preta	33	E.S. Incompleto	Segunda à sexta - CLT 8h às 17h e à noite e fianis de semana trabalho infomal
Safo	Sapatão	Parda	51	E. M. Incompleto.	De 08 às 1 7h. Segunda à

Nomes fictícios	Carga horária	Trabalho feminilizado, masculinizado ou neutro	Violações
Noemi	8h	Neutro - auxiliar de cozinha	Atraso no pagamento, desvio da função para a qual foi contratada (realiza limpeza, atendimento, opera o caixa), trabalho não formalizado; é especialista em construção civil e não consegue trabalho na área.
Leci	3,5h por casa	Feminilizado - diarista / Masculinizado - pequenas reformas	Abandono familiar, situação de rua, privação de liberdade, dificuldade de acesso à escolarização, desemprego, informalidade,
Jerusa	6h diárias (somente em dias úteis)	Neutro - auxiliar de serviços gerais	Rompimento dos vínculos familiares, acesso precário à renda, dificuldade de acesso à escolarização, dificuldade de acesso ao trabalho formal
Rute	Trabalho anterior: 9h de trabalho (segunda à sábado)	Tem formação no ramo da construção civil - trabalho masculinizado	Trabalho doméstico infantil, falta de suporte familiar no processo de escolarização, fragilização dos vínculos familiares, desemprego, acesso precário à renda, dificuldade de acesso aos serviços socioassistenciais e aos benefícios de transferência de renda, insegurança alimentar
Zami	17h durante 5 dias	balconista, atende, gerente de bar - trabalho masculinizado / anteriores: entregadora (trabalho predominantemente masculinizado), operadora de telemarketing (trabalho predominantemente feminino), conferente (trabalho predominantemente masculino)	Excesso de horas trabalhadas, ausência de proteção social no que tange os direitos previdenciários
Felipa	10h diárias com uma folga na semana.	Trabalho administrativo (depósitos em dinheiro, entrega de documentos, etc..) - trabalho predominantemente masculino	Vínculos familiares fragilizados, trabalho perigoso, Excesso de horas trabalhadas, ausência de proteção social no que tange os direitos previdenciários, trabalho infantil no tráfico de drogas
Rafiki	13h	Motorista escolar e motorista de aplicativo -trabalho masculinizado	
Luana	Referente ao último trabalho: Indefinida (8h - até a hora que acabasse)	Anterior: Feminilizado - diarista / Anterior: auxiliar de serviços gerais - neutro	Acesso precário à renda, assédio moral no trabalho (colocada em ambiente insalubre propositalmente), etarismo, desalentada,
Kena	Dividida entre um trabalho de 40h semanais e 7h de trabalho informal à noite e aos finais de semana	Neutro (Agente comunitária de saúde) - masculinizado (mototáxi - motoentrega)	
Safo	40h	Feminilizado: cuidadora de idosos e diarista	Trabalho inseguro

Nomes fictícios	Nível de lesbofobia	Racismo identificado por mim	Racismo identificado pela entrevistada
Noemi	Falta de liberdade para falar sobre si no trabalho. / A entrevistada pode ter sido prejudicada em processos seletivos por ser visivelmente sapatão		Impactos sobre a autoestima da mulher negra
Leci	Dificuldade de acesso aos serviços de saúde, má prestação dos serviços de saúde para a mulher lésbica, crítica às lésbicas que são voluntárias, "marrentas", que discutem e brigam com homens.	Abandono familiar (2x), Dificuldade de acesso aos serviços de saúde, situação de rua, vivência em abrigo, trabalho infantil no tráfico de drogas, privação de liberdade no DEGASE	
Jerusa	A entrevistada foi expulsa de casa por ser lésbica. / Considera que se não for feminilizada tem chances mínimas de conseguir trabalho formalizado.		Ser preta, lésbica e infeminilizada reduz as possibilidades de trabalho formalizado para a entrevistada. Ser preta é o que agrava mais a situação para ela. / Já sofreu ofensas racistas
Rute	A entrevistada é desqualificada pela família por não ser considerada mulher. / É tratada com pronomes masculinos frequentemente. / Não se sente politicamente representada e qualquer tentativa de representação é aniquilada, por exemplo, a morte de Marielle Franco. / Já falaram que ela precisaria disfarçar a lesbianidade para conseguir emprego (se feminilizar)	A entrevistada não conhece outras lésbicas negras que possam representá-la politicamente.	Pessoas negras são colocadas sob suspeita de crimes contra a propriedade privada a todo tempo.
Zami	Associam a imagem da entrevistada à masculinidade e à força física. Já se utilizaram dessa suposta força física para explorar sua força de trabalho para além da sua capacidade. / Por segurança, a entrevistada usa roupas masculinas com alguns disfarces criados por ela para não ofender pessoas que se incomodam com mulheres visivelmente lésbicas bofe.	Exploração da força de trabalho para além da atividade para a qual foi contratada; Necessidade de ser excelente,	Foi maltratada enquanto trabalhava em um comércio na zona sul do Rio de Janeiro.
Felipa	Durante o trabalho a entrevistada é tratada com pronomes masculinos. / Teve uma amiga vítima de lesbocídio. / As pessoas se espantam com lésbicas bofe. / A entrevistada não é aceita por outras lésbicas por não ser reconhecida como uma mulher.	Informalidade, trabalho perigoso e insalubre	Lésbicas brancas são mais aceitas que lésbicas negras.
Rafiki			Testemunhou outras mulheres sendo vítima de violência
Luana	Insultos perpetrados pela irmã, discriminação no ambiente escolar culminando no abandono no escolar	Discriminação no ambiente escolar, abandono escolar	Mulheres negras tem mais dificuldades para conseguir emprego.
Kena	Na família: dificuldades da família tratar com naturalidade a orientação sexual de seus membros. No trabalho: questionamentos sobre uma forma ídela de ser sapatão; ser confundida ou tratada como homem. Em relação a outras lésbicas: gravidez compulsória, estupro corretivo		Dificuldade de acesso ao trabalho, estigmatização; apelidos na infância; percebe o racismo na ausência de lésbicas negras em grandes eventos.
Safo	Mulheres infeminilizadas se colocam menos propensas a serem escolhidas em processos de seleção	Ausência de letramento racial	Dificuldade de identificar o racismo

Nomes fictícios	Forma de ingresso no trabalho	Tipo de segurança no vínculo de trabalho	Renda atual	O trabalho executados corresponde a qual setor (serviços, comércio, lazer...)
Noemi	Indicação	Nenhuma segurança - trabalho informal	R\$ 1.200	Comércio de alimentos
Leci	Indicação	Nenhuma segurança - trabalho informal	R\$ 130 – 150 por semanas	trabalho doméstico - limpeza
Jerusa	Indicação	Contrato temporário	R\$844 (contrato temporário) / trabalho doméstico (limpeza): R\$180-R\$200 (quinzenal)	Serviços de limpeza (atual) / informal (anterior): comércio de alimentos: assadeira de frango, fornecimento de quentinhas, ambulante no trem vendendo empadas e café
Rute	Último emprego com carteira assinada: conseguiu através de um curso gratuito para mulheres na construção civil, indicação	Não possui vínculo de trabalho	Não possui renda	-
Zami	Indicação	Nenhuma segurança - trabalho informal	R\$ 2 mil	Serviços (comércio, lazer, alimentício)
Felipa	Indicação	Nenhuma segurança - trabalho informal ilícito	R\$ 1.200	Atividades ilícitas de lazer
Rafiki	Autônoma, indicação de familiares (trabalhos anteriores)	Trabalho inseguro (autônomo)	4.500	Serviços (transporte)
Luana	Indicação	Desempregada	R\$ 400	-
Kena	Processo seletivo	OS	3.500	Serviços de saúde, serviços de entrega
Safo	Indicação	Trabalho inseguro informal	1.900	Serviços

<b>Nomes fictícios</b>	<b>Quais trabalhos estão disponíveis</b>	<b>Quais trabalhos não estão disponíveis</b>	<b>Com quem pode contar afetiva e financeiramente?</b>	<b>Cuida de alguém?</b>
Noemi	Vagas de trabalho na construção civil, atendimento ao público em bares, lanchonetes e padaria.	Atendimento ao público em shoppings, vendedora, atividades em escritório.	Ex-companheira com quem mora, com a mãe	
Leci	Pequenas consertos na construção civil, trabalho doméstico	Grandes obras na construção civil	Companheira, irmã	
Jerusa	Ambulante - comércio de alimentos populares (frango, café, lanches, etc.)	Trabalhos que exijam uso de produtos branquadores e feminilizadores (procedimentos para alisar o cabelo, maquiagem, roupas consideradas femininas. / Trabalhos executados majoritariamente por homens, por exemplo, vagas de trabalho em empresas de ônibus	Em uma situação de adoecimento, antes de conhecer atual companheira, não pode contar com ninguém. Com a companheira	Da enteada e da companheira
Rute	Construção civil, atendente em lanchonete	Lojas de roupas em shoppings	Não conta financeiramente, mas a mãe fornece alguns alimentos.	Mãe de 72 anos.
Zami	operadora de telemarketing, entregadora de aplicativo, atendente, conferente, logística, Gerenciamento de negócios	Trabalhos que exijam uso de produtos feminilizadores (maquiagem, roupas e sapatos considerados femininos: recepcionista, trabalhar na praia de biquíni, etc.) / Trabalhos que dependam exclusivamente de força física (trabalho braçal)	Pode contar afetivamente com a família	Do filho de 6 anos
Felipa	atividades administrativas, atividades ilegais, atividades em mercados	Trabalhos que lidem diretamente com crianças, em escola, por exemplo. Frentistas em postos de gasolina (é comum as frentistas utilizarem uniformes que destacam o corpo). Trabalhos que exijam força física.	Mãe	Mãe, sobrinhas, irmãos
Rafiki	Motorista, jogadora de futebol, atleta	Secretária, recepcionista	Irmãs	Não. Cuidava do filho
Luana	Ambulante - comércio de alimentos populares (lanches, etc.) / Serviços de limpeza	Trabalhos que exijam uso de produtos feminilizadores (maquiagem)	Ninguém	Não
Kena	Agente de saúde comunitária mototaxi moto entrega, slamer	Espaço de festas, grandes eventos	mãe, companheira	Não
Safo	Cuidadora, diarista	Serviços que precisam lidar diretamente com o público	Família	Tia de 92 anos

<b>Nomes fictícios</b>	<b>Relação com a família declarada pela entrevistada</b>	<b>Problemas familiares</b>	<b>Acesso à saúde</b>
Noemi		Falta de respeito às vontades e aos limites da entrevistada	Plano de saúde (anterior ao trabalho informal)
Leci	Boa	Abandono familiar, rompimento dos vínculos familiares	Precário acesso à saúde; falta de atenção às especificidades da saúde da mulher lésbica
Jerusa	Boa	Rompimento dos vínculos familiares ao se declarar lésbica.	Quando precisou, conseguiu ter acesso aos serviços de saúde para tratar uma tendinite no braço.
Rute	mais ou menos	Fragilização dos vínculos familiares, solidão lésbica intrafamiliar, dependência financeira	
Zami	Boa	Tem pouco contato com a família	Teve otite crônica quando trabalhava como operadora de telemarketing e na época, usava plano de saúde.
Felipa	Estável	A entrevistada não é aceita pela mãe e pelo irmão	Conseguiu acesso no SUS.
Rafiki	Muito boa	Rose é impedida de conviver com o filho (alienação parental)	Acessou o SUS e foi bem atendida
Luana	Nem boa, nem ruim	Fragilização dos vínculos familiares, solidão lésbica intrafamiliar, dependência financeira	Não acessou o SUS quando precisou
Kena	Boa		SUS
Safo	ótima		Usou o plano de saúde na época em que estava trabalhando por CLT